



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**CAROLINA DE ASSIS MARTINS**

**DE DONA ODETE AS ODETES: o protagonismo feminino na Comunidade**  
**Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado – Curaçá-BA**

**JUAZEIRO (BA)**

**2025**

**CAROLINA DE ASSIS MARTINS**

**DE DONA ODETE AS ODETES: o protagonismo feminino na Comunidade  
Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado – Curaçá-BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco, como requisito para obtenção do título de mestre em Extensão Rural.

Linha de pesquisa III. Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Bento Moreira

Coorientadora: Profa. Dra. Kedma de Magalhães Lima

Coorientador externo: Prof. Me. Samuel Horácio de Oliveira

**JUAZEIRO (BA)**

**2025**

M386d Martins, Carolina de Assis  
De Dona Odete as Odetes: o protagonismo feminino na Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado - Curaçá-BA / Carolina de Assis Martins. – Juazeiro - BA, 2025.  
xii, 109 f.: il. 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Bento Moreira.

1. Mulheres - Condições Sociais. 2. Protagonismo feminino. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Comunidade tradicional Fundo de Pasto – Juazeiro (BA). I. Título. II. Moreira, Márcia Bento. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 301.412

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGExR**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Carolina de Assis Martins**

**DE DONA ODETE AS ODETES: o protagonismo feminino na Comunidade Tradicional  
Fundo de Pasto Esfomeado - Curaçá-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa: III. Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovado(a) em: 24 de fevereiro de 2025.

**Banca Examinadora**



Documento assinado digitalmente

**MARCIA BENTO MOREIRA**

Data: 24/02/2025 11:08:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof(a). Dr(a). Márcia Bento Moreira – PPGExR/UNIVASF



Documento assinado digitalmente

**MARIA JACIANE DE ALMEIDA CAMPELO**

Data: 24/02/2025 11:40:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof(a). Dr(a). Maria Jaciane de Almeida Campelo – PPGExR/UNIVASF

**Italo Anderson  
dos Santos  
Araujo:072763  
24427**

Digitally signed by Italo Anderson dos Santos Araujo:07276324427  
DN: CN=Italo Anderson dos Santos Araujo:07276324427, OU=IFSERTAPOPE - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, O=CPEDu, C=BR  
Reason: I have reviewed this document  
Location:  
Date: 2025.02.24 18:52:50-03'00'  
Foxit PDF Reader Version: 2023.2.0

---

Prof(a). Me(a). Ítalo Anderson dos Santos Araújo – IFSertãoPE

## **AGRADECIMENTO**

Chegar a este momento da escrita dos agradecimentos é motivo de grande felicidade. Há muito a agradecer e a muitas pessoas a quem sou grata. Toda caminhada depende do primeiro passo, e me orgulho de tê-lo dado. Mesmo com medo do processo, consegui avançar, saindo de um lugar de conforto e chegando até aqui. Sei que sozinha essa caminhada não teria sido tão enriquecedora; tive ao meu lado pessoas muito especiais desde o início.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por preparar todo esse processo e por me conceder força, coragem e ânimo para seguir em frente.

Aos meus pais, pelo incentivo incondicional à minha educação e por estarem ao meu lado em todos os momentos desafiadores.

Aos meus amigos, Anderson Souza, Erika Jamir e Wayka Preston, pelas contribuições iniciais ao meu projeto de pesquisa, que foram fundamentais para a construção deste trabalho. A Murilo Melo que gentilmente elaborou um poema dedicado as “Odetes” da comunidade.

Às mulheres da AMAFE, meu mais sincero agradecimento. Obrigada por me receberem, por confiarem em mim e por compartilharem suas histórias com tanta verdade e intensidade. Este trabalho é um testemunho da força, resiliência e coragem de vocês.

Ao Prof. Samuel Honório, que gentilmente aceitou meu convite para contribuir com minha pesquisa como coorientador externo. Meu interesse em tê-lo nessa caminhada surgiu durante um intenso final de semana de aulas, no qual seu vasto conhecimento, aliado à generosidade, humildade e leveza com que compartilhava suas experiências, tornou o aprendizado ainda mais instigante e enriquecedor. Meu muito obrigada.

À minha orientadora, Profa. Márcia Bento, pelo apoio sempre acompanhado de um carisma que é, sem dúvida, sua maior virtude.

À minha família, pelo incentivo e apoio durante todas as etapas desta caminhada. Em especial, à minha sobrinha, Ana Vitória, pelo apoio essencial na pesquisa de campo e ao meu cunhado, João Batista, que sempre acreditou em mim e esteve presente nos momentos em que mais precisei.

À turma R7 pelo entrosamento ao longo dessa trajetória, em especial as amigas Luana, Lucília e Silvanda que me ajudaram muito da fase de elaboração desse

trabalho.

A todas e todos que fizeram parte dessa jornada, meu muito obrigada.

### **A BANDEIRA ODETE**

*Uma Odete deu o primeiro passo,  
duas Odetes iniciaram a marcha.  
A primeira era muitas; era a fertilidade do sertão esfomeado.  
Plantou visões e desconstruiu estruturas sociais,  
só para reconstruí-las segundo suas visões progressistas empoderadas.*

*Uma Odete promoveu educação...  
Quatro Odetes nasceram.  
A primeira era muitas vozes; era a estrada para a evolução.  
A primeira era a semente esfomeada,  
e dela brotaram florestas de Odetes protagonistas.*

*Como diria o “Mestre Bituca”:  
Ela “é o som, é a cor, é o suor”  
e “tem a estranha mania de ter fé na vida”.*

*A Odete que fez a cova da maniva de mandioca  
plantou a esperança para seis Odetes fazerem a farinha...  
E ela se propagava...  
Um sonho fez nascer uma Odete.  
E ela fez nascer um sonho,  
dois sonhos,  
três...*

*Ela multiplicava vitórias enquanto colecionava calos de luta.  
Ela possuía a chama necessária para acender Odetes.  
E acendia, e ascendeu...*

*Dezenas de Odetes se levantaram às batalhas,  
vencendo dia após dia sobre um terreno encharcado de suor feminino,  
graças à Odete germinante, proliferante e multiplicável,  
Uma mulher forte  
Um espírito-norte  
eternizada, de hoje e para sempre;  
Como uma bandeira.*

## RESUMO

Esta pesquisa avaliou o papel e a trajetória das mulheres na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado (AMAFE), em Curaçá-BA, destacando suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico local e sua atuação como agentes de mudança. A investigação, baseada em um estudo de caso, também abordou o associativismo como um caminho para o empoderamento, fortalecimento e emancipação das associadas, além de sua importância para a sustentabilidade das ações desenvolvidas pela associação. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, utilizou diferentes métodos e instrumentos para a construção dos dados, incluindo pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos, pesquisa documental, observação com registros em diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistadas sete mulheres da associação, incluindo a presidente e seis associadas e um colaborador do IRPAA. O estudo foi conduzido em conformidade com as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos. Para a análise dos dados, foi adotado o método de análise de conteúdo, com ênfase na categorização temática. Além disso, a triangulação metodológica permitiu identificar práticas, experiências e desafios enfrentados pelas mulheres enquanto agentes de transformação. Os resultados apontam que o associativismo tem desempenhado um papel fundamental na mudança da realidade das associadas. A pesquisa identificou a participação ativa de 17 mulheres na AMAFE, cuja trajetória se estende por mais de 12 anos, dedicando-se ao beneficiamento da mandioca e à produção de biscoitos e geleias. O trabalho coletivo, estruturado com base no regime de mutirão, reforça as práticas comunitárias e fortalece a organização social do grupo. Além disso, o estudo evidenciou experiências e contribuições femininas frequentemente invisibilizadas, ressaltando seu impacto na valorização da cultura local, no compartilhamento de saberes tradicionais e na promoção da sustentabilidade em nível local. O diagnóstico dos impactos da atuação protagonista das mulheres permitiu compreender como suas iniciativas têm impulsionado o desenvolvimento rural sustentável da comunidade, ao mesmo tempo em que revelou desafios e áreas que demandam maior atenção e apoio. Constatou-se que estratégias e políticas públicas podem potencializar ainda mais esse processo de empoderamento e emancipação feminina. Como produto final da pesquisa, foi desenvolvido um documentário que apresenta as conquistas das mulheres da comunidade, com o objetivo de dar visibilidade às suas iniciativas e impactos no desenvolvimento local. Além disso, o material busca fortalecer o debate sobre políticas públicas e programas voltados para o empoderamento feminino e o desenvolvimento rural sustentável em comunidades tradicionais, como o Fundo de Pasto Esfomeado.

**Palavras-chave:** associativismo rural; participação feminina; impacto socioeconômico; sustentabilidade; comunidade rural.

## ABSTRACT

This research assessed the role and trajectory of women in the traditional community of Fundo de Pasto Esfomeado (AMAFE), in Curaçá-BA, highlighting their contributions to local socioeconomic development and their role as agents of change. The investigation, based on a case study, also addressed associationism as a path to empowerment, strengthening, and emancipation of members, in addition to its importance for the sustainability of the actions developed by the association. The research, with a qualitative and descriptive approach, used different methods and instruments for data construction, including bibliographic research in books, theses, dissertations, and articles, documentary research, observation with field diary records, and semi-structured interviews. Seven women from the association were interviewed, including the president and six members and one IRPAA collaborator. The study was conducted in accordance with the guidelines of Resolution No. 510/2016 of the National Health Council, which regulates research with human beings. For data analysis, the content analysis method was adopted, with emphasis on thematic categorization. Furthermore, methodological triangulation allowed us to identify practices, experiences and challenges faced by women as agents of change. The results indicate that associations have played a fundamental role in changing the reality of their members. The research identified the active participation of 17 women in AMAFE, whose trajectory spans over 12 years, dedicating themselves to processing cassava and producing cookies and jams. The collective work, structured based on the collective work system, reinforces community practices and strengthens the social organization of the group. In addition, the study highlighted women's experiences and contributions that are often invisible, highlighting their impact on valuing local culture, sharing traditional knowledge and promoting sustainability at the local level. The diagnosis of the impacts of women's leading role allowed us to understand how their initiatives have driven the sustainable rural development of the community, while also revealing challenges and areas that require greater attention and support. It was found that strategies and public policies can further enhance this process of female empowerment and emancipation. As a final product of the research, a documentary was developed that presents the achievements of women in the community, with the aim of giving visibility to their initiatives and impacts on local development. In addition, the material seeks to strengthen the debate on public policies and programs aimed at women's empowerment and sustainable rural development in traditional communities, such as Fundo de Pasto Esfomeado.

**Keywords:** rural associations; female participation; socioeconomic impact; sustainability; rural community.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Comunidade Esfomeado II, Curaça, BA.....                                                | 46  |
| Figura 2: Mapa de localização do município de Curaçá e do território da Comunidade Esfomeado..... | 47  |
| Figura 3: Localização da Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado.....                                 | 48  |
| Figura 4: Divulgação edital de contratação de Agente de Negócios – CAR.....                       | 77  |
| Figura 5: Odete Ferreira da Siva. ....                                                            | 81  |
| Figura 6: Capa do livro As “Odetes” .....                                                         | 81  |
| Figura 7: Equipe de filmagem durante a produção do vídeo em campo, .....                          | 83  |
| Figura 8: Participação da AMAFE em eventos, intercâmbios e feiras.....                            | 104 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Comunidades de Fundo de Pasto autoidentificadas e certificadas junto à SEPROMI no Município de Curaçá – BA | 40 |
| Quadro 2: Síntese e clareza entre objetivos específicos e instrumentos do referido trabalho.                         | 56 |
| Quadro 3: Conquistas para a Associação e a Comunidade estudada.                                                      | 72 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                          |
|----------|--------------------------------------------------------------------------|
| AMAFE    | Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado                      |
| CAR      | Coordenação de Desenvolvimento e Ação Regional                           |
| FAO      | Food and Agriculture Organization                                        |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                          |
| IRPAA    | Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada                    |
| ODS      | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                                 |
| SEPROMI  | Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia |
| TALE     | Termo de Assentimento Livre e Esclarecido                                |
| TCLE     | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                               |
| CESOL    | Centro Público de Economia Solidária                                     |
| CODEVASF | Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba    |
| MDA      | Ministério do Desenvolvimento Agrário                                    |
| SDT      | Secretaria de Desenvolvimento Territorial                                |
| PTC      | Programa Territórios da Cidadania                                        |
| CONAB    | Companhia Nacional de Abastecimento                                      |

## SUMÁRIO

|                                                                                |           |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>RESUMO</b>                                                                  | <b>6</b>  |
| <b>ABSTRACT</b>                                                                | <b>7</b>  |
| <b>LISTA DE FIGURAS</b>                                                        | <b>8</b>  |
| <b>LISTA DE QUADROS</b>                                                        | <b>8</b>  |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>                                          | <b>9</b>  |
| <b>SUMÁRIO</b>                                                                 | <b>10</b> |
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                            | <b>12</b> |
| <b>2 OBJETIVO</b>                                                              | <b>14</b> |
| 2.1 Objetivo Geral                                                             | 14        |
| 2.2 Objetivos Específicos                                                      | 15        |
| <b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                   | <b>15</b> |
| 3.1 Agricultura Familiar e o Empoderamento das Mulheres no Campo               | 15        |
| 3.2 O Associativismo das Mulheres e Redes de Cooperação                        | 21        |
| 3.3 Desenvolvimento sustentável, papel das mulheres rurais e territorialidades | 27        |
| 3.4 Compreendendo a Comunidade Fundos de Pasto: Conceito e Características     | 39        |
| <b>4 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>                                                | <b>43</b> |
| 4.1 Tipo e caracterização de pesquisa                                          | 43        |
| 4.2 Lócus da Pesquisa                                                          | 45        |
| 4.3 Participantes da Pesquisa                                                  | 48        |
| 4.3.1 História da AMAFE                                                        | 49        |
| 4.4 Processos Metodológicos de Construção e Análise de Dados                   | 53        |
| 4.5 Sistematização e análise dos dados                                         | 56        |
| <b>5 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>                                                | <b>58</b> |
| 5.1 Associativismo e as Relações de Gênero                                     | 58        |
| 5.2 AMAFE e o empoderamento feminino                                           | 62        |
| 5.3 Desafios enfrentados pelas mulheres no associativismo rural                | 66        |
| 5.4 Desenvolvimento Rural Sustentável                                          | 68        |
| 5.4.1 Benefícios Estruturais e Econômicos                                      | 72        |
| 5.5 Políticas Públicas e as Instituições Parceiras da AMAFE                    | 74        |
| 5.6 Identidade e Protagonismo                                                  | 77        |
| 5.7 Resgate das histórias de conquista de mulheres da Comunidade Esfomeado     | 79        |
| <b>6 O PRODUTO DA PESQUISA: “AS ODETES”</b>                                    | <b>81</b> |
| 6.1 Estrutura do documentário                                                  | 81        |

|                                                                                            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.2 Validação do Produto Final                                                             | 85         |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                              | <b>85</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                         | <b>89</b>  |
| <b>APÊNDICE A – REGISTRO DA PARTICIPAÇÃO DA AMAFE EM ATIVIDADES, EVENTOS, INTERCÂMBIOS</b> | <b>104</b> |
| <b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO</b>                     | <b>105</b> |
| <b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSOCIADAS</b>                                   | <b>106</b> |
| <b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COLABORADORES DO IRPAA</b>                       | <b>107</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Território de Identidade do Sertão do São Francisco, situado no semiárido do Nordeste brasileiro, ocupa aproximadamente 11% da área geográfica do estado da Bahia. Abrange dez municípios: Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho, Juazeiro, Curaçá, Uauá e Canudos. A região é marcada pelo bioma caatinga, chuvas escassas e irregulares (400 a 700 mm anuais), frequentes períodos de seca e temperatura média de 25,5°C. Com uma população de 553.098 habitantes (IBGE, 2022), 64% dos 33.442 estabelecimentos familiares possuem cisternas para convivência com a escassez hídrica.

Nesse contexto territorial e climático desafiador, a agricultura familiar se destaca como a principal atividade econômica e de subsistência, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades rurais. Essa forma de organização, que integra produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, é caracterizada pela gestão familiar e forte dependência de sua força de trabalho (FAO, 2014). Além de garantir segurança alimentar e nutricional, a agricultura familiar dinamiza economias locais e promove maior resiliência às mudanças climáticas, especialmente em regiões vulneráveis como o semiárido brasileiro.

A produção agrícola familiar, responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos no Brasil (FAO, 2018), enfrenta, no entanto, desafios significativos, como acesso limitado a recursos e tecnologias, falta de assistência técnica e discriminação de gênero. Diante dessas adversidades, iniciativas associativas emergem como alternativas para fortalecer o setor, promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais.

É nesse cenário que a Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE), localizada na Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado, em Curaçá-BA, desempenha um papel importante. Liderada por mulheres, a AMAFE articula práticas associativas que impulsionam o empoderamento feminino e promovem o desenvolvimento socioeconômico local.

Essas mulheres se reuniram para criar um coletivo visando debater questões de gênero, discutir temas relevantes e desenvolver atividades que gerassem renda extra. Nesse contexto, surgiu a ideia de montar uma pequena agroindústria, e o grupo decidiu iniciar a produção de biscoitos de mandioca. Em agosto de 2013, começaram a produzir biscoitos e, ainda nesse mesmo mês, já participavam de feiras, o que

motivou o processo de formalização da associação. Em setembro daquele ano, foi realizada a eleição que constituiu a AMAFE.

Atualmente, o grupo conta com 19 membros, dos quais 05 estão ativamente envolvidos na produção, que inclui uma variedade de produtos como geleias, biscoitos, doces e licores. Essa trajetória evidencia não somente a iniciativa empreendedora das mulheres, mas também a importância do associativismo como estratégia para a geração de renda e fortalecimento das práticas culturais e econômicas no meio rural.

Nesse contexto, Jales *et al.* (2009) destacam que as associações têm o potencial de criar estratégias inovadoras e democráticas para o desenvolvimento local, promovendo a participação política e social, ao mesmo tempo que aproveitam de maneira eficaz os recursos disponíveis na comunidade. Sangalli *et al.* (2015) reforçam que o associativismo possibilita a realização de projetos e o alcance de espaços que, individualmente, seriam mais difíceis de conquistar, além de melhorar as condições econômicas dos envolvidos.

Para um projeto coletivo ter sucesso, é importante o envolvimento dos participantes, muitas vezes deixando de lado os interesses individuais em prol do bem coletivo. Jales *et al.* (2009) destacam que a cooperação e o envolvimento das pessoas são forças essenciais para a transformação local. Da mesma forma, Sangalli *et al.* (2015) afirma que o associativismo ajuda pequenos produtores a atuarem melhor no mercado, fortalecendo suas condições econômicas e contribuindo para permanecerem no meio rural.

Leonello (2010) explica que iniciativas de cooperação com base em interesses comuns existem há muito tempo, mas foi a partir dos anos 1990 que essas discussões ganharam mais força, com uma nova visão voltada ao desenvolvimento social e local, alinhada aos princípios da sustentabilidade.

Este estudo analisou o papel da AMAFE no empoderamento das mulheres e no desenvolvimento da Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado. Por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas, observação livre e análise documental, busca-se compreender como o associativismo protagonizado por mulheres contribuiu para o desenvolvimento local, analisando suas práticas e impactos no crescimento econômico e social da comunidade. A questão que norteou este estudo foi: *“Como o associativismo protagonizado por mulheres na Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado contribuiu para o*

*desenvolvimento socioeconômico local?”*

A pesquisa está alinhada a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Ao fomentar o empoderamento feminino e o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais, este estudo contribuiu de maneira relevante para o avanço dessas metas globais, ao mesmo tempo em que propõe recomendações para fortalecer a atuação da AMAFE e de outras iniciativas semelhantes.

Esta dissertação está organizada em seções que estruturam a abordagem do tema. Inicialmente, apresenta-se a introdução, contextualizando a pesquisa e seus objetivos. Em seguida, o referencial teórico discute temas como agricultura familiar e o empoderamento das mulheres no campo, o associativismo das mulheres e redes de cooperação, desenvolvimento sustentável, o papel das mulheres rurais e territorialidades, além do conceito e características das comunidades de fundo de pasto.

Na sequência, são detalhados os aspectos metodológicos da pesquisa, incluindo a abordagem qualitativa e as técnicas de coleta e análise de dados. Os resultados e discussões analisam as contribuições das mulheres na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado e os impactos do associativismo no desenvolvimento local.

Posteriormente, é apresentado o produto final da pesquisa, um vídeo documentário intitulado “As Odetes – O Protagonismo Feminino na Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado – Curaçá-BA”, que aborda a estrutura do documentário e sua validação. Por fim, as considerações finais destacam as principais conclusões e contribuições da pesquisa para o campo do desenvolvimento sustentável e do protagonismo feminino.

## **2 OBJETIVO**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar o papel e a trajetória de contribuições femininas para o desenvolvimento socioeconômico da Comunidade de Fundo de Pasto Esfomeado no Município de Curaçá-BA.

## 2.2 Objetivos Específicos

- i. Identificar o papel das mulheres e suas trajetórias na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado, destacando práticas, experiências e desafios como agentes de mudança e desenvolvimento local;
- ii. Descrever os impactos da ação protagonista das mulheres sobre o processo de desenvolvimento rural sustentável na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado;
- iii. Evidenciar a importância do associativismo como meio de empoderamento para a transformação da realidade das associadas da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado – AMAFE.

## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo iremos apresentar as bases teóricas de direcionamento para o estudo, versando sobre a agricultura familiar, a importância do associativismo como meio para o empoderamento das mulheres e desenvolvimento territorial. Será abordado também o tópico de conceituação e caracterização das comunidades tradicionais de fundos de pasto.

### 3.1 Agricultura Familiar e o Empoderamento das Mulheres no Campo

A agricultura familiar desempenha um papel importante no fornecimento de alimentos no Brasil, 70% do que é consumido vem dessa atividade. Promovendo a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a redução da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais (Lima; Silva; Iwata, 2019). A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) define a agricultura familiar como um modelo produtivo essencial para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. Segundo o órgão:

Modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquíicultura gerida e operada para uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres. A família e exploração estão vinculadas, que evoluem e combinam juntos as funções econômicas, ambiental, social e cultural<sup>1</sup> (FAO, 2018, p.10, tradução nossa).

---

<sup>1</sup> Un modo de producción agrícola, forestal, pesquera, ganadera y acuícola que se administra y opera por una familia y que depende predominantemente de la mano de obra familiar, incluidos hombres y mujeres. La familia y la explotación están vinculadas, evolucionan conjuntamente y compaginan funciones económicas, ambientales, sociales y culturales.

Reconhecida por sua natureza dinâmica e heterogênea, caracterizada pela diversificação das atividades sociais e produtivas. Segundo Balestrin (2010), a agricultura familiar se baseia no trabalho familiar, sendo conduzida em pequenas propriedades.

No Brasil e em muitos outros países em desenvolvimento, as mulheres rurais são responsáveis por cerca de 45% da produção de alimentos, conforme dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO<sup>2</sup>). Esse papel fundamental, muitas vezes invisibilizado, é importante no fortalecimento da segurança alimentar e contribui diretamente para o combate à fome (Brasil, 2024).

Apesar dessa significativa participação feminina, a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar tem historicamente relegado as mulheres a uma posição secundária, limitando o reconhecimento de sua contribuição produtiva. Esse cenário reflete uma diferenciação de gênero que tende a valorizar e reconhecer predominantemente o trabalho dos homens (Brumer; Anjos, 2008).

A exclusão das mulheres do protagonismo socioeconômico e político é uma questão histórica, como aponta Varroto (2017). No Brasil, essa realidade começou a ser mais amplamente discutida a partir dos anos 1980, quando o debate sobre gênero e a ação coletiva das agricultoras passaram a ganhar espaço no cenário político.

Nesse período, grupos de mulheres em diferentes regiões do país passaram a se mobilizar para discutir seus direitos e condições de vida e trabalho. Temas como o reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas, a luta pelo direito à terra e pela reforma agrária, o acesso aos benefícios previdenciários e a participação das mulheres na estrutura sindical passaram a ser pautas centrais dessas mobilizações.

Na Região Nordeste, além das questões agrárias e previdenciárias, as mulheres também trouxeram à tona discussões sobre violência de gênero, saúde, geração de renda, meio ambiente e direitos sexuais e reprodutivos (Cordeiro; Scott, 2007). Essas lutas impulsionaram o fortalecimento das mulheres como agentes políticas e sociais, promovendo o conceito de empoderamento feminino como uma estratégia essencial para a superação das desigualdades estruturais.

Moraes e Nascimento (2021) destacam que a sociedade tende a ter uma visão conservadora e patriarcal do papel da mulher rural nas relações familiares, não

---

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/10/brasil-compartilha-politicas-publicas-para-mulheres-rurais-no-comite-de-seguranca-alimentar-mundial>.

reconhecendo seu papel como participante ativa nos processos produtivos. Ainda segundo os autores, a organização produtiva das famílias camponesas estabelece papéis bem definidos, distribuídos entre os membros da família com base em marcadores de gênero e geração. Isso resulta em uma estrutura familiar camponesa que reproduz uma ordem conservadora e heteronormativa, permeada por valores patriarcais. Esses valores estabelecem papéis que enfatizam a importância do homem como figura central da família, enquanto as atividades femininas são frequentemente relegadas a uma posição submissa e desvalorizada.

Embora o debate sobre gênero na agricultura familiar tenha avançado, desafios persistem, especialmente no reconhecimento da contribuição feminina para o trabalho produtivo e reprodutivo. No entanto, experiências locais demonstram caminhos para a superação dessas desigualdades. Na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado II, por exemplo, a auto-organização feminina tem se consolidado como uma estratégia de resistência e transformação social e econômica.

A estrutura da sociedade brasileira, historicamente marcada por relações de gênero desiguais, coloca as mulheres em condições de opressão e subordinação na relação com os homens, especialmente nos espaços de decisão. No contexto da agricultura familiar, essa desigualdade restringe não somente o acesso aos recursos produtivos, mas também a participação das mulheres nas decisões políticas e econômicas. Apesar das barreiras mencionadas anteriormente, as últimas décadas testemunham um aumento significativo na mobilização e organização das mulheres, refletindo sua determinação em superar as desigualdades e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Atividades coletivas têm sido fundamentais para ampliar os espaços de atuação das mulheres, promovendo seu desenvolvimento pessoal e enriquecendo seus conhecimentos. Essa expansão ocorre por meio de ações formativas e intercâmbios, que oferecem oportunidades de troca de experiências e aprendizado coletivo. De acordo com Pacheco (2009), os intercâmbios são entendidos como uma ferramenta pedagógica que facilita a troca de saberes, conectando indivíduos a outras experiências, sejam eles familiares, organizacionais ou de outros grupos e redes de sociabilidade.

Segundo Souza *et al.* (2021), as mulheres atuam como agentes na produção de conhecimento, promovendo transformações tanto no ambiente familiar quanto comunitário. Esse processo fortalece sua autonomia e amplia sua capacidade de

promover mudanças estruturais na sociedade.

O empoderamento e a autonomia das mulheres são processos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar de sua relevância, até os anos 1970, a presença das mulheres nos debates sobre o desenvolvimento econômico era praticamente ignorada, sendo elas frequentemente desconsideradas até mesmo no ambiente familiar (Sardenberg, 2010; Scheffler, 2013).

Foi somente a partir dos anos 1980, impulsionados pelo movimento feminista, começaram a surgir estudos sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Esses estudos trouxeram à tona temas como as decisões reprodutivas, a mobilidade e o controle sobre recursos econômicos, marcando o início de uma compreensão mais ampla da autonomia feminina. Contudo, ainda havia desafios para captar as nuances de poder que sustentam as desigualdades de gênero (Nadu *et al.*, 2013).

Segundo Nadu *et al.* (2013), o conceito de gênero ganhou destaque na década de 1980, sendo tratado como uma construção social em oposição ao essencialismo biológico. Joan Scott, uma das pioneiras nesse debate, define gênero como a “organização social das relações entre os sexos” (Scott, 1995, p. 2).

Esse entendimento abre espaço para questionar as desigualdades no trabalho, no acesso a direitos e na participação política. No entanto, Cornwall *et al.* (2012) alertaram para o perigo de simplificar o conceito de gênero, transformando-o em slogans vazios que dificultam a criação de políticas realmente eficazes. Ainda assim, a abordagem de gênero continua sendo um instrumento de legitimação das lutas femininas e promoção de mudanças sociais, como evidenciado na IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim, nos anos 1990 (Scheffler, 2013).

No Brasil, as políticas públicas para as mulheres rurais, como o PRONAF-Mulher e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolveram-se significativamente para fortalecer sua autonomia e garantir maior participação econômica e social (Siliprandi, 2011). Essas iniciativas abriram espaço para que as mulheres agricultoras assumissem um papel ativo na produção rural e na conquista de direitos. Contudo, no governo federal entre 2018 e 2022, a redução de recursos destinados a essas políticas trouxe novos desafios, prejudicando a continuidade dos avanços conquistados (Notaroberto, 2020; Bozik *et al.*, 2019).

Mesmo diante dessas dificuldades, o empoderamento das mulheres permanece como um processo transformador, permitindo que elas conquistem maior controle sobre suas vidas e contribuam ativamente para a construção de um futuro

mais inclusivo e equilibrado.

Scott (1995), integrante do grupo de teóricos pós-estruturalistas, destaca que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, e atua como uma forma primária de significar as relações de poder. No espaço rural, as relações de gênero refletem diretamente no trabalho, especialmente na agricultura familiar, onde essas dinâmicas se estabelecem de forma marcante.

Considerando o gênero como categoria de análise, Pacheco (2004) ressalta que não se pode desvincular o gênero de suas representações na família, no trabalho e na economia. A família, vista como espaço de relações de poder, muitas vezes desconstrói a ideia de equilíbrio e felicidade universal ao evidenciar desigualdades de gênero. Essas desigualdades são ainda mais visíveis no contexto da agricultura familiar, que constitui um meio físico e simbólico onde ocorre a divisão entre trabalhos produtivos, atribuídos aos homens, e trabalhos reprodutivos, destinados às mulheres.

No espaço rural, o trabalho feminino é frequentemente desvalorizado e visto como mera “ajuda” ao marido, com caráter complementar. Mesmo quando as mulheres realizam atividades além dos serviços domésticos, como vender produtos da família em feiras, seu trabalho ainda é considerado inferior ao masculino (Pacheco, 2004). Essa percepção reforça as desigualdades de gênero e subestima a importância das contribuições femininas no contexto rural.

Sardenberg (2009), ao refletir sobre educação popular, recorre a Batliwala (1997) para destacar seu caráter libertador, que conduz ao empoderamento. Ambas as autoras observam que o conceito de empoderamento na América Latina está enraizado em uma ideologia inspirada nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire. Nesse modelo educacional, o empoderamento é concebido como um meio de alcançar libertação e autonomia, tanto no plano individual quanto coletivo.

As origens desse conceito decorrem de uma articulação entre propostas feministas e princípios da educação popular, especialmente a “pedagogia do oprimido” de Freire e outras pedagogias libertadoras. Batliwala também reconhece a influência de Gramsci, sobretudo na importância de criar mecanismos participativos para a construção de democracias mais equitativas (Sardenberg, 2006, p. 4).

O empoderamento é um processo dinâmico que varia conforme o contexto histórico, social e cultural em que indivíduos ou grupos estão inseridos. Leon (2013, p. 7) define-o como “um processo dinâmico do qual o próprio povo é protagonista

mediante seus esforços individuais e coletivos [...] segundo seu contexto e história, e segundo sua localização de subordinação pessoal, familiar, comunitária, nacional, regional e global”.

A análise sobre o empoderamento realizada por Costa (2004) alinha-se com a mudança das bases sociais e de ideário popular e destaca que, para as feministas, o empoderamento implica uma mudança radical nas estruturas e processos que reduzem a subordinação das mulheres enquanto gênero. Esse processo ocorre por meio de decisões coletivas e transformações individuais, promovendo autonomia e equidade.

Léon (2013) alerta sobre a necessidade de vincular o empoderamento individual às ações coletivas. Um empoderamento restrito à dimensão individual pode perder sua característica solidária e desvincular-se das lutas sociais. Assim, o empoderamento deve integrar as esferas pessoal e política, articulando questões íntimas e corporais à luta contra as relações de poder vividas no cotidiano, especialmente no ambiente familiar e na ordem social.

Stromquist (1997) identifica componentes essenciais para o empoderamento feminino:

- Componente Cognitivo: Consciência da subordinação e decisão pela mudança.
- Componente Psicológico: Autoestima e autoconfiança, fundamentais para a ação e transformação.
- Componente Econômico: Independência financeira, muitas vezes a base do empoderamento.
- Componente Político: refere-se à capacidade de analisar o contexto político e social ao seu redor, o que implica também na habilidade de organizar e promover transformações sociais.

O empoderamento, portanto, não é um caminho solitário. Conquistas individuais devem fomentar ações coletivas, garantindo que os avanços sejam compartilhados e contribuam para mudanças sociais mais amplas.

Segundo Oliveira (2004, p. 44):

“a perspectiva de gênero como um dos pilares desse desenvolvimento, considera a histórica discriminação e invisibilidade do papel das mulheres na sociedade, na vida, no desenvolvimento, nas decisões. Romper com esse silenciamento, visibilizar suas contribuições e o protagonismo das mulheres é condição para falarmos em democracia, em participação, em cidadania, em sustentabilidade”. Essa abordagem assegura que as desigualdades históricas sejam enfrentadas e que as mulheres ocupem seu lugar como agentes centrais de transformação social.

No cenário rural brasileiro, observa-se um crescimento expressivo da participação feminina em organizações coletivas, o que contribui para o protagonismo das mulheres na construção de uma identidade política e social própria. Essa participação implica em assumir mais responsabilidades, tanto no âmbito familiar quanto no coletivo (Siliprandi, 2011).

Dessa forma, o associativismo se consolidou como um dos principais mecanismos de transformação para as mulheres no meio rural, impulsionando seu protagonismo no desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades. A participação em iniciativas coletivas amplia a visibilidade das questões de gênero e fortalece a presença feminina em espaços de decisão, promovendo mudanças significativas para a coletividade.

O enfoque adotado nesta pesquisa visa investigar o empoderamento feminino por meio do associativismo no contexto rural, onde, a participação das mulheres nas decisões é negligenciada. Esse processo de empoderamento, portanto, se dá por meio de trajetórias que envolvem tanto as experiências individuais quanto as ações coletivas. Dentro do associativismo, as mulheres interagem, trocam conhecimentos, enfrentam desafios juntas e, ao mesmo tempo, buscam alcançar objetivos comuns, como a autonomia econômica e a mudança de papéis sociais.

### **3.2 O Associativismo das Mulheres e Redes de Cooperação**

O associativismo é um fenômeno social que assume diferentes formas, dependendo do contexto em que se insere. Embora o termo remeta à ideia de união e cooperação, sua conceituação jurídica define a associação como uma organização de direito privado, institucionalizada e registrada, formada pela união de pessoas em torno de uma finalidade comum, sem fins lucrativos (Ganança, 2006).

Embora o associativismo tenha uma definição jurídica estabelecida, sua importância vai além da formalidade legal. Na prática, ele se configura como um processo social dinâmico, que envolve diferentes segmentos da sociedade e promove a organização coletiva em prol de objetivos comuns. No contexto rural, o associativismo tem sido um instrumento estratégico para fortalecer a participação feminina, promovendo não apenas o desenvolvimento local, mas também a reconfiguração das relações sociais e produtivas.

Ao longo das últimas décadas, a organização coletiva tem sido uma ferramenta para a ampliação do protagonismo das mulheres no campo, permitindo que elas se articulem de maneira estruturada para conquistar direitos, reconhecimento e autonomia. Independentemente do tipo de associação ou de seus objetivos, ela é uma forma legal de unir pessoas com interesses comuns. Sua criação permite alcançar condições melhores e mais organizadas do que uma pessoa conseguiria sozinha para atingir seus objetivos (Jales, 2009).

Um estudo conduzido por Brandão *et al.* (2016), constatou que a criação de uma associação no meio rural foi impulsionada por uma mobilização significativa em torno do fortalecimento da questão de gênero. De acordo com os autores, as mulheres participantes desempenharam um papel dinâmico e ativo, assumindo uma gestão participativa dos recursos disponíveis na localidade, demonstrando comprometimento e protagonismo em suas ações coletivas.

O associativismo refere-se à atividade humana realizada em um contexto de grupo social, formado por indivíduos conectados por uma rede ou sistema de relações sociais. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000), o associativismo abrange qualquer organização formada de maneira voluntária e sem fins lucrativos, criada com o propósito de alcançar um objetivo comum.

Ainda segundo Brandão *et al.* (2016), a organização sob forma de associação pode ser considerada uma estratégia de inclusão socioprodutiva, pois permite que as mulheres se unam para superar barreiras estruturais impostas pelas desigualdades de gênero. Os autores destacaram também que a atividade associativa se configura como um espaço mediador, conectando os saberes tradicionais das mulheres rurais com conhecimentos técnicos e científicos, permitindo sua adaptação e aplicação a novos contextos produtivos.

Além disso, a estrutura associativa proporciona um ambiente favorável para a troca de experiências, o fortalecimento da cooperação e a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras. A associação pode ser um canal importante para o acesso a recursos, capacitação e assistência técnica, contribuindo assim para o fortalecimento da autonomia e da participação ativa das mulheres no desenvolvimento local.

De acordo com Viana Silva e Valente (2013, p. 396), a ação coletiva promovida pelas associações gera diversos benefícios, como:

[...] fortalecimento organizacional; construção de redes e alianças sociais; aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, a reciprocidade, a confiança) que contribuem para o alcance do bem comum; modificação das relações sociais no interior do assentamento e, particularmente, as relações de poder (no caso, ligadas a questões de gênero) com influência sobre as políticas públicas, a partir do maior acesso à tomada de decisão e ampliação das oportunidades de desenvolvimento, de modo a enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação (Viana Silva; Valente, 2013, p. 396).

A ação associativa, que atua de forma democrática, coletiva e cooperativa para promover melhorias, tem se mantido ao longo do tempo. Assim, o processo de transformação e consolidação das bases locais pelo associativismo consiste em um conjunto de iniciativas para enfrentar diferenças e promover o desenvolvimento local (Leonello, 2010). Dessa forma, a associação é vista como um método de trabalho coletivo e democrático, mais eficaz do que iniciativas individuais. Nesse contexto, o associativismo se apresenta como uma solução para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida.

Nesse sentido, Domingos *et al.* (2021) destacam que as associações não apenas facilitam o acesso ao crédito e a novas tecnologias, mas também desempenham um papel fundamental na luta pela garantia de direitos e na reorganização das relações de poder dentro das comunidades. Pinheiro (2001), por sua vez, ressalta que as associações representam um modelo ideal de organização da sociedade civil, pois combinam "...a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, estruturada de forma a ampliar sua capacidade de pressionar por benefícios para o grupo" (p. 348).

A construção de redes de contato e o desenvolvimento de atitudes cooperativistas fortalece a interação das mulheres com o espaço público e amplia sua participação ativa em processos decisórios. Ao fortalecer essas conexões, as mulheres se consolidam como lideranças capazes de promover mudanças estruturais, tanto na realidade coletiva da comunidade quanto na conquista de sua própria emancipação social e econômica.

Dalfovo *et al.* (2010) enfatizam que o associativismo rural visa integrar pessoas em torno da melhoria das condições de vida e da busca por direitos, promovendo o reconhecimento dos sujeitos como agentes de transformação. Esse processo fortalece a capacidade de atuação coletiva, permitindo que os indivíduos superem desafios e criem soluções inovadoras para o desenvolvimento local.

Essa perspectiva reforça o papel do associativismo como um meio de

empoderamento, pois transforma a visão de cada participante, que deixa de ser um sujeito isolado e passa a se enxergar como parte de uma força coletiva com potencial para propor soluções, superar desafios e construir alternativas para o desenvolvimento local.

Além disso, o associativismo rural não se limita a oferecer soluções práticas para problemas econômicos ou sociais, mas também desempenha um papel educativo e transformador. Por meio do diálogo, da cooperação e da construção coletiva, os associados desenvolvem uma consciência crítica acerca de suas realidades, fortalecendo sua capacidade de atuação política e social.

A organização em associações coletivas, fundamentada nos princípios da cooperação e da solidariedade, promove o fortalecimento do trabalho coletivo e da rede de apoio entre os participantes. Segundo Oliveira (2004), a constituição de redes de colaboração entre empreendimentos de Economia Solidária fortalece significativamente os processos de empoderamento, ao romper com o isolamento político dos trabalhadores e trabalhadoras.

Além disso, essas redes promovem co-responsabilidade, sinergia, troca de experiências, ajuda mútua e socialização de aprendizados entre os diferentes empreendimentos.

Trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONG's, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo (Mance, 2003, p.220).

Ao operar dentro dessas redes, os sujeitos envolvidos encontram não apenas apoio prático, mas também um espaço para fortalecer sua autonomia, refletir sobre seu papel na comunidade e construir novas dinâmicas de poder que promovam equidade e transformação social.

No campo da agroindústria, o associativismo se destaca como uma ferramenta de valorização dos saberes femininos e geração de renda. A produção artesanal e agroindustrializada de itens como doces, geleias, biscoitos e licores evidencia o potencial criativo e técnico das mulheres rurais, permitindo que seus conhecimentos tradicionais sejam adaptados e aplicados em novos contextos produtivos.

Essa prática não só agrega valor aos produtos, mas também fortalece a autonomia das mulheres, promovendo sua inserção no mercado. A comercialização direta ao consumidor, especialmente em feiras livres e espaços institucionais,

aumenta a visibilidade do trabalho feminino e fomenta reflexões sobre gênero.

Por meio dessas iniciativas, o associativismo se apresenta como um modelo que combina empreendedorismo, sustentabilidade e inclusão. Ele incentiva o manejo sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo que promove a segurança alimentar e a diversificação da produção.

Esse modo de organização social também assegura a perpetuação das práticas rurais, envolvendo mulheres e jovens em projetos que garantam a continuidade e a sobrevivência das gerações futuras. Assim, o associativismo não apenas transforma a realidade das mulheres rurais, mas também fortalece suas comunidades, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Nesse contexto, a economia solidária surge como uma estratégia de potencializar os impactos do associativismo ao incentivar práticas de autogestão e participação democrática. A criação de associações e cooperativas baseadas nesse modelo permite a construção de alternativas produtivas sustentáveis, promovendo inclusão social e autonomia econômica. Esse novo paradigma de desenvolvimento é destacado por Locatel e Lima (2018):

[...] percebemos na Economia Solidária certa originalidade de iniciativas democráticas e de participação, de modelo autogestionário, do qual todos são donos dos meios de produção, trazendo uma série de mudanças na forma e organização desses empreendimentos solidários, desencadeando ações que representam a vontade comum (Locatel e Lima, 2018, p.6)

Faria e Faria (2006) complementam ao definir a economia solidária como um sistema de produção e distribuição caracterizado por empreendimentos coletivos, refletindo um modelo de produção e comercialização solidário.

As contribuições de Polanyi (2021) reforçam que as economias estão sempre embutidas em relações sociais, e que os mercados não podem ser analisados isoladamente, mas como parte de um tecido comunitário mais amplo. Assim, a análise da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE) se insere dentro desse contexto, demonstrando como a integração econômica e social pode promover transformações estruturais no desenvolvimento local.

Sabourin (2009) discute a reciprocidade como um princípio fundamental na economia, enfatizando como práticas de cooperação e troca fortalecem comunidades rurais e promovem o desenvolvimento local. Ele relaciona as formas de organização

camponesas com as estruturas de reciprocidade existentes na produção e na vida familiar e doméstica, como as práticas de ajuda mútua e compartilhamento de recursos comuns. Essas práticas não apenas sustentam a coesão comunitária, mas também criam um ambiente propício para a melhoria das condições de vida.

Nesse contexto, Siliprandi (2003) destaca a importância de direcionar recursos para as mulheres agricultoras para melhorar as condições de produção dos alimentos agrícolas para subsistência.

Quando falamos do papel das mulheres na manutenção socioeconômica das famílias rurais, percebemos que as agricultoras estão cada vez mais ativas na busca por uma melhor qualidade de vida, conforme destacado por Sen (2000), desempenhando um papel ativo na busca por mudanças. Esse engajamento das mulheres é uma extensão das práticas de reciprocidade discutidas por Sabourin (2009), evidenciando como a cooperação e o empoderamento feminino são importantes para a promoção do desenvolvimento nas comunidades rurais.

Assim, este trabalho adota a perspectiva de Sardenberg (2012, p. 66), que define o "empoderamento como um processo de conquista da autonomia por parte dessas mulheres [...]", o que também se traduz na ampliação das possibilidades de fazer escolhas estratégicas, em um contexto onde isso era anteriormente impossível (Kabeer, 1999).

As associadas estão envolvidas na produção de itens como geleias, doces, biscoitos de mandioca e licores, utilizando principalmente matéria-prima adquirida localmente. Quando não disponíveis na comunidade, os insumos são comprados em feiras e mercados. Embora haja iniciativas de algumas associadas na produção de quintais agroecológicos, ainda é insuficiente para abastecer a associação com matéria-prima.

Neste sentido, a pesquisa buscou evidenciar a importância do associativismo como meio de empoderamento para a transformação da realidade das associadas da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado – AMAFE, investigando e identificando o impacto desse processo no desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

Além disso, destacou as trajetórias das mulheres envolvidas, suas práticas e os desafios enfrentados como agentes de mudança, demonstrando como essas experiências fortalecem o associativismo e promovem o desenvolvimento local, reafirmando o protagonismo feminino como elemento central para as transformações

sociais e econômicas destacadas na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado.

### **3.3 Desenvolvimento sustentável, papel das mulheres rurais e territorialidades**

A produção de estudos e teorias sobre o fenômeno do desenvolvimento consolidou a literatura acerca das condições e dos fatores que impulsionam o desenvolvimento local, regional ou territorial, incorporando diversas disciplinas das ciências sociais, especialmente a geografia e a economia (Saquet, 2013). Esse conjunto de saberes tem permitido compreender como a integração de espaços, atores sociais e políticas públicas pode promover justiça social, reduzir desigualdades e valorizar a cultura local.

Desde a década de 1990, a abordagem territorial tem ganhado destaque nas políticas públicas rurais brasileiras, em consonância com os princípios da Constituição Federal de 1988, que asseguram a participação popular no planejamento e controle das ações governamentais. Essa perspectiva, fundamentada na integração de espaços, atores sociais e políticas públicas, visa reduzir desigualdades, promover justiça social, respeitar a diversidade e valorizar a cultura local (Brito, 2017).

Mais recentemente, Costa *et al.* (2021) ressaltam que o interesse pelo desenvolvimento territorial passou a incorporar uma ênfase na sustentabilidade, orientando os processos de desenvolvimento de forma cada vez mais integrada ao contexto local. Assim, a adoção dessa perspectiva tem despertado crescente interesse tanto no campo teórico quanto no empírico, servindo de referência para a formulação de políticas e estratégias que buscam um desenvolvimento adaptado e integral às realidades locais.

No contexto rural, território é entendido como o espaço físico e social construído pelas interações entre os atores e o ambiente, considerando elementos como identidade, coesão social e relações de poder (Schneider, 2004; Haesbaert, 2007). Santos (1999) destaca que o território é um espaço construído pela atuação dos indivíduos, sendo definido a partir do uso que lhe é atribuído e das práticas que nele se desenvolvem.

A implementação da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil se intensificou a partir do final dos anos 90, por meio de ações participativas, endógenas, intersetoriais e intermunicipais (Antunes Junior *et al.*, 2022). Inicialmente,

foi criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), seguido pelo Programa Territórios da Cidadania (PTC), que se consolidou como a principal estratégia territorial do país.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi pioneira na implementação de políticas públicas territoriais. Seu objetivo era integrar dinâmicas territoriais ao desenvolvimento sustentável, promovendo inclusão produtiva, redução das desigualdades e articulação entre áreas urbanas e rurais (Brasil, 2005). Nesse mesmo ano, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) foi lançado, sendo a primeira política territorial do país, direcionada a agricultores familiares, assentados da reforma agrária e populações tradicionais (Zimmermann, 2014).

Outras políticas de combate à pobreza, como o Programa Territórios da Cidadania (2008) e o Programa Brasil Sem Miséria (2012), buscaram articular ações públicas para melhorar as condições de vida no meio rural. Essas iniciativas demonstram a importância do território como unidade estratégica para o planejamento e a implementação de políticas, por permitir a integração das realidades locais, com maior proximidade entre atores sociais e maior eficácia na gestão pública (Brasil, 2015).

Além de articular políticas públicas, essa abordagem também busca transcender a visão tradicional do rural como espaço exclusivamente agrícola, incorporando dimensões sociais e culturais às estratégias de desenvolvimento. Abramovay (2009) destaca que “Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios [...]” (Abramovay, 2009, p. 100).

Além disso, no contexto brasileiro, a abordagem territorial foi fortalecida por estudos de renomados autores (Veiga, 2001; Schneider, 2004; Favareto, 2006; Beduschi Filho; Abramovay, 2009), que defenderam a aplicação de uma perspectiva intersetorial adaptada à realidade nacional. Essa abordagem busca transcender a visão do rural como exclusivamente agrícola, incorporando dimensões sociais e culturais às políticas públicas.

Essa perspectiva estava alinhada ao contexto de redemocratização do país, trazendo novas formas de promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. Isso contrastava com os projetos desenvolvidos nas décadas anteriores, que

causaram profundos impactos sociais e ambientais.

Durante os anos 60 e 70, sob a ditadura militar, o projeto modernizador inspirado nos preceitos da Revolução Verde buscou industrializar a agricultura por meio do uso intensivo de pacotes tecnológicos estrangeiros, priorizando grandes monoculturas externas à exportação (Moreira; Carmo, 2004). Esse modelo beneficiou principalmente os latifundiários de culturas como soja, cana, milho, café e algodão, excluindo grande parte dos pequenos agricultores (Oliveira, 2016). Como consequência, a expansão do capitalismo no campo intensificou as desigualdades no meio rural (Oliveira, 2013; Schwarz, 1998).

O desenvolvimento com enfoque territorial propõe a criação de estruturas institucionais que promovam uma maior participação da sociedade nos processos de tomada de decisão. No âmbito teórico, Pecqueur (2006, p. 12) define o desenvolvimento territorial da seguinte forma: “[...] todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

Nesse contexto, a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento busca integrar políticas no âmbito territorial, promovendo a proximidade social que incentiva a solidariedade e a cooperação. Essa estratégia valoriza a diversidade de atores sociais, aprimorando a articulação dos serviços públicos e destacando a interação entre entidades, cooperativas, organizações representativas da agricultura familiar, instituições de assistência técnica e extensão rural, assentamentos, grupos de mulheres e outros coletivos presentes no território (Brasil, 2009).

O território não é algo pré-determinado, mas sim um resultado dinâmico, construído por meio das estratégias dos atores envolvidos e dos processos de aprendizagem coletiva. Esses processos incluem a aquisição de conhecimentos e informações compartilhadas por meio de práticas e experiências coletivas.

Na abordagem territorial do desenvolvimento, a principal preocupação é integrar e coordenar atividades, recursos e atores, em oposição às abordagens setoriais ou corporativistas que tendem a separar o urbano do rural, o agrícola do industrial, ou até mesmo a universidade do ensino básico e a pesquisa da extensão (Sabourin, 2002). Assim, o território se consolida como uma entidade produtiva diretamente vinculada às características locais – tanto naturais quanto sociais e econômicas.

O desenvolvimento territorial, segundo Pecqueur (2006), é entendido como um

processo que se consolida a partir da formação de uma entidade produtiva intimamente vinculada a um espaço geográfico específico. Esse conceito enfatiza a relação direta entre o território e a atividade produtiva que nele ocorre, destacando o papel das características locais, tanto em termos de recursos naturais quanto sociais e econômicos.

Entre as diferentes abordagens de desenvolvimento, Favareto *et al.* (2015) argumentam que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento. Segundo os autores, “o crescimento econômico se mede pela expansão da produção e não pelos seus efeitos no bem-estar. E porque nem sempre o crescimento se faz acompanhar da melhoria da qualidade de vida das pessoas” (Favareto *et al.*, 2015, p. 17). Para os eles, o desenvolvimento territorial não deve ser medido apenas pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ou da renda per capita, mas pela capacidade de gerar inclusão social, reduzir desigualdades e promover a autonomia dos atores locais.

Ainda explorando a conceituação de desenvolvimento, Carrière e Cazella (2006) argumentam ser um processo que não ocorre isoladamente, mas depende da criação e do fortalecimento de redes e formas de cooperação entre os atores locais de um território. Em outras palavras, para que uma dinâmica de desenvolvimento se estabeleça de forma sustentável, é essencial que os indivíduos, grupos e organizações dentro de um território trabalhem juntos, compartilhando recursos, conhecimento e esforços para alcançar objetivos comuns.

Compreender sua dinâmica exige analisar a interação entre diferentes atores, os mecanismos de cooperação propostos entre eles e as habilidades sociais manifestadas nesse contexto. Segundo Abramovay (2006), a noção de território traz quatro dimensões fundamentais para os estudos das regiões rurais, são elas:

- a) Ruptura com o Enfoque Setorial: O território como categoria territorial rompe com a visão que limita o rural à agricultura, considerando a ruralidade como um atributo baseado na organização de ecossistemas e na interação social dentro do território, em vez de ser definido apenas por limites físicos.
- b) Diferenciação entre Crescimento Econômico e Desenvolvimento: Reconhecemos que o desenvolvimento não restringe o crescimento econômico. A maioria dos pobres rurais depende de atividades diversificadas além da agricultura, e a abordagem territorial exige uma análise das instituições que estruturam a interação social localizada.

- c) Estudo de Atores e Organizações Locais: A dinâmica territorial requer compreender os atores locais, suas organizações e como eles interagem. Esses integram atores de diferentes setores econômicos e possuem origens políticas e culturais diversas, sendo essenciais para a análise de situações específicas.
- d) Gestão Sustentável dos Recursos Naturais: Coloca ênfase na forma como a sociedade organiza o uso dos recursos naturais disponíveis no território, considerando sua reprodução e sustentabilidade. Essa dimensão promove a cooperação entre as ciências sociais e naturais para compreender as interações entre sociedade e meio ambiente.

Inclusive, nessa relação entre agricultura familiar, associativismo rural de mulheres camponesas e territorialidades, pesquisadores constataam uma relação direta com a promoção da sustentabilidade do espaço rural, como se vê nos territórios de comunidades tradicionais de fundo de pastos.

Araújo, Santana e Santana (2022, p. 1378), apresentam essa relação de forma nítida:

As comunidades de fundo de pasto são praticantes da agricultura familiar, base do sustento de muitas famílias de pequenos agricultores no Brasil, principalmente no Nordeste. Os produtos cultivados por esses pequenos agricultores são comumente vendidos nas feiras livres nordestinas e conhecidas como produtos orgânicos, porque esses agricultores familiares normalmente utilizam práticas tradicionais, que são ambientalmente sustentáveis. Nesse sentido, essas comunidades se sustentam por meio da agricultura e criação de pequenos animais (caprinos, ovinos, galinhas, porcos) realizada de forma familiar. A agricultura familiar é uma modalidade agrícola praticada por grupos familiares que muitas vezes desenvolvem a cultura agrícola de maneira tradicional e sustentável. (Araújo; Santana; Santana, 2022, p. 1378)

Nessa perspectiva, Franco *et al.* (2024, p. 11) caracteriza bem essa relação entre associativismo feminino, enfrentamento de desafios e empoderamento dessas mulheres camponesas:

O associativismo tem mudado a vida de muitas produtoras rurais e de suas famílias, mostrando que sim, que as mulheres podem ser protagonistas na área da agricultura, as agricultoras são provedoras de uma nação. É importante destacar que quando falamos de agricultura, falamos de princípios e de valores, de cultivar a terra com bravura e amor, de trazer no peito a nobre missão de colocar alimento no prato do brasileiro. E ainda assim mediante a todas as suas dificuldades lutar pelo bem-estar ambiental, na esperança de um futuro glorioso. (Franco *et al.* 2024, p. 11)

Berdegú e Favareto (2019) analisam as transformações ocorridas entre 1991

e meados dos anos 2000, período marcado por uma revisão crítica das experiências regionais de desenvolvimento rural e pela formulação de propostas adaptadas às novas realidades. Os autores destacam cinco elementos fundamentais da abordagem territorial do desenvolvimento:

1. O território é definido como um espaço construído, composto por estruturas, instituições e atores.
2. Reconhece-se a diversidade setorial da economia rural, abrangendo atividades agrícolas, serviços e indústrias.
3. Valorizam-se as relações entre os espaços urbanos e rurais.
4. As estratégias de desenvolvimento territorial devem ser elaboradas com base no território, articulando-se com os atores locais e apoiando-se em políticas públicas.
5. A construção de um ator territorial coletivo é essencial para expressar os interesses compartilhados do território.

Saquet (2007) destaca que o território deve ser entendido como uma construção social, resultado das interações históricas, culturais e econômicas entre os atores locais. Para ele, o território não é apenas um espaço físico delimitado, mas um espaço dinâmico que reflete as práticas, relações de poder e estratégias coletivas dos grupos que nele atuam. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial exige uma abordagem multidimensional, que considere as particularidades de cada espaço e respeite as dinâmicas locais.

Furtado (2004) ressalta que o desenvolvimento não se limita a ser um processo de acumulação e aumento da produtividade macroeconômica. Ele o define como um *“caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”* (p. 485). Segundo o autor, historicamente, no Brasil, o crescimento econômico não esteve acompanhado por um verdadeiro desenvolvimento.

Esse crescimento, tal como ocorreu, foi sustentado pela preservação dos privilégios das elites, que buscavam atender ao seu desejo de modernização. Por outro lado, o desenvolvimento *“se caracteriza pelo seu projeto social subjacente”* (Furtado, 2004, p. 484). Para Furtado, é apenas quando o projeto social prioriza a melhoria das condições de vida da população que o crescimento econômico pode se

transformar efetivamente em desenvolvimento.

Abramovay (2000) propõe que o desenvolvimento territorial só será eficaz se baseado em uma abordagem participativa e colaborativa, na qual diferentes atores trabalham juntos para valorizar os recursos e as características únicas de um território. Essa visão destaca a importância do capital social, da governança territorial e da inclusão no processo de desenvolvimento, garantindo que as ações sustentáveis sejam integradas às dinâmicas locais.

Como afirma Abramovay (2000, p. 11), o desenvolvimento territorial “apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma determinada região”. A cooperação entre esses atores é importante para integrar diferentes setores e promover ações coletivas capazes de transformar o território. A ligação entre o empoderamento das mulheres e o seu efeito no desenvolvimento socioeconômico vem sendo defendida por Amartya Sen em grande parte do seu trabalho.

Sen (2000, p. 234-235) enfatizou que educar as meninas fornece uma base para melhorar a agência das mulheres. O ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual. Entre os fatores envolvidos estão a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. [...] A condição de agente das mulheres é um dos mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento.

De acordo com Sen (2000), a posse dos recursos produtivos (terra e capital) nos países em desenvolvimento concentra-se, em geral, nas mãos dos homens da família. Portanto, é muito difícil para as mulheres realizarem, até mesmo, pequenos empreendimentos, visto que não possuem bens para oferecerem de garantia aos credores, razão de bloqueio do aumento da participação feminina nas mais diversas atividades econômicas, especialmente agrícolas.

Embora os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 tenham revelado um aumento na participação feminina na direção dos estabelecimentos rurais, passando de 12,7% em 2006 para 18,7% em 2017, a liderança das propriedades ainda é predominantemente masculina (Staduto, 2015; IBGE, 2020).

Em economias desenvolvidas, observa-se a utilização quase total da força de trabalho em diversas atividades produtivas, e tanto homens quanto mulheres

desempenham papéis igualmente importantes para o desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que o conceito de desenvolvimento é amplo, devendo ser entendido não apenas como o crescimento da renda nacional, mas também como um fator de transformação socioeconômica, gerando resultados positivos para a sociedade como um todo (Baig *et al.*, 2017). Nos últimos anos, as análises sobre a participação das mulheres nas atividades agrícolas, especialmente no processo de tomada de decisões, têm crescido mundialmente (Gupta *et al.*, 2017).

O desenvolvimento local pode ser entendido como um processo que integra forças internas e externas às comunidades locais, segundo as diretrizes das políticas públicas implementadas recentemente no país<sup>3</sup>. Esse processo engloba a capacidade de auto-organização, o capital social, a participação cidadã e os investimentos públicos, com o objetivo não apenas de promover o crescimento econômico e social, mas também de fortalecer a dinâmica cultural e política local.

Em sua análise sobre o desenvolvimento local, Carvalho Filho (1999) *apud* Silva e Lima (2021) enfatiza a importância dos protagonistas locais, os quais são identificados como os atores que adotam uma estratégia específica de valorização das potencialidades locais. Esse processo é caracterizado por uma construção coletiva que busca promover um novo padrão de crescimento econômico, contrariando as lógicas de exclusão socioeconômica e política. Nessa perspectiva, Barbosa (2018) entende que o desenvolvimento local está relacionado à capacidade de organização dos atores locais e as potencialidades locais como meio para alcançar o desenvolvimento.

Contudo, como destaca Barbosa (2018), desenvolvimento local endógeno não pressupõe o isolamento ou a autossuficiência local. Conforme explicado por Filho (2022), as teorias endógenas modernas se concentram na formulação de políticas públicas regionais que promovam o fortalecimento das estruturas internas, com o objetivo de consolidar o desenvolvimento nacional.

Sobre o estudo de desenvolvimento endógeno, Souza Filho (2001), destaca o papel do capital social como um conjunto de características da organização social que incluem redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. Para Souza Filho, o capital social é fundamental para

---

<sup>3</sup> Definição contida no documento oficial Projeto Política de Apoio ao Desenvolvimento Local de 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1509/1509.pdf>

possibilitar ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade. Essa visão está alinhada com a abordagem de Putnam (1996), que também destaca a importância do capital social para o desenvolvimento regional.

O estudo de Putnam (1996) conclui que as instituições políticas e o civismo têm grande relevância para o desenvolvimento de uma região. Ele observou que a região norte da Itália, que possuía uma maior participação política e social, teve um desenvolvimento mais significativo em comparação com a região sul, onde as instituições políticas eram isoladas e pouco receptivas à população.

Putnam (1996) destaca que, ao considerar as tradições cívicas e o desenvolvimento socioeconômico passado, o civismo é o melhor indicador do desenvolvimento econômico futuro do que o próprio desenvolvimento. Essa conclusão sugere que o engajamento cívico e a qualidade das instituições políticas podem ser fatores determinantes para o crescimento e o progresso de uma região.

A obra de Amartya Sen, economista indiano e Prêmio Nobel de Economia (1998), intitulada *Desenvolvimento como Liberdade*, oferece uma perspectiva sobre o conceito de desenvolvimento. Para Sen, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo que promove a eliminação de todas as formas de privação de liberdade, as quais restringem as decisões e oportunidades dos indivíduos.

Sob essa ótica, o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado à formação de capacidades humanas que permitem aos indivíduos se tornarem agentes de suas próprias trajetórias, ao invés de meros beneficiários passivos de programas de desenvolvimento. Como destaca o autor: “Os indivíduos devem ser vistos como agentes, e não apenas como 'beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento'” (Sen, 2000, p. 26).

A liberdade de escolha, segundo essa perspectiva, possui um papel duplo: ela é tanto um objetivo final quanto um caminho para promover o desenvolvimento. Por um lado, a liberdade é entendida como um fim em si mesma, ou seja, algo essencial para que as pessoas possam viver de forma plena, tomando decisões sobre suas próprias vidas de acordo com seus valores e aspirações. Por outro lado, a liberdade também é um meio indispensável, pois permite que os indivíduos ampliem suas possibilidades e oportunidades, gerando condições para melhorar suas vidas e contribuir para o desenvolvimento humano e social de suas comunidades.

O desenvolvimento passa a ser avaliado com base em indicadores não econômicos, como a expansão das liberdades substantivas (educação, saúde,

autonomia) e a redução das desigualdades.

Reconhecendo a importância do papel da sociedade civil, o presente trabalho propõe destacar o papel da mulher no desenvolvimento rural. Segundo Pereira (2015), nos últimos trinta anos, houve um aumento significativo do interesse pelos estudos sobre gênero e desenvolvimento rural. Esse interesse é motivado por uma variedade de razões, muitas vezes interligadas entre si, algumas das quais serão discutidas a seguir.

Embora seja comum na literatura justificar esse interesse atual pelo fato de as mulheres desempenharem uma parcela significativa das tarefas e trabalhos nas sociedades rurais, especialmente nas mais tradicionais<sup>4</sup>, é importante ressaltar que esse argumento, por si só, não é a causa desse interesse. O intenso trabalho das mulheres nas sociedades rurais sempre foi uma realidade social, e não algo recente que despertaria o interesse.

Segundo Calatrava Requena (2001) a conscientização crescente sobre a questão de gênero é impulsionada por dois grandes motores, um presente em sociedades mais ricas e outro em sociedades menos favorecidas. Nas sociedades mais desenvolvidas, especialmente nas áreas urbanas, as mudanças no sistema de gênero e a influência dos movimentos feministas têm levado a uma maior atenção social às questões de gênero, inclusive nas áreas rurais. Além disso, a globalização, o uso de novas tecnologias de comunicação de massa e a disponibilidade de estatísticas e informações com enfoque de gênero têm contribuído para difundir essa preocupação social com as questões de igualdade de gênero em todo o mundo.

Por outro lado, nos países menos desenvolvidos, a implementação de projetos com componentes de gênero tem se mostrado uma estratégia eficaz de combate à pobreza rural, o que também tem atraído maior atenção para o tema. Nesse contexto, a atenção inicialmente voltada para a práxis do desenvolvimento nas áreas rurais tem se expandido para toda a sociedade.

Historicamente, segundo Oliveira *et al.* (2007), o reconhecimento do trabalho produtivo da mulher tem sido suprimido, especialmente no campo, onde ela enfrenta uma tríplice jornada devido à sobrecarga resultante do acúmulo de funções. Além

---

<sup>4</sup>A FAO (2000) estima que as mulheres produzem cerca de 70% a 80% dos alimentos para consumo familiar nos países em desenvolvimento, e mais de 50% em todo o mundo.

disso, as mulheres ainda sofrem com a desigualdade imposta pela diferença de gênero, o que não apenas dificulta seu trabalho, mas também diminui sua atuação como protagonista no processo de desenvolvimento local.

Compreender o desenvolvimento local sob a perspectiva das mulheres rurais é fundamental para promover um crescimento socioeconômico inclusivo. Reconhecer suas contribuições é importante para formular políticas públicas que incentivem sua participação ativa e fortaleçam suas capacidades. A valorização do trabalho das mulheres no meio rural não só combate a desigualdade de gênero, mas também reforça o capital social, promovendo práticas colaborativas que beneficiam toda a comunidade.

Moreira Neto (2013, p. 170) destaca a importância do papel da mulher para a sustentabilidade social, afirmando que “[...] coloca como imperativo para sua implementação a elaboração de uma identidade de gênero, na qual a ‘igualdade entre homens e mulheres’ seja percebida como uma medida de promoção da sustentabilidade das relações sociais, políticas e culturais [...]”. Esse argumento reforça que a construção de uma identidade de gênero baseada na equidade é essencial para fortalecer e sustentar as dinâmicas sociais, políticas e culturais das comunidades, promovendo relações mais justas e equilibradas.

O conceito de empoderamento feminino é amplamente entendido como um processo de conquista da autonomia e autodeterminação, promovendo a libertação das mulheres das opressões de gênero e do sistema patriarcal que permeia as relações sociais.

Sardenberg (2009) destaca que ações externas para o empoderamento têm como objetivo maior criar condições para que as mulheres possam questionar, desestabilizar e transformar essas estruturas de poder. Nessa linha, Batliwala (1994) reforça que o termo “empoderamento” está intrinsecamente ligado à noção de “poder”, entendendo-o como um processo de mobilização individual e coletiva que questiona as bases das relações de poder patriarcais, promovendo mudanças estruturais.

Ainda segundo Batliwala (1994, p. 130), o empoderamento ocorre quando indivíduos e grupos marginalizados reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos

No contexto das mulheres agricultoras familiares, o desafio do empoderamento é ainda maior, pois envolve desnaturalizar e romper a dominação masculina historicamente presente nos espaços rurais. O despertar de uma consciência crítica em relação às desigualdades de gênero, aliado à indignação com essas situações, constitui o primeiro passo para a transformação.

De acordo com Scott (1999), a experiência de poder é relevante para resgatar a autoestima das mulheres e promover mudanças de mentalidade e atitude. Essa experiência não apenas dá visibilidade às suas contribuições em processos familiares, comunitários e produtivos, mas também se conecta à sustentabilidade do desenvolvimento rural.

Contudo, como aponta León (2001), o empoderamento deve ser um processo coletivo, integrando autoconfiança e autoestima com valores de cooperação, solidariedade e transformação comunitária, reforçando o papel das mulheres como agentes centrais no desenvolvimento sustentável e na reorganização das relações de poder no meio rural.

Essa abordagem articula-se com as ideias de Sardenberg, Batliwala, Scott e León, conectando o empoderamento feminino à sua função transformadora no contexto rural e ao protagonismo das mulheres na busca por autonomia e igualdade de gênero.

Por essas perspectivas, Silva, Santos e Gondim (2014, p.10), asseveram que “o ponto de partida é assumir a abordagem territorial como orientador geral, definindo o território como construção social diversificada que determina o potencial de desenvolvimento para os atores rurais. Entende-se o desenvolvimento sustentável como um processo que articula as dimensões econômico-produtivas, ambientais, culturais, sociais e institucionais, onde a participação dos atores sociais é fundamental, em condições de equidade e amplo acesso”.

Nesse olhar, a abordagem territorial do desenvolvimento oferece uma estrutura poderosa para compreender e promover mudanças no meio rural. Quando integrada ao empoderamento feminino, ela se torna ainda mais transformadora, permitindo que as mulheres rurais assumam papéis centrais na construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável. Essa perspectiva articula as dimensões do território com as questões de gênero, reconhecendo que o desenvolvimento só é possível quando há inclusão, participação ativa e valorização das capacidades humanas, conforme defendido por Sen e outros teóricos.

### **3.4 Compreendendo a Comunidade Fundos de Pasto: Conceito e Características**

No Semiárido baiano, na região Nordeste do Brasil, encontram-se comunidades rurais tradicionais cuja identidade está intimamente ligada ao conceito de Comunidade Fundo de Pasto. Essas comunidades se destacam pela organização social que combina o uso de áreas individuais e coletivas, voltadas para práticas como a criação de animais, agricultura e extrativismo, além de estabelecerem relações de parentesco e compadrio, com trocas de trabalho fundamentadas na reciprocidade (Alcântara e Germani, 2009).

Os fundos de pasto são constituídos por centenas de comunidades espalhadas pela Caatinga, e são oficialmente reconhecidas como populações tradicionais pelos órgãos governamentais do Brasil. Essas comunidades apresentam uma diversidade étnica, racial e histórica, sendo compostas por grupos quilombolas, indígenas e agricultores familiares que nasceram e cresceram nesses territórios, dedicando-se à agricultura e ao cuidado com seus animais, como caprinos e bovinos (Cerratinga, 2021).

Nas áreas individuais das comunidades, predominam a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais em roçados e quintais. Já as áreas coletivas são utilizadas para a criação de caprinos, ovinos e gado. O extrativismo também é uma prática comum, tanto em áreas individuais quanto coletivas. Essa forma de organização remonta ao período colonial, quando a falta de definição de limites e a indefinição legal dos direitos de propriedade eram características predominantes (Garcez, 1987).

Esses territórios tradicionais possuem modos específicos de posse e uso coletivo da terra. A agricultura de subsistência é realizada em roças cercadas, enquanto a criação extensiva de animais e a preservação de recursos naturais também fazem parte dessa dinâmica. Além disso, as comunidades de fundo de pasto frequentemente compartilham uma origem familiar comum (Marques, 2016), desempenhando um papel essencial na preservação ambiental do Cerrado e da Caatinga.

Em 2018, um levantamento realizado pelo Grupo de Pesquisa GeografAR da Universidade Federal da Bahia (UFBA) identificou 373 comunidades de Fundo de Pasto e Fecho de Pasto autoidentificadas e certificadas pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia (SEPROMI). Estima-se que

existam cerca de 1.500 dessas comunidades espalhadas pelo estado da Bahia, o que reforça sua importância cultural, histórica e territorial. No entanto, a Lei nº 12.910, que impõe um limite temporal para a autodefinição e a regularização fundiária dessas áreas, coloca essas comunidades em uma situação de vulnerabilidade, com risco de extinção<sup>5</sup>.

Quadro 1: Comunidades de Fundo de Pasto autoidentificadas e certificadas junto à SEPROMI no Município de Curaçá – BA

| Nome                         | Número de Certificação | Portaria / Despacho                  | Data da Portaria / Despacho | Publicação | Código        |
|------------------------------|------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|------------|---------------|
| Acauã                        | 1                      | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Alto Novo                    | 4                      | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Brandão                      | 27                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Cachoeira                    | 30                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Escovão                      | 47                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Icó e Adjacências            | 52                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Jatobá                       | 57                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Lagoa Grande                 | 72                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Logradouro                   | 75                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Novo Acordo                  | 88                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Pau Ferro                    | 91                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Poço da Pedra                | 98                     | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Primavera                    | 101                    | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Retiro e Adjacências         | 106                    | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Serra Grande                 | 123                    | nº 15 de 18/06/2014                  | 18/06/2014                  | 27/06/2014 |               |
| Vargem Comprida e Adjacência | 214                    | nº 37 de 10/11/2015                  | 10/11/2015                  | 11/11/2015 |               |
| Santana                      | 257                    | nº 07 de 30/06/2016                  | 30/06/2016                  | 02/07/2016 |               |
| São Mateus                   | 279                    | nº 17 de 18/11/2016                  | 18/11/2016                  | 19/11/2016 |               |
| Urtiga de Cima               | 280                    | nº 17 de 18/11/2016                  | 18/11/2016                  | 19/11/2016 |               |
| Cacimba Nova                 | 281                    | nº 17 de 18/11/2016                  | 18/11/2016                  | 19/11/2016 |               |
| Sítio de Alexandre           | 282                    | nº 17 de 18/11/2016                  | 18/11/2016                  | 19/11/2016 |               |
| Fazenda Capuchú              | 283                    | nº 17 de 18/11/2016                  | 18/11/2016                  | 19/11/2016 |               |
| Santo Antônio                | 338                    | Despacho do Governador<br>30/01/2018 | 30/01/2018                  | 01/02/2018 | 2025160009993 |

<sup>5</sup> <https://ispn.org.br/stf-julga-marco-temporal-que-viola-direitos-de-comunidades-tradicionais-de-fundo-e-fecho-de-pasto/>

| Nome            | Número de Certificação | Portaria / Despacho                  | Data da Portaria / Despacho | Publicação | Código        |
|-----------------|------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|------------|---------------|
| Tamburi         | 339                    | Despacho do Governador<br>30/01/2018 | 30/01/2018                  | 01/02/2018 | 2025160010029 |
| Paredão         | 354                    | Despacho do Governador<br>02/02/2018 | 02/02/2018                  | 03/02/2114 | 2025160009985 |
| Maxixe          | 355                    | Despacho do Governador<br>02/02/2018 | 02/02/2018                  | 03/02/2122 | 2025160010010 |
| Fazenda Recurso | 356                    | Despacho do Governador<br>02/02/2018 | 02/02/2018                  | 03/02/2130 | 2025170005848 |
| Icó de Cima     | 357                    | Despacho do Governador<br>02/02/2018 | 02/02/2018                  | 03/02/2138 | 2025160010002 |
| Cachaqui        | 358                    | Despacho do Governador<br>02/02/2018 | 02/02/2018                  | 03/02/2146 | 2025160009977 |
| Brejo           | 359                    | Despacho do Governador<br>02/02/2018 | 02/02/2018                  | 03/02/2154 | 2025170002008 |
| Boa Esperança   | 367                    |                                      | 12/04/2018                  |            |               |

Fonte: Adaptado pela autora do Grupo de Pesquisa GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/IGEO/CNPq)

As raízes históricas das comunidades de fundo de pasto remontam ao período colonial, quando os portugueses, temerosos de invasões de holandeses e espanhóis, começaram a ocupar o sertão baiano por meio das chamadas fazendas de currais. Essas propriedades tinham como objetivo principal a produção de açúcar, e deram origem às atuais comunidades de fundo e fecho de pasto (Trindade e Oliveira, 2017).

Atualmente, essas comunidades se configuram como camponesas, com um modo de vida que se caracteriza pela independência nas atividades econômicas e pela estreita relação com o território. Segundo Marques (2004), o território camponês é o local onde as pessoas têm uma inserção direta nas práticas de trabalho, permitindo uma apropriação mais imediata dos recursos e condições de vida. O reconhecimento do direito de controle territorial é essencial para garantir a continuidade desses modos de vida tradicionais.

De acordo com Sabourin, Caron e Silva (1999), os fundos de pasto são considerados reservas de pastagem em terras destinadas ao pastoreio comunitário, constituindo parte do patrimônio coletivo das comunidades rurais. Essas áreas são organizadas em zonas de uso diversificado, que incluem reservas forrageiras, áreas de percurso para os animais e áreas protegidas.

A luta por direitos territoriais tem sido o elemento central da identidade política dessas comunidades (Lima, 2016). A mobilização social tem sido fundamental para a

conquista de reconhecimento jurídico e para a inclusão de direitos territoriais na legislação, como o que ocorreu na Constituição Estadual da Bahia, em 1989, com a inclusão de dispositivos legais que asseguram a proteção desses territórios (Sauer, 2017).

Um aspecto relevante da dinâmica dessas comunidades é o protagonismo feminino. Segundo Barreto et al. (2020), as mulheres desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade, na produção agroecológica e na transmissão de saberes tradicionais. Elas são responsáveis, em grande parte, pela gestão dos quintais produtivos, fundamentais para a segurança alimentar, a medicina caseira e a economia local.

Esse conhecimento sobre cultivo e o uso sustentável dos recursos naturais é transmitido entre gerações, formando redes de aprendizado coletivo. No entanto, ainda há uma sub-representação feminina em projetos, políticas públicas e pesquisas acadêmicas sobre o tema, o que destaca a necessidade de políticas públicas que reconheçam e incentivem o papel das mulheres nessas comunidades (Barreto et al., 2020).

O modelo de criação extensiva de animais adotado nas comunidades de fundo de pasto é uma estratégia de adaptação às condições ecológicas do semiárido, onde a irregularidade das chuvas e a escassez de água exigem um manejo especial dos recursos naturais. O sistema permite que os animais das diversas famílias tenham acesso a aguadas e áreas produtivas durante as chuvas, garantindo a subsistência das práticas tradicionais de manejo (Monteiro, 2021).

Na década de 1980, dois marcos históricos marcaram o reconhecimento das comunidades de fundo e fecho de pasto pelo governo. O primeiro foi a implementação do Projeto Fundo de Pasto, em 1982, pelo governo estadual. O segundo foi o reconhecimento formal dessas comunidades na Constituição Estadual da Bahia, em 1989, resultado de intensa mobilização social. Além disso, a Lei Estadual nº 12.910/2013 representou um avanço importante, ao estabelecer a necessidade de certificação junto ao governo estadual para garantir a titulação das terras dessas comunidades (Monteiro, 2021).

No entanto, as comunidades de fundo de pasto já enfrentavam desafios desde a década de 1970, em um contexto de crescente especulação fundiária e de projetos de desenvolvimento promovidos pelo governo militar. O Projeto Sertanejo (1976), por exemplo, que buscava "combater a seca", impulsionou a valorização das terras e o

processo de grilagem, resultando em uma crescente pressão sobre os territórios dessas comunidades. A construção da hidrelétrica de Sobradinho e a instalação dos perímetros irrigados em Juazeiro intensificaram os conflitos pela posse da terra, colocando as comunidades em uma situação de vulnerabilidade (Germani; Oliveira, 2020).

A luta das comunidades de fundo de pasto pela preservação de seus territórios e pela garantia de seus direitos territoriais é um elemento essencial para a manutenção de seus modos de vida e para a conservação ambiental do Semiárido. Essas comunidades, com sua organização social e produtiva peculiar, representam uma alternativa sustentável de convivência com o semiárido, sendo fundamentais tanto para o meio ambiente quanto para a preservação da cultura e identidade local.

## **4 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 Tipo e caracterização de pesquisa**

A proposta metodológica foi fundamentada em um estudo de cunho qualitativo e descritivo, operacionalizado em um estudo de caso único. Considerou-se a triangulação de métodos como estratégia para aprofundar a análise e compreender a complexidade do fenômeno investigado. Essa abordagem favoreceu a análise integrada das diferentes dimensões do problema em estudo, permitindo interpretações mais abrangentes e consistentes.

A pesquisa qualitativa opera com interpretações de realidades sociais, possibilitando que as pessoas sejam ouvidas e compreendidas em sua subjetividade, em oposição a tratá-las como objetos. Essa forma de investigação, além de seu viés crítico, tem maior potencial emancipador (Gaskell; Allum, 2002). No presente trabalho, a pesquisa qualitativa mostrou-se a opção mais adequada, pois abrange aspectos subjetivos das relações sociais no contexto do trabalho e do protagonismo feminino.

Este estudo também apresenta objetivos descritivos, uma vez que, conforme Triviños (1987, p. 10), “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Assim, busca-se fornecer informações detalhadas sobre o protagonismo feminino no desenvolvimento local, atendendo à necessidade de compreender com precisão as dinâmicas sociais e suas implicações.

O método de estudo de caso, descrito por Yin (2015), foi adotado por ser adequado à análise em profundidade de fenômenos contemporâneos, especialmente

em situações em que as fronteiras entre as características e o contexto não estão claramente definidas. Esse método permitiu o uso de múltiplas fontes de informação, favorecendo a triangulação de dados e assegurando maior validade e confiabilidade às análises realizadas.

Neste trabalho, o estudo de caso foi aplicado para investigar o papel das mulheres no desenvolvimento territorial na Comunidade de Fundo de Pasto Esfomeado, com ênfase na atuação da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE). Essa abordagem possibilitou a compreensão das dinâmicas sociais e dos impactos gerados pelo protagonismo feminino na comunidade.

Os procedimentos técnicos adotados incluíram as pesquisas bibliográfica, documental e observação livre. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em materiais previamente publicados, como livros, teses, dissertações, artigos científicos e conteúdos disponíveis na internet, abordando temas como agricultura familiar, associativismo, desenvolvimento local e protagonismo feminino. Essa etapa foi conduzida de forma sistemática, utilizando bases de dados acadêmicas e bibliotecas digitais, garantindo o uso de fontes confiáveis e atualizadas (Gil, 2017). Conforme Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 68), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador “[...] investigar uma vasta amplitude de obras publicadas para entender e conhecer melhor o fenômeno em estudo [...]”. Essa abordagem contribuiu significativamente para ampliar a compreensão teórica e contextual do tema investigado.

Segundo Gil (2017), a pesquisa documental diferencia-se da pesquisa bibliográfica pela natureza das fontes, pois utiliza documentos variados, como relatórios de pesquisas, boletins, atos jurídicos e registros estatísticos. Esses documentos, sejam físicos ou eletrônicos, são fundamentais para compreender acontecimentos e contextos históricos, econômicos e sociais. Neste estudo, a pesquisa documental baseou-se em documentos da AMAFE, como o estatuto da associação, edital, material de divulgação, mapeamento agroecológico, fotografias e outros registros que forneceram informações complementares e históricas sobre a trajetória e o impacto da associação.

A entrevista semiestruturada teve como objetivo identificar as características do fenômeno estudado por meio de perguntas abertas, permitindo uma exploração aprofundada das percepções e experiências das participantes. Além de ampliar o conhecimento sobre a temática, essa abordagem possibilita uma compreensão mais ampla da realidade local e das dinâmicas entre os atores envolvidos. Seu propósito é

alcançar uma visão detalhada das implicações, atitudes, valores e motivações que influenciam os comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (Gaskell; Allum, 2002).

A aplicação da observação livre permitiu uma análise profunda e abrangente das dinâmicas sociais. Ao contrário da observação padronizada, essa abordagem não requer pré-categorias, permitindo uma compreensão mais espontânea e flexível do objeto de estudo. Ademais, a observação livre valoriza a liberdade do pesquisador para destacar aspectos específicos do fenômeno analisado, enriquecendo a investigação (Triviños, 1987). Neste trabalho, a observação livre foi registrada em um diário de campo, proporcionando insights valiosos sobre o contexto e as dinâmicas da associação, complementando as informações obtidas por meio das entrevistas e dos documentos.

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre os meses de outubro de 2024 e janeiro de 2025, empregando múltiplos instrumentos de coleta de dados. Em 12 de outubro, a participação no evento de comemoração da padroeira da comunidade permitiu uma aproximação inicial com o contexto sociocultural local. No mesmo mês, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram a coleta de dados qualitativos profundos sobre o tema investigado. Como parte dos resultados e produto final da pesquisa, foi produzido um vídeo documentário, concebido para sintetizar e divulgar as principais contribuições e descobertas deste estudo.

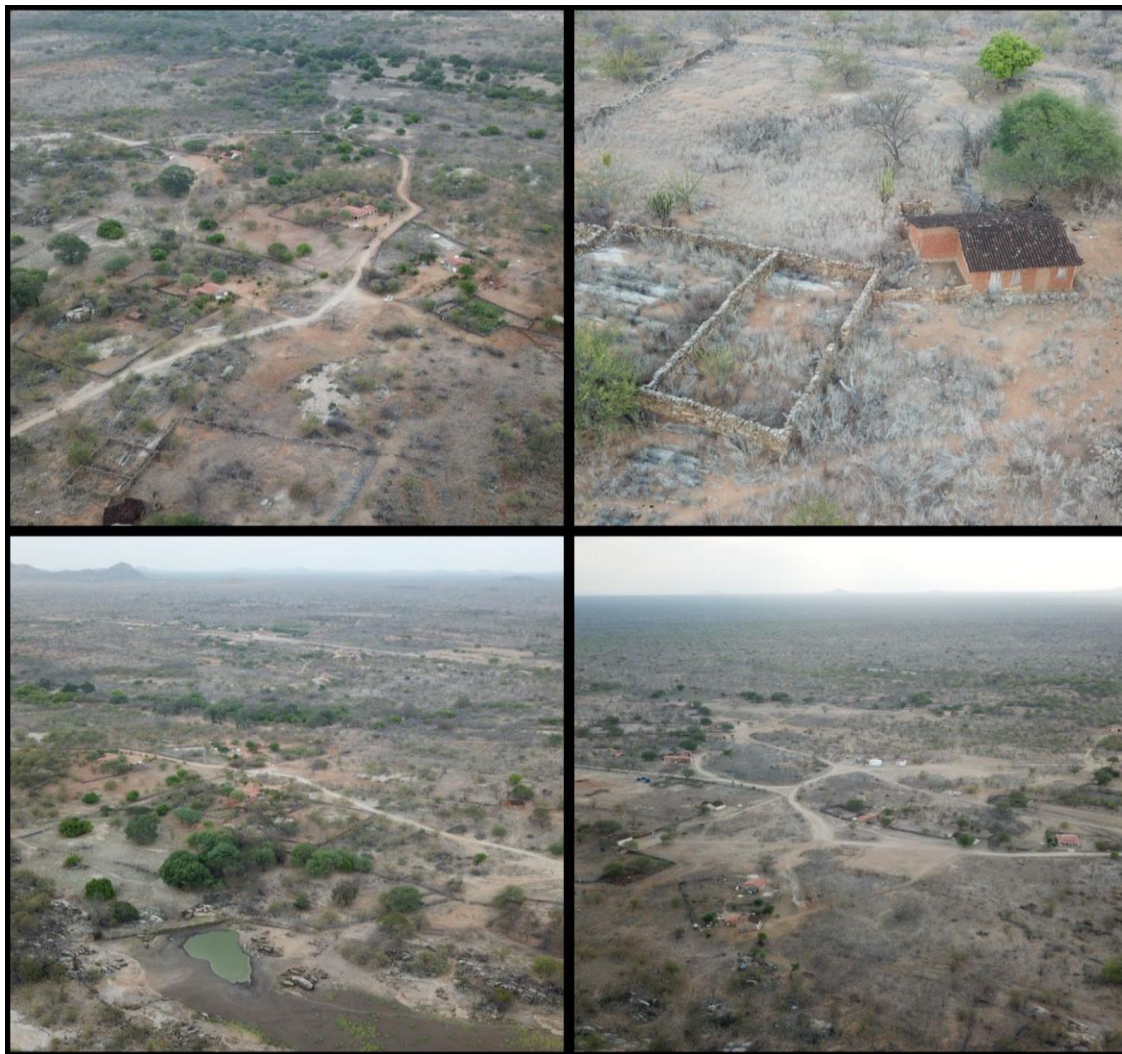
## **4.2 Lócus da Pesquisa**

O Território de Identidade do Sertão do São Francisco, situado no semiárido nordestino, ocupa cerca de 11% da área geográfica da Bahia. Composto por dez municípios — Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho, Juazeiro, Curaçá, Uauá e Canudos —, é caracterizado pelo bioma caatinga, com chuvas escassas e irregulares (400 a 700 mm anuais), períodos de seca e temperatura média de 25,5°C. A região possui uma população estimada em 538,5 mil habitantes (2021), sendo que 64% dos 33.442 estabelecimentos familiares utilizam cisternas como estratégia para lidar com a escassez hídrica.

A pesquisa foi realizada no município de Curaçá, que, segundo o censo de 2022, possui 34.180 habitantes. Muitas comunidades da região estão situadas em áreas afastadas do centro urbano, sustentando-se principalmente por meio da

agricultura, pecuária e agroindústrias. Entre elas, destaca-se a Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto Esfomeado (Figura 1), cuja organização social e modo de vida coletivo se baseiam na posse individual de moradias e lavouras, combinada ao uso comum de extensas áreas para pastoreio e extrativismo.

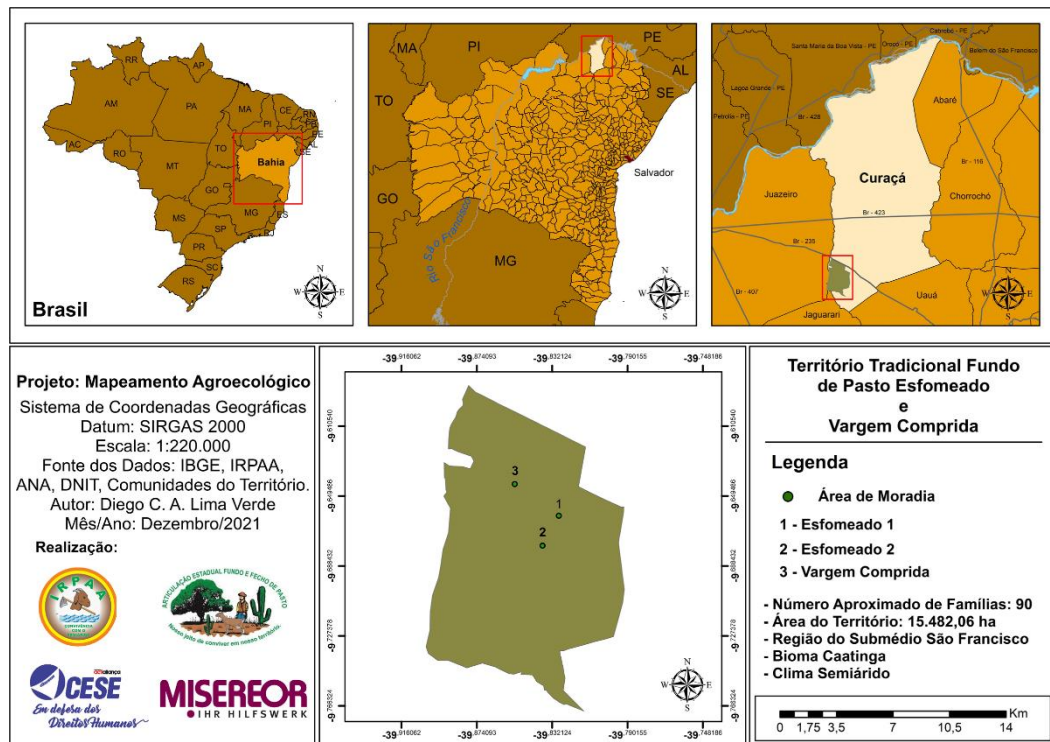
Figura 1: Comunidade Esfomeado II, Curaçá, BA.



Fonte: Imagem da autora 2025.

A Comunidade Esfomeado enfrenta, há mais de 40 anos, conflitos fundiários relacionados à expansão da mineradora Caraíba Metais. O reconhecimento oficial da comunidade como Fundo de Pasto ocorreu apenas em março de 2024, após um longo processo iniciado em 2012.

Figura 2: Mapa de localização do município de Curaçá e do território da Comunidade Esfomeado.

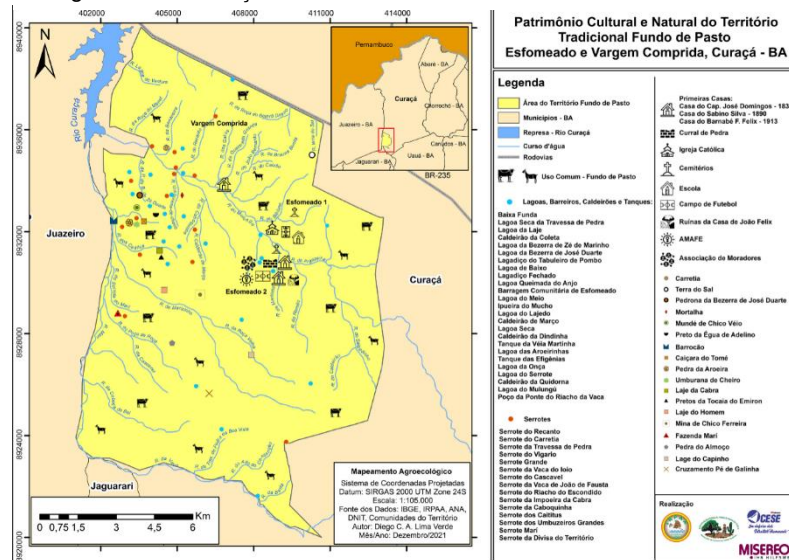


Fonte: Mapeamento Agroecológico (2021).

De acordo com a Coordenação de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR, 1982), os fundos de pasto são unidades produtivas que combinam áreas de uso coletivo e individual. Garcez (1987) os define como propriedades coletivas ocupadas por uma comunidade, onde se praticam pastoreio comunitário e agricultura de subsistência. Outros autores os descrevem como formações socioeconômicas essenciais para a sobrevivência das comunidades sertanejas.

A Figura 3 destaca a localização do Território Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado e Vargem Comprida, evidenciando seus aspectos geográficos, culturais e sociais. O mapa destaca áreas de uso comum, cursos d'água, represas, espaços religiosos e pontos históricos, como as primeiras habitações e locais de referência para os moradores.

Figura 3: Localização da Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado.



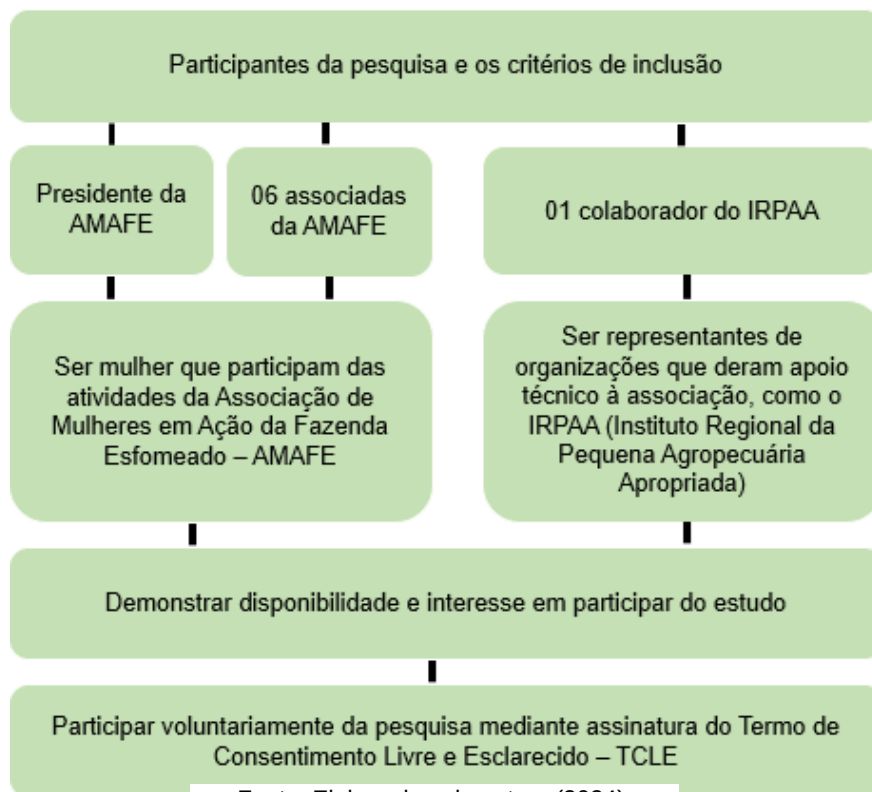
Fonte: Mapeamento Agroecológico (2021)

Os elementos apresentados na figura 3 reforçam a importância da coletividade e do uso compartilhado dos recursos naturais, aspectos fundamentais para compreender as dinâmicas sociais do território.

#### 4.3 Participantes da Pesquisa

A coleta de dados empíricos foi realizada com as mulheres da AMAFE, localizada na comunidade Fundo de Pasto Esfomeado II, Curaçá-BA, e com um colaborador do IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), que acompanhou a formação da associação.

Organograma 1: Critérios de inclusão dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O organograma acima apresenta os participantes da pesquisa e os critérios de inclusão adotados no estudo. A seleção contempla mulheres que integram a Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE), incluindo a presidente e seis associadas, além de um colaborador do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), organização que presta apoio técnico à associação. Para entender melhor a trajetória e os desafios enfrentados pela associação ao longo dos anos, o próximo tópico aborda a história da AMAFE, destacando sua origem, motivações e conquistas.

#### 4.3.1 História da AMAFE

A Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE) nasceu do desejo de um grupo de mulheres de participação ativa nos discursos sociopolíticos e econômicos de sua comunidade. Localizada na Fazenda Esfomeado, em Curaçá-BA, a associação teve sua origem impulsionada pela discussão sobre regularização fundiária de fundo de pasto e pela implementação de políticas públicas através do programa de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), promovido pelo IRPAA. Essas iniciativas despertaram nas mulheres a necessidade de criar um espaço que

promova atividades geradoras de renda e fortaleça sua posição na sociedade.

Desde sua formação, em 2013, a AMAFE tem se dedicado ao beneficiamento de mandioca e produção de biscoitos e geleias, envolvendo práticas comunitárias e o regime de mutirão como base de sua organização. Inicialmente, as atividades foram realizadas em um espaço construído com recursos das colaboradoras e apoio de amigos, simbolizando o desejo de criar um local que unisse geração de renda, diálogo e poder. A associação também promove cursos de boas práticas e intercâmbios com outras comunidades, ampliando seus conhecimentos e fortalecendo suas práticas produtivas.

Além do impacto econômico, a AMAFE se destaca pelo papel de transformação social, proporcionando às mulheres da comunidade o acesso ao empoderamento, à igualdade de gênero e ao reconhecimento de seus direitos. Com o tempo, o trabalho da associação ganhou visibilidade regional, sendo divulgado em programas de TV e inspirando outras comunidades a seguir o mesmo caminho. Por meio do diálogo, da busca por parcerias e da ampliação de conhecimentos, a AMAFE se consolida como um exemplo de organização de autonomia econômica e fortalecimento comunitário.

A formação da associação se destaca pelo trabalho árduo e transformador das mulheres da AMAFE na busca por fortalecer sua comunidade. Enfrentando preconceitos e adversidades, como a seca e a falta de recursos, eles conseguem criar projetos como a construção de cisternas, essenciais para o armazenamento de água, e a implementação de atividades que beneficiam a agroindústria local, como o quintal produtivo de mandioca. Em 2018, participaram de iniciativas como o projeto de sustentabilidade da Mineração Caraíba, que possibilitou novos avanços estruturais e produtivos. Essas ações, marcadas pelo esforço coletivo e pela determinação, simbolizam o poder do empoderamento feminino como motor de transformação e superação.

O livro “As Odetes: protagonismo sociopolítico através do trabalho com a terra” oferece uma narrativa que valoriza o papel central das mulheres na transformação sociopolítica da Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado. A obra destaca a importância do protagonismo feminino no fortalecimento das ações coletivas e na resistência às adversidades enfrentadas no semiárido brasileiro. O exemplo de Odete, figura emblemática da comunidade, é apresentado como uma inspiração para outras mulheres, ao demonstrar como a liderança feminina pode promover o crescimento pessoal e coletivo, mesmo diante de estruturas patriarcais e desafios históricos.

Um dos objetivos do livro é o resgate histórico e cultural da comunidade. A narrativa busca preservar as memórias das mulheres que, por meio de suas ações e vivências, desenvolveram para a valorização das tradições locais e para a construção de uma identidade comunitária forte. Além disso, o livro documenta a luta da comunidade contra ameaças como a grilagem de terras e outros desafios que comprometem a sustentabilidade e a tradicionalidade do território. Esse registro não apenas confirma as conquistas passadas, mas também serve como inspiração para as gerações futuras e como referência para pesquisadores, estudantes e outros interessados.

Além da preservação da memória, o livro incentiva a criação de novos projetos e iniciativas que possam promover melhorias para a comunidade e outras regiões rurais. A partir das histórias das mulheres da Comunidade Esfomeado, o livro mostra como o associativismo e o trabalho coletivo podem transformar vidas e territórios. Ele apresenta a atuação feminina como um elemento significativo na construção de um futuro mais sustentável e equitativo, destacando a relevância do empoderamento e da união para o fortalecimento da comunidade. Ao homenagear o legado de Odete, o livro reafirma a importância de dar visibilidade ao protagonismo feminino no contexto rural, demonstrando que essas histórias podem ser motores de mudança e transformação social.

Odete Ferreira da Silva foi uma figura emblemática na luta pelo desenvolvimento da comunidade Fundo de Pasto Esfomeado, deixando um legado de resistência, empoderamento e mobilização social. Como uma das principais lideranças da comunidade, sua atuação foi marcada pela busca incansável pela regularização fundiária, garantindo o direito de permanência no território para as futuras gerações. Sua liderança foi essencial para enfrentar barreiras estruturais e culturais, promovendo um sentimento de pertencimento e união entre os moradores, além de consolidar a defesa do fundo de pasto como um espaço de preservação e desenvolvimento sustentável.

Além disso, Odete desempenhou um papel fundamental como articuladora comunitária, mediando conflitos e promovendo o diálogo em busca de soluções para os desafios enfrentados pela comunidade. Foi uma das fundadoras da Associação Comunitária de Esfomeado, onde liderou iniciativas sociais importantes, como a construção de cisternas e escolas, e facilitou a inserção de jovens na luta pelos direitos territoriais e preservação cultural. Seu compromisso com a educação e a religiosidade

também se destaca, com sua atuação ativa na construção da escola municipal e na promoção de valores culturais e espirituais, reforçando o papel central da comunidade na vida dos moradores.

Odete também foi decisiva na mobilização para a construção de infraestrutura básica, como o primeiro poço tubular da comunidade, seguido por mais dois poços estratégicos e a implantação de cisternas de consumo humano. Sua luta também incluiu a construção da escola municipal José Domingues do Nascimento, em 1988, uma conquista importante para a educação local, e o ativismo pela instalação de energia elétrica, ampliando o acesso a serviços essenciais.

Por meio de sua atuação, Odete não apenas transformou a realidade local, mas também serviu como um símbolo de liderança feminina e resistência no semiárido brasileiro. Sua trajetória inspira gerações futuras, evidenciando o impacto do protagonismo feminino na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Odete mostrou que a força coletiva, quando bem articulada, é capaz de superar desafios históricos e promover mudanças significativas para o bem-estar da comunidade.

É importante destacar que Odete contou com o apoio inestimável de seu esposo, José Gomes Rosa, em sua jornada de liderança e transformação na comunidade Fundo de Pasto Esfomeado. José foi mais do que um companheiro; ele foi um incentivador ativo das ações avançadas por Odete, rompendo com os padrões tradicionais do gênero. Ele apenas não participou das decisões e estratégias comunitárias, mas também desempenhou um papel essencial nas tarefas domésticas e no cuidado familiar, permitindo que Odete se dedicasse às lutas pela melhoria das condições de vida da comunidade.

O apoio de José foi importante para que Odete assumisse seu papel como liderança feminina em um contexto historicamente marcado pelo machismo estrutural. Ele entendeu a importância do trabalho coletivo e muitas vezes assumiu responsabilidades que tradicionalmente eram vistas como “de mulher”, demonstrando um entendimento visionário sobre a igualdade de gênero e o papel de cada indivíduo na construção de uma sociedade mais justa.

Durante uma visita técnica realizada como atividade da disciplina Organizações Sociais, tive a oportunidade de conhecer a AMAFE. Na ocasião, ouvimos as histórias da comunidade narradas por Cristiane, carinhosamente chamada de Cris. Aquele encontro despertou em mim um profundo interesse em compreender a atuação das mulheres na comunidade. Meses depois, apresentei a proposta à minha orientadora,

Profa. Márcia Bento, que prontamente se alinhou à ideia e concordou com a mudança do tema.

#### **4.4 Processos Metodológicos de Construção e Análise de Dados**

A pesquisa qualitativa, conforme descrita por Creswell (2007), foca na exploração e compreensão de aspectos complexos e subjetivos, com ênfase nos significados que os participantes atribuem às suas experiências. Os dados são coletados em ambientes naturais, onde os fenômenos ocorrem, e o pesquisador atua como o principal instrumento de coleta, utilizando diversas fontes, como entrevistas, observações e documentos.

Essa abordagem segue um processo indutivo, no qual categorias e temas emergem dos dados, permitindo uma análise sensível ao contexto cultural, social e histórico. Além disso, uma pesquisa qualitativa trabalha com amostras pequenas e intencionais, priorizando a profundidade das informações em vez da generalização.

Os resultados são apresentados de forma descritiva e narrativa, muitas vezes incorporando as falas dos participantes para enriquecer a interpretação e oferecer uma visão detalhada do específico estudado.

No contexto da pesquisa qualitativa, o pesquisador frequentemente utiliza múltiplas formas de coleta de dados, dedicando um tempo significativo no ambiente natural para reunir informações. Conforme apontado por Creswell (2014), o uso de diversas fontes de dados é importante para obter uma compreensão ampla e aprofundada do fenômeno estudado. Para este projeto, foram empregados os seguintes instrumentos de coleta de dados:

- a) Pesquisa bibliográfica: A pesquisa bibliográfica foi fundamental para embasar teoricamente o estudo, contextualizar os resultados e fundamentar as análises realizadas. Foram incluídos na pesquisa obras acadêmicas, artigos científicos, teses, dissertações e outras fontes relevantes, ampliando o embasamento teórico e enriquecendo a discussão dos resultados. Uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica, conforme destacado por Gil (2017), é a possibilidade de o pesquisador abranger uma grande quantidade de fenômenos, oferecendo uma cobertura muito maior do que seria possível investigar diretamente em campo. Esse método possibilita a construção de uma base teórica consistente ao acessar múltiplas perspectivas e estudos

consolidados. No presente estudo, a pesquisa bibliográfica foi conduzida com base na consulta a autores e publicações relevantes, utilizando bases de dados como: periódicos da CAPES, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e Scielo.

- b) **Entrevista Semiestruturada:** A entrevista semiestruturada é uma técnica que valoriza a interação entre pesquisador e entrevistado, permitindo que o participante se expresse com liberdade e espontaneidade. Essa abordagem parte de questionamentos básicos, mas oferece ampla flexibilidade para a formulação de novas perguntas conforme as respostas são recebidas, permitindo que o entrevistado contribua para a elaboração do conteúdo da pesquisa (Triviños, 1987). Além disso, a entrevista contribui para o conhecimento, a compreensão da situação local e das relações entre os atores envolvidos, com o objetivo de alcançar “uma compreensão detalhada das implicações, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicas” (Gaskell; Allum 2002, p. 65). Neste estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres participantes da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE) e com um colaborador do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). As entrevistas com as participantes da AMAFE foram realizadas de forma presencial, enquanto a entrevista com o colaborador do IRPAA ocorreu de forma remota, utilizando a plataforma Google Meet. Tanto as entrevistas presenciais quanto a remota foram realizadas de forma individualmente, seguindo critérios previamente definidos de inclusão e exclusão (Organograma 01), com base em um roteiro elaborado pela autora. Com a permissão dos participantes, as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição. As entrevistas presenciais foram gravadas utilizando o aplicativo Gravador de Voz e transcritas por meio da ferramenta Google Colaboratory. A transcrição da entrevista remota, inicialmente realizada de forma automática pela plataforma Tactic, foi posteriormente revisada manualmente. Todas as gravações foram cuidadosamente revisadas para corrigir eventuais erros, ajustar a pontuação e garantir a fidelidade ao conteúdo original.

- c) Pesquisa Documental: A pesquisa documental, conforme Gil (2017), diferencia-se da pesquisa bibliográfica pela natureza de suas fontes, utilizando documentos variados, como relatórios de pesquisas, boletins, atos jurídicos e registros estatísticos. Esses documentos, sejam físicos ou eletrônicos, são importantes para compreender acontecimentos e contextos históricos, econômicos e sociais, oferecendo uma base complementar para a análise do objeto de estudo. No presente trabalho, a pesquisa documental foi realizada com o objetivo de obter informações complementares e históricas sobre a trajetória da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE) e o impacto de suas ações no desenvolvimento socioeconômico da Comunidade de Fundo de Pasto Esfomeado. Para tanto, foram analisados documentos disponibilizados pela própria associação, como o estatuto da associação, edital, material de divulgação, mapeamento agroecológico, fotografias e outros registros relevantes.
- d) Observação Livre: A observação é uma técnica que permite obter resultados e registros sobre um detalhe específico, por meio do contato direto com as pessoas envolvidas ou com o auxílio de instrumentos que facilitam o processo observacional. Seu objetivo é coletar dados suficientes para subsidiar a pesquisa e contribuir para sua análise (Moura *et al.*, 1998). Permite a análise profunda e abrangente de fenômenos sociais. Ao contrário da observação padronizada, não requer pré-categorias, possibilitando uma compreensão mais ampla e espontânea do objeto de estudo. Essa abordagem valoriza a liberdade do pesquisador em destacar aspectos específicos do fenômeno observado, enriquecendo a investigação (Triviños, 1987). A observação livre da pesquisa foi registrada em um diário de campo, oferecendo insights sobre o contexto e as dinâmicas da associação, complementando as informações obtidas nas entrevistas e documentos.
- e) Registros fotográficos: Durante a coleta de campo, foram registrados, por meio de fotografias, momentos relacionados à dinâmica da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE) e ao contexto comunitário. Os registros incluem dia de produção da sede da associação, evento religioso em comemoração a Nossa Senhora Aparecida e a visita de um estudante de doutorado para apresentação de seu projeto de pesquisa à associação. As

fotografias desempenharam um papel complementar na pesquisa, sendo utilizadas como um instrumento adicional para documentar aspectos relevantes do contexto investigado. Esse recurso permitiu captar detalhes das ações desenvolvidas pelas mulheres e das interações comunitárias, oferecendo uma dimensão visual que enriqueceu a análise qualitativa. O Quadro 02, relaciona os instrumentos de pesquisa e os dados coletados aos objetivos propostos.

Quadro 2: Síntese e clareza entre objetivos específicos e instrumentos do referido trabalho.

| <b>Objetivo Específico</b>                                                                                                                                                                            | <b>Instrumento</b>                                                                                                                                                                                                                           | <b>Informações a serem extraídas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Identificar o papel das mulheres e suas trajetórias na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado, destacando práticas, experiências e desafios como agentes de mudança e desenvolvimento local. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa bibliográfica e documental (história da comunidade e registros sobre as mulheres).</li> <li>- Observação livre.</li> <li>- Entrevista semiestruturada com as mulheres da AMAFE.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados sobre as trajetórias de vida, práticas e desafios enfrentados pelas mulheres.</li> <li>- Informações sobre a história da comunidade e o papel feminino no desenvolvimento local.</li> </ul>                                                                                     |
| Descrever os impactos da ação protagonista das mulheres sobre o processo de desenvolvimento rural sustentável local na comunidade tradicional Fundo de Pasto Esfomeado.                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrevista semiestruturada com as mulheres da AMAFE.</li> <li>- Observação livre.</li> </ul>                                                                                                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Percepções das associadas sobre os impactos gerados pelas mulheres no desenvolvimento local.</li> <li>- Dados históricos e comparativos sobre mudanças socioeconômicas e culturais na comunidade.</li> <li>- Evidências demonstram os resultados do protagonismo feminino.</li> </ul> |
| Evidenciar a importância do associativismo como meio de empoderamento para a transformação da realidade das associadas da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado – AMAFE.                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrevista semiestruturada com as mulheres da AMAFE.</li> <li>- Observação livre.</li> </ul>                                                                                                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Percepções das associadas sobre o papel do associativismo em suas vidas.</li> <li>- Registros que evidenciam resultados concretos alcançados pela AMAFE.</li> </ul>                                                                                                                   |

Fonte : Elaborado pela autora (2024)

#### 4.5 Sistematização e análise dos dados

A pesquisa utilizou diversas fontes de coleta de dados, aplicando o conceito de triangulação, conforme discutido por Creswell (2007). Esse método foi fundamental para aumentar a validade e a confiabilidade dos dados qualitativos, possibilitando a confirmação ou refutação das informações da pesquisa. Além disso, Triviños (1987)

considera a triangulação uma abordagem que valida os resultados da pesquisa por meio da combinação de diferentes métodos e fontes de dados.

A análise dos dados foi realizada por meio de triangulação, integrando análise documental, entrevistas semiestruturadas, observação, pesquisa bibliográfica e registros fotográficos. A análise documental incluiu a identificação e interpretação de documentos relevantes, como registros oficiais em órgãos públicos e sites da comunidade, além de outros documentos pertinentes. Os dados extraídos foram compilados para a construção de uma matriz de consolidação da análise documental (Creswell, 2010).

Os dados provenientes das transcrições das entrevistas e das anotações realizadas durante a pesquisa de campo foram analisadas por meio do método de análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2016), é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações distribuídas obtém por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

A análise de conteúdo foi estruturada em três fases. Na primeira fase, designada pré-análise, realizou-se a leitura e releitura dos dados, com o objetivo de organizar os materiais e sistematizar as ideias iniciais. Na segunda fase, referente à exploração do material, ocorreu a codificação dos resultados de acordo com os objetivos da pesquisa. Por fim, na terceira fase, chamada de tratamento e interpretação dos resultados, os dados foram analisados de maneira significativa e validado, permitindo a formulação de propostas de intervenção e interpretações alinhadas aos objetivos e hipóteses do estudo.

Como destacado por Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), a análise de conteúdo desempenha um papel importante nas investigações sociais, pois permite explorar profundamente a subjetividade e reconhecer a relação não neutra entre o pesquisador, o objeto de pesquisa e o contexto. Além disso, esses autores reforçam que essa abordagem mantém sua validade e rigor científico por meio de princípios claros e regras bem definidas, conferindo-lhe o status de metodologia consolidada.

No presente estudo, os dados coletados ao longo da pesquisa foram organizados e analisados por meio de uma abordagem categorial ou temática. Nesse processo, os conteúdos foram divididos em unidades de registro, que posteriormente foram agrupados em categorias. Essas categorias têm origem nos chamados núcleos

de sentido, representando elementos da comunicação cuja presença ou frequência fornecem significados relevantes para os objetivos da pesquisa (Bardin, 2016).

A sistematização e categorização dos dados provenientes das entrevistas foram realizadas com o auxílio do software de análise qualitativa Atlas.ti. Essa ferramenta permitiu o agrupamento das unidades de registro em categorias, facilitando a organização e o aprofundamento das análises realizadas.

O estudo foi conduzido em conformidade com as normas determinadas pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regula diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2016). A participação das mulheres da AMAFE e do colaborador do IRPAA foi formalizada mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo sua concordância e adesão voluntária à pesquisa.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados desta pesquisa evidenciaram os impactos, conquistas e desafios das ações realizadas pelas mulheres da AMAFE na comunidade Fundo de Pasto Esfomeado. A partir das entrevistas, foi possível identificar categorias temáticas, como: associativismo, empoderamento e protagonismos feminino, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.

### **5.1 Associativismo e as Relações de Gênero**

Na paisagem singular da Caatinga, encontra-se a Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE), composta por 17 mulheres. A participação em um processo coletivo tem promovido o intercâmbio de saberes e a formação de um capital intelectual local, capaz de transformar a realidade. Ao se organizar coletivamente, sob os princípios do associativismo, o grupo também adquire uma finalidade social.

A criação da AMAFE surgiu como uma resposta direta à necessidade de ampliar o protagonismo feminino na comunidade. Antes de sua fundação, as mulheres participavam da associação comunitária, mas enfrentaram barreiras significativas para influenciar as decisões. Essa experiência destacou a necessidade de maior envolvimento feminino em processos decisórios, conforme relatado por uma associada ao ser questionada sobre a dinâmica anterior:

*“Nós, mulheres, até éramos associadas, mas íamos apenas para ‘fazer volume’. Os homens não queriam que as mulheres tivessem poder de voz ou espaço para se destacar.” (Entrevistada 01).*

A desigualdade de gênero no contexto rural frequentemente se manifesta em diferentes esferas, incluindo o núcleo familiar e os espaços associativos. Segundo Saffioti (2004, p. 130), “o homem é visto como essencial, a mulher, como inessencial. O primeiro é considerado sujeito, a mulher, o outro.” Essa percepção reflete uma dinâmica de poder ainda enraizada, onde as mulheres são muitas vezes relegadas a papéis secundários, com pouca ou nenhuma voz em decisões importantes, como a gestão da produção ou os investimentos familiares. No entanto, o associativismo na AMAFE tem enfrentado essa dinâmica ao promover a participação ativa das mulheres em processos decisórios, criando espaços de empoderamento e transformação.

Na associação anterior, que incluía todos os membros da comunidade, sem distinção de gênero, as mulheres eram relegadas a posições de subordinação, sem voz ou influência significativa nas decisões. Isso reflete como as relações desiguais de gênero são reproduzidas e naturalizadas dentro das estruturas sociais, limitando a participação feminina em processos decisórios. Esse contexto evidencia a relevância da AMAFE, que rompeu com essas práticas ao estabelecer um modelo organizacional mais inclusivo, no qual as mulheres não apenas têm voz, mas também lideram iniciativas que transformam a realidade da comunidade.

O estudo de Oliveira (2018) reforça essa problemática ao identificar que, mesmo quando as mulheres são maioria entre os filiados em associações ou sindicatos, sua participação nos cargos de poder é limitada, ocupando principalmente posições secundárias. Isso evidencia que, apesar dos avanços na luta pelas mulheres contra o machismo e na efetivação de seus direitos, as trabalhadoras rurais ainda enfrentam barreiras significativas quanto à participação nas instituições que as representam. Essas barreiras estão enraizadas em relações de dominação mantidas por um sistema patriarcal, no qual os homens exercem o controle sobre a direção dessas organizações.

A criação da AMAFE não foi apenas uma resposta às demandas locais, mas uma manifestação de resistência e protagonismo feminino. Ao refletir sobre a baixa participação das mulheres nas atividades e nos espaços de discussão sobre o território, a presidente da associação destacou: *“Os primeiros passos para a formação da AMAFE surgiram a partir de uma reflexão sobre a baixa participação das mulheres*

*nas atividades, especialmente nos espaços de discussão sobre o território.”* Mais do que criar uma organização, a iniciativa visava atender à necessidade urgente de dar visibilidade e voz às mulheres. *“A ideia principal foi atender a essa necessidade de visibilidade e de dar voz às mulheres, para que elas pudessem ser ouvidas e vistas nos processos de decisão”*, afirmou. Esse movimento não apenas desafiou estruturas tradicionais de poder, mas também consolidou um espaço onde as mulheres se tornaram agentes ativas na transformação da realidade local.

Essa fala reflete a exclusão vivenciada pelas mulheres em grupos mistos, onde sua participação era frequentemente desvalorizada. Esse cenário de invisibilidade não é exclusivo da AMAFE. Gomes e Silva (2023) destacam que, no processo inicial de organização de uma associação de mulheres, um dos maiores desafios foi romper com o paradigma machista, que questionava a capacidade feminina de liderar e articular de forma eficiente. Esse exemplo ilustra as dificuldades enfrentadas por mulheres em contextos associativos, reafirmando a necessidade de estratégias específicas para promover seu protagonismo.

A formação da AMAFE como uma associação exclusivamente feminina pode ser compreendida à luz das relações de gênero desiguais e hierárquicas descritas por Saffioti (2004). Segundo a autora, o patriarcado constitui uma forma específica de organização social na qual as relações de gênero são marcadas pela dominação e exploração das mulheres pelos homens, resultando em opressão feminina.

Essa estrutura patriarcal, presente em diversas esferas sociais, também se reflete nos erros das organizações, como foi evidenciado pela entrevistada 01, no fragmento apresentado anteriormente. Dentro do binômio dominação-exploração, conforme Saffioti (2004), mesmo em contextos de subordinação, as mulheres possuem uma pequena parcela de poder que lhes permite questionar a supremacia masculina e buscar formas de resistência.

No entanto, a sua participação e reconhecimento ainda enfrenta desafios significativos, evidenciando um paradoxo na sociedade. Embora sejam responsáveis por uma ampla diversidade de atividades, muitas dessas funções não são formalmente reconhecidas, especialmente devido ao acúmulo de tarefas agrícolas e não agrícolas, bem como pela pluriatividade que marca o trabalho feminino no campo.

Esse cenário muitas vezes invisibiliza a importância e a complexidade do papel desempenhado por essas mulheres na reprodução dos sistemas econômicos e sociais.

Ao criarem uma organização onde suas vozes são ouvidas e valorizadas, demonstram como essa “pequena parcela de poder” pode ser utilizada para reorganizar as relações de gênero dentro da comunidade, representando um ato de resistência coletiva, desafiando as estruturas patriarcais e fortalecendo o protagonismo feminino no desenvolvimento local, e ampliando o seu poder na comunidade.

O protagonismo feminino, conforme observado por Maia e Siqueira (2011), desempenha um papel importante na agricultura e na convivência em sistemas associativos. Essa relação não apenas fortalece o reconhecimento das mulheres em suas comunidades, mas também fornece uma melhor compreensão de sua importância na transformação do meio em que vivem, promovendo uma sensação de liberdade e autonomia. Esses aspectos são percebidos nas ações e relatos das associadas da AMAFE.

Na fala do presidente, fica evidente que a experiência do associativismo proporcionou maior liberdade e autonomia para as mulheres, como demonstrado no seguinte fragmento: “*Antes, muitos associados estavam em casa, sem outras opções. **Elas vivem como donas de casa, mas agora têm liberdade de escolha, de pensar e dispor de novos espaços.** Isso empodera e melhora a qualidade de vida, proporcionando uma nova condição de vida. Não tem nada pior do que estar o tempo todo fazendo a mesma coisa em um ambiente onde você não tem poder de decisão de nada, onde não tem voz, onde não pode decidir nada*” (negrito da autora).

Essa perspectiva é corroborada por Butto (2014), que afirma que “Mulheres que antes eram privadas de liberdade nas decisões da vida reconquistaram esse direito com condições objetivas ou ampliando suas capacidades.” (Butto, 2014, p. 111-112)

Essa liberdade de escolha e de voz ativa refletem diretamente o processo de empoderamento coletivo promovido pela AMAFE, onde as mulheres deixam de estar vinculadas apenas a papéis tradicionais e passam a atuar em ações coletivas que fortalecem o associativismo e geram resultados positivos no desenvolvimento comunitário. A conquista da autonomia impactou de maneira significativa o bem-estar das mulheres, entendido aqui como as mudanças nas suas condições individuais, que, além de melhorar a qualidade de vida, fortalecem seu poder de negociação dentro da família, como será detalhado a seguir.

## 5.2 AMAFE e o empoderamento feminino

O processo de empoderamento feminino revela uma nova concepção de poder, baseada em formas democráticas, na construção de mecanismos de responsabilidade coletiva e na tomada de decisões compartilhadas. Na AMAFE, esse processo ocorre por meio do associativismo, que fortalece não apenas a participação econômica das mulheres, mas também sua autoimagem, sua identidade coletiva e sua influência nos espaços de decisão.

A presidente da AMAFE destaca essa dimensão coletiva ao afirmar: “a associação é um espaço coletivo, onde não é sobre o ‘eu’, mas sobre o ‘nós’. Isso também é uma característica da tradicionalidade da nossa comunidade: estar em grupo, discutir em coletivo, compartilhar ideias e decisões”, sugere que o entendimento sobre associativismo está bem consolidado. Esse entendimento destaca a coletividade e o compartilhamento de decisões, refletindo também os valores das comunidades tradicionais.

Esse depoimento evidencia que o associativismo na AMAFE vai além do aspecto econômico, fortalecendo os laços comunitários e promovendo a atuação das mulheres como protagonistas no desenvolvimento local. A literatura reforça essa visão, pois, segundo Jales (2009), a participação efetiva dos membros em uma associação é essencial para garantir que as decisões sejam representativas e colaborativas, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Além disso, Jales (2009) destaca que a forma e a intensidade de intervenção dos associados são determinantes para a eficácia das associações. Ele ainda ressalta: “Associar-se significa estar junto para criar uma nova realidade e não simplesmente para buscar benefícios de projetos governamentais, como se pode observar em alguns casos” (Jales, 2009, p. 59).

Na prática da AMAFE, essa perspectiva é evidenciada pela forma como as decisões e o planejamento são realizados. Quando questionadas sobre a participação nesses processos de decisão e planejamento, elas destacaram o caráter coletivo das deliberações. Como afirmou a Associada 04: “*Participo, tudo é decidido em conjunto*”.

Ao ser questionada sobre como o associativismo contribui para o empoderamento e a transformação da realidade das mulheres e da comunidade, a presidente destacou a interdependência entre empreendedorismo e empoderamento. Em suas palavras:

*"O processo do empreendedorismo, o processo do empoderamento, eles estão entrelaçados, porque o empoderamento é o conhecimento, é você conhecer, é você ir além. Você buscar estar num processo melhor enquanto cidadão, contribua para que o outro também melhore, porque, ao melhorar a si mesmo, também se consegue impactar e transformar a realidade do outro, para que ele esteja melhor também."* (Presidente da AMAFE)

As associadas 01 e 02 responderam de que forma o associativismo contribui para o empoderamento feminino:

*"...o associativismo transforma a nossa realidade e o nosso cotidiano, proporcionando vivências que tiram a mulher do isolamento doméstico. [...] agora tem a oportunidade de explorar um mundo maior, atuando em diversas áreas da vida social, que a mulher tem essa condição de seguir adiante, construindo novas ideias e promovendo mudanças significativas dentro da comunidade."* (Associada 01)

*"Amadurecimento profissional, pessoal, porque é muito importante, né? E se reconhecer, fazer parte, você saber se você faz parte, você faz diferença dentro da sociedade. É muito importante para nós mulheres hoje. E eu acho que isso impactou muito na minha vida, porque eu aprendi que a gente tem um valor sim. Umas mulheres insubstituíveis, e isso é muito importante. Isso eu acho que valoriza cada dia mais e fortalece e credibiliza a pessoa que eu sou. Então isso é muito importante."* (Associada 02)

Essa fala evidencia como o associativismo impulsiona o desenvolvimento pessoal e coletivo, alinhando-se aos princípios do empoderamento social e econômico. Tal visão corrobora com o estudo de Sen (2000), que aponta que o fortalecimento de capacidades individuais, aliado a ações coletivas, é um elemento-chave para a transformação de comunidades e o desenvolvimento sustentável.

Atualmente, a AMAFE é reconhecida como uma referência para outras associações, evidenciando a relevância e a valorização das ações desenvolvidas pelo grupo. Quando questionadas sobre a percepção externa, mesmo por pessoas que não estão associadas ou que não trabalham diretamente com a AMAFE, foi destacado que a associação é frequentemente procurada por aqueles que precisam de orientação ou apoio. Esse reconhecimento deve, em parte, ao diferencial de ser uma organização organizada por mulheres e ao amplo conhecimento que possuem sobre sistemas públicos, facilitando o acesso a conquistas importantes.

Conforme explicou a presidente:

*"Sim, com certeza. Sempre há essa busca. Outras associações, como a associação comunitária de Esfomeado I ou a de Vargem Cumprida, frequentemente procuram a AMAFE como referência por diversos fatores. Primeiro, porque somos uma organização de mulheres, o que já traz um diferencial. Além disso, temos um conhecimento mais amplo sobre os sistemas públicos do estado, o que facilita muito o acesso às conquistas importantes por meio da AMAFE."*

Este depoimento reforça o papel da AMAFE como um ponto de apoio estratégico para outras organizações locais. A associação não apenas contribui diretamente para a transformação de sua própria comunidade, mas também atua como agente facilitador no fortalecimento de outras comunidades rurais, compartilhando conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas públicos.

Os relatos também revelam uma percepção de transformação pessoal e coletiva, evidenciando o impacto positivo que o associativismo tem gerado em suas vidas e na comunidade. Ao longo das atividades na associação, as mulheres expressaram sentimentos de realização, aprendizado e empoderamento, destacando a importância de sonhar e projetar novos objetivos, tanto individuais quanto coletivos.

Essa percepção de transformação relatada pelas associadas da AMAFE se conecta com os achados de Brandão (2021), que destaca o potencial do associativismo em promover melhorias concretas nas condições de vida, abrangendo saúde, educação alimentar, aumento de renda, número de anos de vida de estudo, condições de moradia e evolução patrimonial.

Dessa forma, o movimento coletivo das mulheres contribui significativamente para a melhoria das condições de vida das associadas, promovendo seu desenvolvimento e ampliando sua autonomia. Esse processo colabora diretamente para superar as situações de exclusão e discriminação vivenciadas pelas mulheres sertanejas pesquisadas (Brandão, 2021).

A fala da Associada 01: *“Eu me sinto muito realizada, muito mesmo. Costumo dizer que, já que vou sonhar e projetar algo, tenho que sonhar e projetar alto”* demonstra uma mudança na visão de mundo das participantes, refletindo como o associativismo tem ampliado horizontes e fomentado uma perspectiva mais otimista em relação ao futuro. Essa transformação está diretamente ligada ao fortalecimento da autoestima e à construção de um sentimento de pertencimento e protagonismo.

Assim como o depoimento da Associada 02: *“Sinto uma realização de algo que coloco pra vida, como: desenvolvimento, conhecimento, e a expectativa de algo melhor para mim e para minha família”* e *“Me sinto bem, pois aprendo e adquiro conhecimento”*, reforçam a ideia de que a AMAFE não apenas promove ganhos econômicos, mas também oferece oportunidades de aprendizado e crescimento pessoal. As participantes reconhecem a aquisição de novos conhecimentos e habilidades como fundamentais para sua autonomia e melhoria da qualidade de vida.

Além da fala da Associada 06: *“É um sonho realizado. Conquistamos muitas coisas, nossa comunidade está em destaque pelos nossos produtos. É uma renda pra mim e para todas nós”* ilustra a relevância econômica das ações da associação. O trabalho coletivo gera impacto direto na renda das famílias, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade da comunidade por meio da comercialização dos produtos.

Siqueira (2014) aponta que o processo de empoderamento vivenciado pelas mulheres pesquisadas resultou em um fortalecimento da autoaceitação e da autovalorização, aspectos também evidenciados nos depoimentos das associadas analisadas neste estudo.

Essas transformações no campo social estão alinhadas às dimensões psicológica e política do empoderamento, conforme definido por Stromquist (1997). No aspecto psicológico, observa-se um fortalecimento da autoconfiança e da autoestima das participantes, impulsionado pelo trabalho coletivo no associativismo. Já na dimensão política, percebe-se o desenvolvimento de uma maior consciência crítica e da capacidade de ação coletiva, permitindo que as mulheres não apenas compreendam melhor sua posição na sociedade, mas também atuem ativamente na busca por direitos e melhorias para sua comunidade.

A partir da observação livre, foi possível identificar as dimensões do empoderamento descritas por Stromquist (1997), ainda que com intensidades variadas no cotidiano das mulheres. Enquanto algumas dessas dimensões se expressam de maneira mais marcante, outras aparecem de forma mais sutil. No entanto, no conjunto, os achados indicam avanços significativos no empoderamento individual e coletivo das participantes, refletindo-se também em mudanças nas dinâmicas familiares e sociais. Esses processos estão diretamente relacionados à satisfação pessoal, ao fortalecimento da autoestima e, em certa medida, à conquista da autonomia econômica, elementos fundamentais para a consolidação do protagonismo feminino no contexto pesquisado.

Os resultados desta pesquisa corroboram os achados de Oliveira *et al.* (2018), que demonstram que a participação em cooperativas e associações tem um impacto significativo no empoderamento feminino, fortalecendo o papel das mulheres nas decisões familiares, produtivas e comunitárias. No estudo, a sexta dimensão do empoderamento revelou que 90,63% das entrevistadas reconheciam sua importância dentro da propriedade e na comunidade, enquanto 100% delas percebiam maior poder de decisão e igualdade de gênero em decorrência da participação em

cooperativas e associações. Esses dados reforçam a hipótese desta pesquisa de que o associativismo desempenha um papel central na ampliação da autonomia e no fortalecimento da identidade feminina na Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado, sendo um elemento de transformação que possibilita a emancipação econômica e social das mulheres envolvidas na AMAFE.

Apesar das conquistas significativas em termos de empoderamento e melhorias na qualidade de vida, os associados também enfrentam desafios ao longo de sua trajetória no associativismo. Esses obstáculos, relacionados tanto às dinâmicas do grupo quanto às condições do contexto rural, fazem parte do processo de construção coletiva e serão incluídos na próxima seção, que destaca os desafios enfrentados pelas mulheres no associativismo rural.

### 5.3 Desafios enfrentados pelas mulheres no associativismo rural

Apesar dos avanços conquistados por meio do associativismo, os depoimentos das entrevistadas revelam barreiras significativas enfrentadas pelas mulheres, incluindo sobrecarga de trabalho, preconceitos de gênero e dificuldade em engajar a comunidade. Esses desafios refletem as dinâmicas estruturais presentes no meio rural, que frequentemente limitam a participação plena das mulheres em iniciativas como a AMAFE. Para compreender essas barreiras, a pesquisa identificou quatro dimensões principais relacionadas às dificuldades enfrentadas pelas associadas, apresentadas a seguir:

- a) A sobrecarga de trabalho e a dupla jornada: um dos principais obstáculos mencionados é a sobrecarga de trabalho das mulheres, que precisam conciliar as responsabilidades domésticas, familiares, profissionais e as atividades da associação. A fala *“Hoje em dia, é um pouco difícil para mim participar das atividades. Isso acontece porque eu tenho um trabalho fora da AMAFE”* (Associada 02) resume a complexidade dessa dinâmica, em que as mulheres acumulam múltiplas funções sem o suporte necessário para equilibrar suas demandas. Essa realidade também é reforçada por outra entrevistada, que afirma: *“Não é fácil você criar um projeto, você colocar ele em prática, você sustentar ele. Principalmente quando você é mulher, quando você é dona de casa, você é esposa, você tem que estudar, tem que trabalhar fora”* (Associada 01). Estes relatos ilustram como a sobrecarga de trabalho representa um desafio para a participação efetiva das

mulheres no associativismo. No entanto, também evidenciam que o suporte de uma rede de apoio pode ser um importante aliado na superação desses obstáculos. Conforme destacou a Associada 01: *“Se eu não tivesse a rede de apoio que tenho, especialmente com minha filha, não conseguiria manter essa rotina tão ativa.”*

- b) Preconceitos de gênero: outro desafio destacado é o preconceito enfrentado pelas mulheres, tanto no ambiente familiar quanto na comunidade. A fala *“Muito preconceito, muito, muito mesmo. A gente via a resistência das pessoas que conviviam comigo mesmo, eu via a resistência que não ia para frente, que era uma coisa inviável para a comunidade. E hoje somos reconhecidos”* (Associada 02) aponta para o ceticismo inicial em relação às iniciativas lideradas por mulheres, evidenciando como o associativismo precisa enfrentar não apenas barreiras econômicas e logísticas, mas também culturais e sociais. Apesar dessas resistências, o reconhecimento atual do trabalho da AMAFE demonstra a capacidade dessas mulheres de superar tais barreiras e construir legitimidade em suas ações.
- c) Dificuldades de engajamento comunitário: outro ponto importante levantado foi a dificuldade em mobilizar a comunidade para participar ativamente da associação. A fala da Associada 01, *“O principal desafio que eu ainda quero superar é que a comunidade veja que o nosso trabalho aqui é de melhoramento e de trazer o povo que está fora para dentro da associação”* reflete a necessidade de criar estratégias para envolver mais membros da comunidade e aumentar o impacto das ações da AMAFE. Esse desafio aponta para a importância de construir uma visão coletiva que valorize o associativismo como um espaço de transformação para todos, e não apenas para as associadas.

Segundo Rosoni (2013, p. 18), há entraves significativos que podem inviabilizar ou retardar o desenvolvimento rural, como “a falta de conscientização da comunidade e a dificuldade em aglutinar forças e interesses em torno das ações desenvolvidas pela associação”. Corroborando essa perspectiva, Santos *et al.* (2022) destacam que esses fatores podem levar à dissolução de muitas associações no meio rural. Isso ocorre porque os associados, muitas vezes, enxergam as associações apenas como um meio de obter benefícios materiais, ignorando seu papel como espaços democráticos de luta por direitos sociais. Quando as expectativas materiais não são

atendidas, muitos acabam desistindo de participar, fragilizando a estrutura dessas organizações.

Esse cenário pode ser modificado com a construção do capital social, conceito que, conforme Putnam (1996, p. 177), refere-se às “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O autor destaca que o estoque de capital social de uma sociedade é essencial para promover a cooperação voluntária e impulsionar o desenvolvimento. Nesse sentido, o capital social se torna um recurso produtivo, viabilizando a concretização de objetivos que, de outra forma, seriam inatingíveis. Dessa forma, o fortalecimento do capital social pode desempenhar um papel fundamental na superação da falta de engajamento comunitário.

Com base no que foi apresentado ao longo deste tópico, as associadas da AMAFE vêm desenvolvendo estratégias para enfrentar os desafios encontrados em sua trajetória, demonstrando resiliência e capacidade de superação. Essas ações não apenas fortalecem a associação, mas também servem como alicerce para o crescimento e o desenvolvimento da comunidade como um todo. Esses aspectos serão detalhados no próximo tópico, que aborda o impacto do associativismo no desenvolvimento sustentável e comunitário.

#### **5.4 Desenvolvimento Rural Sustentável**

Abramovay (2000, p.11) destaca que o desenvolvimento territorial depende, principalmente, da criação de uma rede de atores que colaboram para valorizar os atributos de uma determinada região. Essa rede de atores é fundamental para atingir os objetivos de desenvolvimento de uma comunidade. Não se trata apenas de formar uma associação que espera investimentos externos, mas sim de uma associação que busca esses investimentos, criando, assim, interesses externos nas produções locais.

A perspectiva do desenvolvimento territorial proposto por Abramovay (2000) se manifesta nas falas das participantes da AMAFE. A presidente da associação destaca os impactos positivos das ações, tanto na economia local quanto no fortalecimento social da comunidade:

*“O impacto é positivo, embora precisamos de mais engajamento, de mais pessoas que tivesse muito mais interesse de estar no processo, mas há uma diferença, não apenas no aspecto econômico, na geração de renda, mas nas questões sociais. As pessoas passam a ter uma outra visão de*

*desenvolvimento. Elas começam a perceber caminhos de busca de melhorias na qualidade de vida, tanto da família quanto da própria comunidade, de uma forma geral." (Presidente)*

A partir dessa fala, fica evidente que as ações da AMAFE não só geram benefícios econômicos, mas também sociais, ampliando a percepção de desenvolvimento na comunidade. A atuação da AMAFE não se restringe à comunidade, mas se estende para além de seus limites, impactando outras localidades. A presidente destaca essa ampliação de alcance:

*"A universidade hoje chega na comunidade também através da AMAFE e outras políticas de governo, de convênios que a gente vem conseguindo fazer e que ela vai além, exemplo, veio um convênio para limpeza de aguada, então vai para a comunidade, não especificamente para a unidade da AMAFE." (Presidente)*

Esse impacto positivo também é reforçado pela fala de uma das associadas, que destaca o compromisso coletivo da AMAFE em transformar a realidade local:

*"Vamos fazer e acontecer na comunidade, mostrar que somos capazes de desenvolver um projeto que contribua para o desenvolvimento social e econômico de cada família." (Associada 02)*

O impacto da AMAFE também se traduz na criação de oportunidades para outras mulheres da comunidade, como aponta outra associada:

*"Tenho uma meta dentro da AMAFE, que é contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Acho que a geração de oportunidades dentro da AMAFE é algo significativo. Não só trabalhamos, mas também abrimos oportunidades para outras mulheres da comunidade, permitindo que tenham sua renda. (Associada 02)*

Conforme Amartya Sen (2000), o desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, mas a expansão de liberdades substantivas que permitem que os indivíduos alcancem suas aspirações.

Em 2010<sup>6</sup>, as mulheres rurais contribuíam com 42,4% da renda familiar, um índice superior ao das mulheres urbanas (40,7%). No Nordeste, essa participação foi ainda maior (46,8%), e, nas áreas rurais da região, as mulheres chegaram a superar os homens na renda familiar (51,0% contra 49,0%). Esse fenômeno pode ser atribuído à presença feminina na agricultura familiar e no beneficiamento de alimentos, bem como ao impacto de programas sociais, que frequentemente têm as mulheres como beneficiárias principais.

---

<sup>6</sup> IBGE, Censo Demográfico 2010.

A atuação da AMAFE ultrapassa os limites da comunidade, beneficiando também comunidades vizinhas, como destaca a presidente da associação: “... *além de atuar na comunidade, conseguimos avançar para o entorno, em outras comunidades. Principalmente por meio da colaboração em aquisições, de projeções, de projetos e ações formativas.*” Esse relato sugere que a atuação coletiva, fundamentada na abordagem territorial do desenvolvimento, contribui para melhorias em outras localidades.

Além da fala da Associada 06: “*É um sonho realizado. Conquistamos muitas coisas, nossa comunidade está em destaque pelos nossos produtos. É uma renda pra mim e para todas nós*” ilustra a relevância econômica das ações da associação. O trabalho coletivo gera impacto direto na renda das famílias, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade da comunidade por meio da comercialização dos produtos. Essa declaração reforça o papel da AMAFE como um agente de desenvolvimento, com resultados que ultrapassa o âmbito individual e alcançam a coletividade.

Esse entendimento está alinhado à visão de desenvolvimento proposta por Celso Furtado. Segundo o autor, o desenvolvimento se diferencia do mero crescimento econômico por estar condicionado a um projeto social subjacente (Furtado, 2004). Para ele, o crescimento econômico só se transforma em desenvolvimento quando prioriza a melhoria das condições de vida da população. No caso da AMAFE, suas ações refletem não apenas benefícios econômicos, mas também o fortalecimento social e cultural da comunidade.

A fala da presidente sobre o acesso das mulheres a cursos, capacitações e atividades formativas, bem como o contato com universidades, professores e estudantes, pode ser entendida à luz da concepção de desenvolvimento de Amartya Sen. Para Sen (2000), o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, sendo um processo que amplia as capacidades humanas, ou seja, as possibilidades que os indivíduos têm de fazer escolhas significativas em suas vidas. Nesse sentido, o acesso a essas oportunidades educacionais e à troca de saberes contribui para a expansão das capacidades das mulheres da AMAFE, permitindo-lhes ampliar suas escolhas e aumentar sua autonomia.

Sen (2000, p. 10) define que:

[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer

ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança. (Sen, 2000, p. 10)

Foi possível, dessa forma, observar nessa ótica de desenvolvimento rural sustentável como a associação pesquisada desenvolve diversas ações que contribuem para a sustentabilidade rural e o desenvolvimento local. Inclusive, Souza, Lyra e Silva (2019, p. 1), afirmam que “a sustentabilidade na agricultura familiar é vista, por muitos, como algo presente ou pré-existente, notadamente quando associamos os atuais modos de produção a um processo advindo de gerações, de aprendizados acumulados ao longo do tempo, herdado de diferentes culturas de povos e comunidades tradicionais”.

Nessa realidade, a agricultura familiar se apresenta como categoria essencial para o desenvolvimento rural e a sustentabilidade do espaço rural. Borges *et al.* (2020, p. 4) destacam que “é importante ressaltar que o papel fundamental que a agricultura familiar tem, pois a maior parte dos alimentos consumidos pela sociedade é oriunda de sua produção. Portanto, sua permanência e fortalecimento são de grande importância, não só pelo respeito que devem merecer como grupo social, mas também pelo apoio à segurança alimentar, à produção de matérias-primas, ao desenvolvimento local e regional e à conservação da natureza”.

Constatou-se, nesse olhar, o engajamento da associação na busca de parceiros para a implementação de projetos como a construção de cisternas, do sistema de tratamento do esgoto e de reuso agrícola, que são exemplos de ações coletivas da AMAFE na melhoria das condições de vida da comunidade e na geração de renda, fortalecendo a agricultura familiar local e comunitária.

Esses projetos favorecem a geração de renda, pois pessoas da própria comunidade estão envolvidas na construção dos sistemas de convivência com o semiárido. Além disso, as cisternas e os sistemas de aproveitamento de água são essenciais para a sustentabilidade rural, pois melhoram a gestão da água no semiárido, promovendo a segurança hídrica para uso agrícola, além de reduzir a dependência de fontes externas de água, manifestando-se aspectos do desenvolvimento territorial sustentável na comunidade pesquisada.

Esses resultados estão em consonância com a concepção de desenvolvimento apresentada por Carrière e Cazella (2006), que enfatizam a importância das redes e formas de cooperação entre os atores locais para o desenvolvimento sustentável. Ao criar espaços de participação e cooperação, a AMAFE consegue reunir diversos

esforços em torno de objetivos comuns, compartilhando recursos e conhecimento, o que fortalece a dinâmica de desenvolvimento da comunidade e promove sua sustentabilidade a longo prazo.

#### 5.4.1 Benefícios Estruturais e Econômicos

Os projetos e ações implementados pela AMAFE geraram benefícios concretos para a comunidade e para a associação. Conforme apresentado anteriormente, a instalação de sistemas de reuso de saneamento básico e cisternas, por exemplo, trouxe melhorias significativas para a gestão dos recursos hídricos, promovendo sustentabilidade ambiental e melhores condições de vida. Melhorias na infraestrutura da associação, como anexos administrativos e a aquisição de veículos, contribuem para reforçar a capacidade operacional da AMAFE, permitindo a ampliação e o fortalecimento de suas ações, segundo relatado pela presidente da associação.

A conquista da implantação de projetos como o "Palmau", por meio de doação da Codevasf, que prevê a instalação de 2 hectares de palma adensada e a disponibilização de equipamentos agrícolas, evidencia a capacidade da AMAFE de articular recursos e viabilizar iniciativas sustentáveis. Essa iniciativa permitirá que a matéria-prima para a produção de produtos à base de palma seja cultivada diretamente na sede da associação, fortalecendo a autonomia produtiva e impulsionando o desenvolvimento local. Além disso, o projeto reflete o comprometimento da associação em integrar práticas agrícolas sustentáveis com o fortalecimento econômico e social da comunidade.

Esses avanços impactam diretamente nas atividades da associação, que agora têm acesso a ferramentas que ampliam sua capacidade produtiva e impactam diretamente na comunidade. Abaixo, o quadro 3 apresenta as benfeitorias conquistadas para a AMAFE e para a comunidade:

Quadro 3: Conquistas para a Associação e a Comunidade estudada.

| <b>Categoria</b> | <b>Benfeitorias para a AMAFE</b>                                                                                                                       | <b>Benfeitorias para a Comunidade</b> |
|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Infraestrutura   | Requalificação de espaços, incluindo a construção de anexos administrativos; retirada dos banheiros internos e instalação de novos banheiros externos. | -                                     |

|                                  |                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                         |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Equipamentos e Veículos          | Aquisição de veículos para facilitar as atividades e logística da associação; equipamentos agrícolas fornecidos pelo projeto "Palmau".                   | -                                                                                                                                                       |
| Capacitação e Formação           | Promoção de ações formativas e troca de saberes com universidades e outras instituições; ampliação do acesso a cursos e capacitações para as associadas. | -                                                                                                                                                       |
| Sustentabilidade Hídrica         | -                                                                                                                                                        | 19 cisternas de jorrada instaladas, com capacidade para 52 mil litros cada; 10 sistemas de reuso de saneamento básico (4 instalados e 6 em construção). |
| Projetos de Produção Sustentável | -                                                                                                                                                        | Implementação do projeto "Palmau", com 2 hectares de palma adensada e equipamentos.                                                                     |
| Políticas Públicas               | -                                                                                                                                                        | Convênios para limpeza de aguadas e outras ações governamentais.                                                                                        |
| Reconhecimento e Inclusão        | -                                                                                                                                                        | A comunidade passou a ser reconhecida por suas iniciativas produtivas, gerando valorização cultural e social.                                           |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É relevante destacar que, segundo o presidente da AMAFE, a seleção dos beneficiários das cisternas e dos sistemas de reuso foi baseada em critérios previamente definidos no projeto. Conforme relatado, houve uma reunião conduzida por uma técnica responsável, que identificou e aplicou esses critérios para selecionar as famílias que seriam contempladas.

Destaca-se que o benefício das cisternas e dos sistemas de reuso não se restringiu às associadas da AMAFE, mas foi ampliado para toda a comunidade, evidenciando o compromisso da associação com melhorias coletivas.

Isso reforça o papel da AMAFE como agente transformador que transcende os limites do associativismo, promovendo uma visão de desenvolvimento alinhada à justiça social e à inclusão. Ao ampliar o alcance dos benefícios, a associação consolida sua relevância como referência tanto no fortalecimento do associativismo quanto na articulação e implementação de políticas públicas que atendem às

demandas reais do território. A seguir, abordaremos os avanços de acesso a políticas públicas.

### 5.5 Políticas Públicas e as Instituições Parceiras da AMAFE

Os relatos das participantes reforçam a importância de políticas públicas específicas para fortalecer iniciativas como a AMAFE. Evidenciado nas falas das associadas:

*“Se não fosse pelas políticas públicas, eu não estaria aqui dessa forma. Estaria, sim, mas não da mesma maneira.”* (Associada 01)

*“Para mim, política pública são atos, que devem ser desenvolvidos e que possam ter a contribuição, o reconhecimento para a comunidade, para a população, que às vezes é muito importante e é carente disso.”* (Associada 02)

A associação acessa duas políticas públicas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA, criado em 2003, foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.906 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008. O programa é desenvolvido com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O PAA objetiva fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, e de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional. Além disso, o programa promove a inclusão social no campo.

A Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, estabelece diretrizes para priorizar a participação das mulheres no programa, em todas as modalidades e por todos os operadores. Entre os critérios de prioridade, destacam-se:

1. No mínimo 5% da dotação orçamentária anual do PAA deve ser destinada a organizações compostas exclusivamente por mulheres ou organizações mistas com pelo menos 70% de mulheres na composição societária.
2. Nas modalidades de Compra Direta Local e Doação Simultânea, exigem uma participação de pelo menos 40% e 30% de mulheres, respectivamente, entre os produtores fornecedores.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1938 e regulamentado em 1993. Em 2009, a Lei nº 11.947, regulamentada pelas Resoluções nº 38/2009 e nº 25/2012, localiza que pelo menos 30% dos recursos do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinado à alimentação escolar deve ser utilizado na compra de produtos da agricultura familiar. Essa prioridade inclui alimentos provenientes de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, além de alimentos agroecológicos.

O PNAE transfere recursos financeiros diretamente para estados e municípios por meio do FNDE, promovendo o fortalecimento da produção e comercialização local. Essa política pública não gera apenas emprego e renda para agricultores familiares, mas também garante uma alimentação mais saudável para os estudantes, ao estimular o consumo de alimentos frescos e nutritivos, cultivados localmente.

De acordo com Costa *et al.* (2024), as políticas públicas desempenham um papel relevante no desenvolvimento territorial, mas não devem ser consideradas os principais agentes desse processo. Sua principal função é criar mecanismos que promovam a melhoria da qualidade de vida nas sociedades e que fortaleçam as redes territoriais já existentes. Isso envolve a definição de projetos de desenvolvimento específicos para determinados territórios, com ações direcionadas de gestão direta voltadas para públicos específicos, além da criação de novos mercados que valorizem as capacidades regionais, ampliando as redes de relacionamento e integração.

Nesse contexto, a associação busca interagir com parceiros que contribuem para a construção de uma rede que beneficia tanto a AMAFE quanto a comunidade local. Para isso, participa em editais lançados pela Coordenação de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), voltadas para o fortalecimento da agroindústria. O Governo da Bahia, por meio do CAR, tem desempenhado um papel importante no combate à pobreza nas comunidades rurais, promovendo o desenvolvimento regional por meio da inclusão socioprodutiva. Suas ações priorizam o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e da comercialização, além de enfatizar a segurança hídrica, a convivência com a seca e a gestão sustentável do meio ambiente, alinhando-se às necessidades e iniciativas da associação.

Para alcançar esses objetivos, o CAR aposta nas potencialidades regionais, estimulando associações e cooperativas que investem em atividades capazes de gerar emprego e renda. Entre as cadeias produtivas reforçadas, destacam-se a apicultura, a caprinocultura, a fruticultura, a produção de chocolate e o beneficiamento de leite. Nesse contexto, a AMAFE se destaca como uma iniciativa fortalecida por sua capacidade de aproveitar essas potencialidades regionais e mobilizar recursos em colaboração com instituições parceiras.

De acordo com o representante do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a atuação da instituição tem sido fundamental para a capacitação e fortalecimento das mulheres da AMAFE. O IRPAA promove formações técnicas, treinamento em associativismo e espaços de aprendizado contínuo, ampliando as habilidades e oportunidades econômicas dessas mulheres.

Embora muitas associadas já tenham adquirido autonomia para conduzir suas próprias iniciativas, o representante enfatiza que o apoio contínuo do IRPAA é importante para garantir a sustentabilidade das ações no longo prazo. A assistência técnica e as capacitações têm gerado impactos significativos no fortalecimento das mulheres como agentes de mudança, contribuindo para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável na comunidade.

O técnico do IRPAA destaca que sua atuação tem possibilitado que as mulheres da AMAFE ocupem espaços estratégicos no desenvolvimento local, mas reforça que a manutenção de uma abordagem colaborativa e integrada é essencial para consolidar e expandir essas conquistas.

O crescimento da AMAFE foi impulsionado por essas parcerias estratégicas, que se desenvolveram significativamente para o desenvolvimento de suas ações. Essas instituições forneceram apoio técnico, financeiro e estratégico, criando bases sólidas para a sustentabilidade da associação e ampliando seu impacto na comunidade. A seguir, são descritas as contribuições de cada uma dessas instituições:

1. IRPA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada): Realiza assessoria técnica e oferece suporte técnico às associadas.
2. CESOL (Centro Público de Economia Solidária): Fornecemos assessoria técnica e suporte na comercialização dos produtos. Contribui com atividades de formação formativa.
3. Central da Caatinga: Atua diretamente no processo de comercialização dos produtos da AMAFE.
4. Universidades (UNIVASF e outras instituições de ensino): Desenvolvimento de estudos e pesquisas que ajudem a fortalecer a associação e a comunidade. Promovem ações formativas, ampliando o conhecimento técnico das associadas.
5. Secretaria de Agricultura: Apoia em ações relacionadas ao desenvolvimento produtivo.
6. Secretaria de Desenvolvimento Social: Facilita o acesso às Compras Institucionais

(PAA e PNAE).

7. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR: Oferece suporte técnico por meio de editais, como o apoio às agroindústrias, foi possível contratar um agente de negócios para o AMAFE (Figura 5).

Figura 4: Divulgação edital de contratação de Agente de Negócios - CAR.



8. BlueSky – Revista Ararinha Azul: Colabora na divulgação da associação e seus produtos em eventos. Incentivo à participação em ações coletivas e de fortalecimento institucional.

## 5.6 Identidade e Protagonismo

Um dos aspectos marcantes foi o fortalecimento da identidade cultural das mulheres e da comunidade como um todo. As atividades desenvolvidas pela AMAFE resgataram tradições e práticas locais, promovendo um sentimento de pertencimento e orgulho entre as associadas. Conforme Saquet (2013), “a identidade é, constantemente reconstruída, histórica e coletivamente, e se territorializa, especialmente, por meio de ações políticas (de gestão) e culturais” (p. 149), o que evidencia que a identidade não se restringe ao passado, mas é construída ativamente

Fonte: CAR (2024).

pelos atores coletivos.

Essa construção identitária contribuiu para a valorização da autoimagem das mulheres, que passaram a se perceber como protagonistas de suas histórias e agentes de mudança: *“Aprendi que a gente tem um valor sim. Umas mulheres insubstituíveis, e isso é muito importante.”* (Entrevistada 02). Além disso, a AMAFE desempenha um papel importante tanto na representação política quanto no fortalecimento social da comunidade. Como destaca a presidente:

*“A AMAFE tem um papel fundamental, não só na representação política, mas também no aspecto social, como no processo de geração de renda. Também promovemos diálogos sobre questões de gênero, abordando a importância dessas discussões no contexto da agricultura familiar como um todo.”*  
(Presidente da AMAFE)

Esse depoimento evidencia que a associação vai além de suas ações econômicas, promovendo debates e conscientização sobre igualdade de gênero – um tema essencial para o fortalecimento das mulheres no meio rural. Ao articular essas discussões, a AMAFE fomenta um ambiente de empoderamento feminino e amplia a participação das mulheres em processos políticos e sociais, consolidando sua atuação como agente transformador na comunidade.

As respostas das participantes sobre as mudanças percebidas na comunidade reforçam esse papel transformador. A presidente ressalta que *“as mudanças principais foram as mulheres se tornarem mais decididas e compreensivas, entendendo melhor os processos e percebendo seus direitos”*, demonstrando a contribuição da associação para o fortalecimento da cidadania e da autonomia. De modo semelhante, o depoimento da Associada 01, *“Tudo que tem de modificação na comunidade nesses 11 anos para cá, tem o nosso dedo, tem nossa ideia”*, evidencia a apropriação coletiva das transformações ocorridas e o fortalecimento do senso de pertencimento e protagonismo das mulheres.

Os relatos sobre as habilidades e conhecimentos adquiridos pelas participantes sugerem que a AMAFE é um espaço de aprendizado contínuo, com impacto direto na vida pessoal e profissional das associadas. Na fala da presidente, *“Minha formação enquanto agente social e minha condição enquanto empreendedora foi a partir da AMAFE”*, destaca-se a importância do associativismo como meio de promover a formação das mulheres, indo além do campo econômico e incluindo dimensões educacionais e sociais. Ademais, a associação proporciona uma rede de sociabilidade e troca de saberes, essenciais para o crescimento individual e coletivo.

A relação entre associativismo e formação profissional também se evidencia na conexão que a AMAFE estabelece entre as mulheres rurais e instituições de ensino, como universidades. A troca de conhecimentos com professores, estudantes e pesquisadores amplia os horizontes das integrantes e reforça a importância de atividades formativas, como cursos e capacitações. Conforme a presidente, *“hoje, as mulheres têm acesso a cursos, capacitações e outras atividades formativas”*, sinalizando avanços na inclusão das mulheres rurais em processos de formação.

O associativismo promovido pela AMAFE cria, assim, um espaço onde as mulheres atuam como agentes de transformação tanto em suas vidas pessoais quanto na comunidade. A declaração da presidente *“no momento que você é agente, você é receptor”* sintetiza essa dinâmica, em que, ao se posicionarem como protagonistas, as mulheres também se beneficiam de um processo contínuo de aprendizado e troca.

Por fim, a afirmação de que outros empreendimentos surgiram a partir da atuação da AMAFE evidencia sua influência inspiradora na comunidade: *“[...] éramos o único empreendimento nesse território. E aí, outros empreendimentos passaram a surgir a partir dali.”* (Presidente da AMAFE). Essa observação reforça a ideia de que, assim como a identidade da comunidade é constantemente reconstruída por meio de ações coletivas – como destacado por Saquet (2013) –, a AMAFE impulsiona o surgimento de novas iniciativas, fortalecendo o desenvolvimento local e a construção coletiva.

## **5.7 Resgate das histórias de conquista de mulheres da Comunidade Esfomeado**

Uma das grandes conquistas das mulheres da Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado foi o lançamento, em 2023, do livro *As “Odetes”: protagonismo sociopolítico através do trabalho com a terra*, escrito por Cristiane Ribeiro da Silva, presidente da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE). A obra surgiu como uma iniciativa importante para revisitar e resgatar as lutas, conquistas e histórias de um povo que resistiu em meio aos desafios do semiárido, preservando a memória coletiva da comunidade e tornando-se uma fonte valiosa para a pesquisa acadêmica.

O livro destaca histórias de mulheres que desempenharam papéis fundamentais na transformação da comunidade. Entre essas figuras, Odete é

lembrada pelo seu protagonismo inspirador, o qual foi reconhecido pela AMAFE ao dar seu nome aos produtos da associação. Odete dedicou sua vida ao trabalho como empreendedora social, liderando iniciativas que impactaram diretamente a comunidade. Sua liderança não apenas trouxe benefícios para os moradores da comunidade, mas também fortaleceu os laços comunitários, promovendo a qualidade de vida e mostrando o potencial transformador do protagonismo feminino. Sua trajetória, marcada por determinação e resiliência, tornou-se um símbolo de empoderamento e transformação social na Comunidade Esfomeado II.

Odete foi uma importante liderança na comunidade, dedicada ao trabalho social e à melhoria das condições de vida da população. Atuou como empreendedora social, sempre disposta a ajudar e promover benefícios para a comunidade. Um de seus feitos foi reunir a comunidade e dialogar sobre o que aprendia, colocando-se à disposição para auxiliar no que fosse necessário. Ela teve papel importante na fundação da Delegacia Sindical de Poço de Fora e contribuiu para fortalecer a organização local.

Odete também teve um papel significativo na construção de cisternas de consumo humano, atendendo uma das principais necessidades da comunidade, que era o abastecimento de água. Além disso, participou da implantação de um projeto piloto de cisternas comunitárias, embora esse projeto não tenha dado certo devido a problemas com o material utilizado. Sua atuação também foi para a educação: ela lutou pela construção da Escola Municipal José Domingos de Nascimento, buscando garantir um espaço de aprendizado para as crianças da comunidade. Ela também esteve à frente da luta pela energia elétrica na região, um passo importante para o desenvolvimento da comunidade.

Entre outras realizações, Odete foi uma das principais articuladoras na construção de uma barragem comunitária, melhorando a gestão da água para a população. A construção da capela Nossa Senhora Aparecida, em 2003, também foi concretizada com seu apoio, sendo um marco de união e fé para a comunidade. Com apenas ações voluntárias, ela articulou a busca por parceiros e doações, tornando aquele espaço um ponto de acolhimento, orações e apoio para todos. Seu trabalho foi essencial para a transformação e o fortalecimento da comunidade, consolidando seu papel como uma grande líder social. Além disso, deu os primeiros passos para a regularização fundiária da comunidade.

A iniciativa de resgate da memória histórica por meio do livro reafirma a

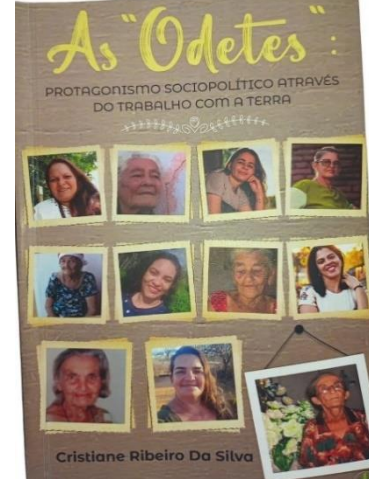
importância de valorizar e perpetuar as contribuições femininas no contexto do semiárido brasileiro, destacando o associativismo como um elemento importante para o fortalecimento da comunidade e para a construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Figura 6: Odete Ferreira da Siva.



Fonte: SILVA, 2023.

Figura 5: Capa do livro As “Odetes”



Fonte: SILVA, 2023.

## 6 O PRODUTO DA PESQUISA: “As Odetes: O Protagonismo Feminino na Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado – Curaça-BA”.

### 6.1 Estrutura do documentário

Como resultado desta pesquisa, foi desenvolvido um documentário que apresenta a trajetória e o protagonismo das mulheres da Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Esfomeado, com um enfoque especial na atuação da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE).

Figura 7: Documentário na página do Youtube



**As Odetes – O Protagonismo Feminino na Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado – Curaça-BA**

O documentário dá visibilidade às lutas, conquistas e desafios enfrentados por essas mulheres, evidenciando como o associativismo se tornou uma ferramenta importante para o empoderamento, a emancipação e a transformação social e econômica da comunidade.

Mulheres que antes não tinham voz nos espaços coletivos, devido ao machismo estrutural, encontraram no associativismo uma oportunidade de transformação pessoal e comunitária. A ideia inicial para a formação do grupo nasceu do desejo de serem ouvidas, de terem suas vozes valorizadas e de ocupar um espaço ativo. Esse espaço coletivo tornou-se um símbolo de resistência e transformação, impulsionando ações que ressignificaram as relações de poder e trouxeram novas possibilidades para o desenvolvimento local.

O documentário incorpora perguntas de direcionadas às entrevistadas, para aprofundar questões sobre o associativismo, empoderamento e os impactos das ações da AMAFE no desenvolvimento da comunidade. A produção inclui depoimentos de quatro mulheres da associação, que responderam a quesitos para explorar ao máximo a relevância dos trabalhos desenvolvidos pela AMAFE e o impacto transformador que a associação tem promovido na comunidade. Os relatos reforçam como as ações da AMAFE não apenas transformaram a vida das associadas, mas também elevaram o reconhecimento da comunidade, ampliando sua visibilidade para além dos limites locais.

Além de preservar a memória e valorizar os saberes tradicionais das mulheres da comunidade, o documentário se apresenta como um instrumento de sensibilização e reflexão sobre a importância do protagonismo feminino nas áreas rurais. Ele busca inspirar outras mulheres e associações a seguirem caminhos semelhantes, contribuindo para o fortalecimento do associativismo como uma estratégia de inclusão social, fortalecimento comunitário e promoção do desenvolvimento.

As filmagens foram realizadas em dois momentos: no dia 8 de janeiro de 2025, com captura de imagens aéreas da comunidade por meio de drones, e no dia 26 de janeiro de 2025, na sede da AMAFE, com as associadas. Durante esse último momento, registrou-se um dia de produção, o que evidenciou mais uma vez a receptividade e acolhimento das mulheres. Para guiar as entrevistas, foi elaborado um roteiro de perguntas baseado no roteiro semiestruturado da pesquisa, abordando temas como empoderamento, desigualdade de gênero, inspirações femininas, histórico da comunidade, associativismo e desenvolvimento rural.

O processo de captação audiovisual contou com a colaboração de Rovani Araújo, responsável pela imagem e edição. A condução do roteiro foi elaborada pela autora, conforme ilustrado nas Figuras 8.

Figura 8: Equipe de filmagem durante a produção do vídeo em campo,



Fonte: Imagens da autora (2025).

A proposta do documentário foi criar um produto tocante, protagonizado pelas associadas, para explorar a relação delas com o associativismo, o empoderamento e o desenvolvimento local. Essa produção audiovisual se alinha à capacidade transformadora do documentário, conforme descrito por Siqueira (2006), que o define como uma ferramenta poderosa para promover reflexões e debates, ao integrar imagens, sons e narrativas.

Segundo Nichols (2010) existem seis modos principais de documentário: o poético, o expositivo, o participativo, o observativo, o reflexivo e o performático. Cada subgênero oferece uma abordagem única na maneira de contar histórias por meio de documentários, impactando diretamente na narrativa e na metodologia de empregada.

O documentário poético se concentra mais na estética e menos na narrativa direta, oferecendo novas maneiras de conhecer e transmitir conhecimento, enquanto o expositivo serve como um veículo ideal para divulgar informações, priorizando uma lógica informativa onde as imagens desempenham um papel secundário. O

participativo inclui o cineasta diretamente nas filmagens, refletindo sobre como sua presença altera a dinâmica da situação filmada.

O observativo é caracterizado por sua abordagem neutra e discreta, criando a impressão de que a câmera não está presente, e o reflexivo se aprofunda em questionar e problematizar a situação representada, consciente de sua própria forma de representação. Por fim, o performático foca nas experiências subjetivas e pessoais, incentivando os espectadores a ver o mundo de uma maneira nova e a reconsiderar suas relações com os temas apresentados.

Nichols enfatiza que a escolha do subgênero depende do assunto e do contexto documentado, indicando que um documentário é menos uma reprodução fiel da realidade e mais uma interpretação dos significados que as pessoas atribuem ao mundo. Assim, um mesmo evento pode ser contado de várias maneiras, utilizando diferentes técnicas audiovisuais para se adequar ao propósito e ao impacto desejado pelo documentarista.

No contexto desta pesquisa, o documentário destaca a importância de valorizar as vozes das mulheres da AMAFE, que reúnem suas histórias e perspectivas em um formato dialógico. Esse diálogo se conecta com o modo performático descritos por Nichols (2010). O modo performático enfatiza as experiências subjetivas e emocionais, convidando o espectador a compensar sua relação com as questões sociais.

De acordo com Ramos (2008), o documentário combina vozes diversas que discutem o mundo e suas próprias histórias, oferecendo uma visão plural e contextualizada. Essa abordagem audiovisual não apenas amplia as narrativas individuais e coletivas, mas também reforça o papel do associativismo como motor de desenvolvimento local.

Assim, o documentário se torna mais do que um registro visual: ele é uma ferramenta de empoderamento e transformação social. A produção promove uma ampla discussão sobre o papel do associativismo no desenvolvimento rural e a valorização das histórias e vozes femininas. A iniciativa, portanto, não apenas narra, mas também inspira e convida à reflexão sobre as relações sociais, políticas e culturais na comunidade educacional.

## **6.2 Validação do Produto Final**

O documentário produzido nesta pesquisa tem como objetivo registrar a trajetória das mulheres da Comunidade Fundo de Pasto Esfomeado, destacando os aspectos sociais, econômicos, sustentáveis e culturais que evidenciam seu protagonismo. Para garantir que o material final reflita as experiências e percepções dessas mulheres, será realizado um processo de validação com as integrantes da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado (AMAFE), que participaram da pesquisa.

Considerado um produto educativo, o documentário promove o conhecimento sobre as experiências, trajetórias e contribuições das mulheres envolvidas no associativismo, contribuindo para o desenvolvimento local. A validação ocorrerá de forma presencial, permitindo que as participantes assistam ao documentário coletivamente e compartilhem suas experiências de maneira interativa e dialógica. Para essa etapa, será adotada uma metodologia qualitativa com a aplicação de questionários estruturados, a fim de coletar feedbacks de forma clara e objetiva.

Durante o encontro, as participantes terão a oportunidade de avaliar se o documentário reflete adequadamente suas vivências, desafios e conquistas. A escuta ativa dessas mulheres será relevante para compreender como o material é percebido por quem protagonizou as histórias narradas. Com base nas contribuições obtidas, o documentário será revisado antes da divulgação final, garantindo que os ajustes necessários o tornem um registro legítimo e representativo da realidade das mulheres da AMAFE. Esse processo reforça o compromisso da pesquisa com a participação ativa das mulheres, assegurando que o produto final amplifique suas vozes e destaque sua importância para o desenvolvimento local.

Além da validação junto às participantes da AMAFE, o link do documentário no YouTube será divulgado para outras comunidades, associações rurais, o IRPAA e órgãos governamentais do estado que atuam na promoção da agricultura familiar. Essa estratégia de divulgação não apenas valida as experiências das mulheres, mas também amplia seu alcance, fortalecendo-as como protagonistas do desenvolvimento local e contribuindo para impulsionar políticas públicas voltadas à sustentabilidade no meio rural. O documentário será, ainda, depositado no repositório da UNIVASF.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados indicaram que a AMAFE representada por 17 mulheres, cuja trajetória dedicada ao beneficiamento de mandioca e produção de biscoitos e geleias, envolvendo práticas comunitárias e o regime de mutirão como base de sua organização não apenas ampliou a participação das mulheres locais nos espaços decisórios, mas também fortaleceu sua identidade coletiva e consolidou novas relações de poder dentro da comunidade. A criação da associação foi uma resposta direta à invisibilidade das mulheres nos processos associativos mistos, onde sua presença era frequentemente desconsiderada. Dessa forma, a AMAFE reconfigurou a dinâmica social local, promovendo uma relação mais equitativa e possibilitando que as associadas desenvolvessem capacidades produtivas e políticas antes comprometidas.

O associativismo feminino da AMAFE atua como um espaço de resistência, rompendo com a invisibilidade das mulheres no contexto rural e permitindo que elas construam novas formas de liderança e participação econômica. Há cerca de 13 anos, a AMAFE tem fortalecido a autonomia feminina e impulsionado transformações na comunidade. O envolvimento das associadas nas atividades da AMAFE não apenas ampliou sua autoestima e senso de pertencimento, mas também impulsionou o desenvolvimento da comunidade ao articular parcerias e captar recursos que fortaleceram a segurança hídrica, alimentar e a estrutura organizacional da associação.

Além disso, o estudo evidenciou que o empoderamento feminino, pela participação ativa na associação, na venda de suas produções, aliado à organização coletiva, impacta positivamente o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das comunidades rurais. Apesar dos desafios estruturais e culturais, a participação ativa das mulheres em processos decisórios contribui para a superação de barreiras e para a construção de soluções adaptadas à realidade do semiárido.

No entanto, desafios ainda persistem, como a sobrecarga de trabalho das mulheres associadas, a dificuldade de engajamento comunitário e a necessidade contínua de fortalecimento do capital social e político das mulheres para garantir a sustentabilidade da associação a longo prazo. A inclusão de jovens na AMAFE representa tanto uma oportunidade de renovação quanto um desafio para a manutenção da identidade feminina da organização.

Outro aspecto relevante identificado foi o impacto do associativismo na construção da identidade e na valorização do trabalho feminino. A AMAFE, além de

atuar na produção de doces, geleias e licores, tornou-se um espaço de troca de saberes e fortalecimento das mulheres enquanto agentes sociais. Esse processo contribuiu para a mudança na percepção das associadas sobre si mesmas, promovendo o reconhecimento de seu papel dentro da comunidade e impulsionando a luta por direitos e maior participação em esferas políticas e sociais.

Dessa forma, os achados desta pesquisa reforçam que o associativismo feminino não só impulsiona a autonomia das mulheres, mas também promove transformações estruturais que beneficiam toda a comunidade. O modelo adotado pela AMAFE serve como referência para a criação de políticas públicas e iniciativas que valorizem o papel das mulheres no desenvolvimento rural sustentável, apontando caminhos para a construção de territórios mais justos, autônomos e resilientes.

A pesquisa também destacou a importância da sustentabilidade como um eixo fundamental na atuação da AMAFE, especialmente em três dimensões: gestão hídrica e segurança alimentar, produção sustentável e modelo organizacional. A implementação de cisternas de captação de água da chuva e sistemas de reúso agrícola fortaleceu a segurança hídrica da comunidade, garantindo acesso à água para consumo e produção, reduzindo a vulnerabilidade das famílias às condições climáticas adversas do semiárido.

Além disso, a produção sustentável adotada pela AMAFE, baseada no aproveitamento de matérias-primas locais e na valorização dos recursos naturais da Caatinga, demonstrou o potencial do associativismo para impulsionar cadeias produtivas que respeitam o meio ambiente e promovem a autonomia das mulheres. No aspecto organizacional, a estrutura coletiva da AMAFE se consolidou como um modelo sustentável de desenvolvimento comunitário, promovendo não apenas a inclusão produtiva das mulheres, mas também a resiliência social e econômica da comunidade. Esses elementos reforçam que o associativismo feminino pode ser um vetor estratégico para a sustentabilidade no semiárido, articulando inovação, preservação ambiental e fortalecimento das redes comunitárias.

Embora a associação tenha conquistado avanços significativos na geração de renda e no acesso a políticas públicas, não foi aprofundado como a AMAFE estrutura sua gestão financeira para garantir sua continuidade. Esse aspecto levanta questões sobre a diversificação das fontes de receita, a capacidade de autossuficiência da associação e a implementação de estratégias de planejamento financeiro para enfrentar períodos de instabilidade econômica. Pesquisas futuras podem explorar os

desafios e oportunidades da sustentabilidade financeira do associativismo feminino no meio rural, investigando modelos organizacionais que garantam maior resiliência econômica e autonomia para as mulheres associadas.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para o reconhecimento do protagonismo feminino em comunidades tradicionais e que o documentário produzido represente, assim como o livro “As Odetes: protagonismo sociopolítico através do trabalho com a terra”, um marco de memorização do potencial das mulheres que fazem a AMAFE, reforçando a importância de políticas públicas e iniciativas comunitárias que promovam a autonomia das mulheres rurais. A trajetória da AMAFE demonstra que o associativismo pode ser um caminho viável para a transformação social, servindo como referência para outras comunidades e para o avanço das discussões sobre equidade de gênero e desenvolvimento territorial sustentável no semiárido brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. 4, n. abr./ju 2000, p. 379-397, 2000. Tradução. Acesso em: 21 jan. 2025.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo Rural – Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p. 51-70.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. **AS COMUNIDADES DE FUNDO E FECHO DE PASTO NA BAHIA: LUTA NA TERRA E SUAS ESPACIALIZAÇÕES**. Revista de Geografia, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 40–57, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/228754>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- ALCÂNTARA, Denilson Moreira de. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Caldeirãozinho – Uauá – Bahia**. 2011. 298f. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFBA – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Salvador – BA. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19794>. Acesso: 12 abril 2024.
- ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe; BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de. Entraves das políticas públicas ao promover o desenvolvimento territorial: lições do Território Sudoeste Paulista. In: Regina Aparecida Leite de Camargo; Ricardo Serra Borsatto; Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo. (Org.). **Agricultura familiar e políticas públicas no estado de São Paulo**. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2022, p. 371-392.
- ARAÚJO, Damásio Torres de; SANTANA, Marta Maria Oliveira de; SANTANA, Cristiana de Cerqueira Silva. **Agricultura familiar em comunidades de fundo de pasto do território norte do Itapicuru-BA**. In: OPEN SCIENCE RESEARCH IV. Editora Científica Digital, 2022. p. 1375-1385.
- BAIG, Irfan Ahmad; BATOOL, Zarmina; ALI, Asgar; BAIG, Sajjad Ahmad; HASHIM, Maomé; ZIA-UR-REHMAN, Muhammad. (2017). **Impact of women empowerment on rural development in Southern Punjab, Pakistan**. Quality & Quantity, 52(4), 1861-1872.
- BALESTRIN, Juliano. **A relevância do PRONAF na agricultura familiar : perspectiva e importância do programa desde sua criação**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25416>. Acesso em: 18 de nov. 2024.
- BARBOSA, Tayla Nayara. **Desenvolvimento local: uma análise crítica dos**

**paradigmas e dos impasses.** 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9676>. Acesso em: 28 abril 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Rebeca Mascarenhas Fonseca BIANCHINI, Paola Cortez ; GOMES, Carlaíse Freitas; LEITE, Isabela Oliveira; MACHADO, Priscila Helena; OLIVEIRA, Crislaine Soares; SILVA, Edilania Pereira. **Os quintais das mulheres em comunidades fundo de pasto no Sertão Baiano: mapeando usos e manejo para a conservação da caatinga.** Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 3, 2020.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (Ed.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights.** Boston: Harvard University Press, 1994. p. 127-138.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais.** Nova Economia, v. 14, n. 3, p. 35–70, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/436>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BERDEGUÉ, Julio A.; FAVARETO, Arilson. Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030 – **Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, n. 32. Santiago de Chile.** FAO. 2019,18 p. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

BORGES, Igo Marinho Serafim; ALMEIDA, Raphael Lucas Jacinto; FERNANDES, Amanda Cristiane Gonçalves; SILVA, Sandy Ellen da; SILVA, Maria Lucilane de Andrade; BARROS, Ualison Iuri Gouveia; LIMA, Carla Andreza Oliveira; REINALDO, Lediam Rodrigues Lopes Ramos; GOMES, Ramon Marinho; FREIRE, João Guilherme Tejo Barros. **Family farming: analysis of sustainability through social economic and environmental indicators.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 4, p. e54942832, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i4.2832. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2832>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BOZIKI, Damiane Maria; BINKOWSKI, Patrícia; HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. **A política de desenvolvimento territorial e os instrumentos de ação pública no território rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, p. 307-327, 2019. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/esa27-2>. Acesso em: 20 dez 2024.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl. **Mulheres empoderadas - uma experiência de gestão no sertão nordestino.** 2016. 154 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl. **Associação de mulheres "Resgatando sua História": organização social e gestão no rural nordestino ¿ Porto da Folha ¿**

**Sergipe.** 2021. 1 recurso online (224 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640813>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano.** Revista de Economia e Sociologia Rural, [s. l.], v. 61, n. 2, e249024, 2023. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/jspui/handle/123456789/2927>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl; BORGES, Janice Rodrigues Placeres; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. **O protagonismo feminino: um caso de convivência sustentável com o Semiárido Nordestino no Brasil.** Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 169-181, dez. 2016. DOI: 10.18472/SustDeb.v7n0.2016.18759. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16175>. Acesso em: 6 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Dia Internacional das Mulheres Rurais: Protagonismo e políticas públicas para mulheres do campo, das águas e das florestas. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/dia-internacional-das-mulheres-rurais-protagonismo-e-politicas-publicas-para-mulheres-do-campo-das-aguas-e-das-florestas>. Acesso em 12 nov 2024.

BRITO, César Cândido. **Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 22, n. 72, maio/ago. 2017, 173-192.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e Reprodução Social na Agricultura Familiar.** REVISTA NERA, [S. l.], n. 12, p. 6–17, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1396. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 6 abr. 2024.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CALATRAVA REQUENA, Javier. **Las nuevas tecnologías de información y comunicación como instrumento de desarrollo rural: potencialidades y estrategias de uso.** In: FORO MUNDO RURAL Y ALDEA GLOBAL, 2001, Úbeda (Jaén). Anales... Úbeda (Jaén): Asociación Tierra, 2001.

CAR – Coordenação de Desenvolvimento e Ação Regional. PDRI-Nordeste. Projeto 'Fundo de pastos': aspectos jurídico e socio-econômicos. Salvador-BA; 1982.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. **Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa**. Cadernos da FUCAMP, v.20, n.43, p.98-111/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347/1443>. Acesso em 10/mai2024.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antônio. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. Eisforia, Florianópolis, v.4, n. especial, p. 23-48, dez. 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/278405323\\_Abordagem\\_introdutoria\\_ao\\_conceito\\_de\\_desenvolvimento\\_territorial](https://www.researchgate.net/publication/278405323_Abordagem_introdutoria_ao_conceito_de_desenvolvimento_territorial). Acesso em 15 dez 2024.

CERRATINGA. **Comunidades de fundos de pasto – Resistência e sustentabilidade na Caatinga**. 2021. Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/populacoes/comunidades-de-fundos-de-pasto/>. Acesso: 13 nov. 2024.

COLEMAN, James S. (1990) – **Foundations of Social Theory** – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. **Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 419, 2007. DOI: 10.1590/S0104-026X2007000200008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200008>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CORNWALL, Andréa.; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. **Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento**. Revista Feminismos, [S. l.], v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29919>. Acesso em: 19 jan. 2025.

COSTA, Ana Alice. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2004.

COSTA, Juliano Bozi; DA SILVA, Nazareno Melo; PEREIRA, Gleidson Marques; PAES, Gleicy Karen Abdon Alves; PANTOJA, Sabrina Borges Lopes; MOREIRA, Danielle Balbina Pereira Goulart; LAMEIRA, Orlando Sauma; RIPARDO E SILVA, Arianny Suzan. **CAPITAL SOCIAL, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AÇÕES PÚBLICAS. ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 11047–11054, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-009. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1846>. Acesso em: 12 jan. 2025.

COSTA, Tiago da; ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina. **Dimensões da abordagem territorial do desenvolvimento: uma proposta conceitual**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR), Taubaté, SP, v. 17, n. 2, p. 179-193, mai-ago 2021. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6340>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, Porto Alegre, 3. ed. 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALFOVO, Wylmor Constantino Tives; HECK, Cláudia Regina; AZUAGA, Feliciano Lhanos; BUCHENRODE, I.I.H. **A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do SESC Pantanal em Poconé MT**. In: 48 Congresso SOBER (Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural), 2010, Campo Grande-MS. Tecnologias, Desenvolvimento de Integração Social. Campo Grande - MS, 2010. v. Único.

DOMINGOS MOREIRA, Antônio; RAMOS DOS SANTOS, Arlete; ROCHA MELO DE LUCENA, Emerson Antônio. **O associativismo no município de Riacho de Santana - BA: desafios e perspectivas para o crescimento**. Revista Brasileira de Educação do Campo, [S. l.], v. 6, p. e10418, 2021. DOI: 10.20873/uft.rbec.e10418. Disponível em: <https://periodicos.ufmt.edu.br/index.php/campo/article/view/10418>. Acesso em: 29 dez. 2024.

FAO - Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para El Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019- 2028) para alcanzarlos ODS**. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>. Acesso em: 12 mar 2024.

FAO - Food and Agriculture Organization. 2014. **O que é a agricultura familiar?** Roma: FAO.

FARIA, José Henrique de; FARIA, José Ricardo Vargas de. Poder e controle em organizações solidárias. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Org.). **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 86-116.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. <https://doi.org/10.11606/T.90.2006.tde24042008-113514>.

FAVARETO, Arilson; KLEEB, Suzana; GALVANESE, Carolina; MAGALHÃES, Clarissa; SEIFER, Paulo; BUZATO, Heidi; MORALES, Rafael; CARDOSO, Ricardo. **Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil**. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

FILHO, Jair do Amaral. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente**

**Federalista.** Planejamento e Políticas Públicas, [S. l.], n. 14, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129). Acesso em: 10 abr. 2024.

FRANCO, Thais Cardoso; MATIELLO, Ana Claudia Taube; SIQUEIRA, Euzemar Fátima Lopes; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. **A importância do Associativismo e do protagonismo da Mulher na Agricultura: Um estudo no município de Peixoto de Azevedo- MT.** Cadernos Cajuína, [S. l.], v. 9, n. 3, p. e249308, 2024. DOI: 10.52641/cadcajv9i3.304. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/304>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FURTADO, Celso. **Os desafios da nova geração.** Revista de Economia Política, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QvmmNn4PtXr4dttnyQtyZMc/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6650>. Acesso em: 08 nov. 2024.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo.** Salvador. Governo do Estado da Bahia. INTERBA/ SEPLANTEC/ CAR, 1987, 109p.

GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. **Entrevistas individuais e grupais.** In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GERMANI, Guiomar Inez ; OLIVEIRA, Gilca Garcia de (Coordenação). **Mapeamento das Comunidades de Fundo e Fechos de Pasto no Estado da Bahia: relatório técnico.** Salvador: UFBA/GeografAR/Sepromi, 2020, 750 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Moisés Rodrigues; SILVA, Érica Costa da. **O protagonismo feminino a partir do associativismo na comunidade Quilombola ramal do Bacuri, Abaetetuba-Pará.** 2023. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Tecnologia em Agroecologia - CABAE) - Universidade do Pará, Abaetetuba - PA 2023. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/6310>. Acesso em: 14 dez 2024.

GUPTA, Soumya; PINGALI, Prabhu L.; PINSTRUP-ANDERSEN, Per. (2017). **Empoderamento feminino na Índia agricultura: a orientação de mercado dos sistemas agrícolas importa?** Segurança Alimentar, 9(6), 1447-1463.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia, v. 9, n. 17, 8 fev. 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo

Agropecuário. 2017. Disponível em:  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso: 14 out. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Censo agropecuário 2017. Recuperado em 10 de janeiro de 2025, de [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)

JALES, Edilene Fernandes. **Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em:  
[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13560/1/AssociativismoMunic%C3%A9DpiosRurais\\_Jales\\_2009.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13560/1/AssociativismoMunic%C3%A9DpiosRurais_Jales_2009.pdf). Acesso em: 06 dez. 2024.

KABEER, Naila. **Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment**. Development and Change, [S.l.], v.30, n.3, p.435-464, 1999.

LEÓN, Magdalena. **El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estúdios de género**. La Ventana, [S. l.], v. 2, n. 13, p. 94-106, 2001. ISSN: 1405-9436. Disponível em:  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5202169>. Acesso em: 31 jul. 2024.

LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. 2013. Disponível em: <https://corporacionparaeldesarrolloregional.org/wp-content/uploads/2021/01/Poder-y-empodamiento-de-mujeres.pdf>

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2010.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332. Disponível em:  
<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 16 jul. 2024.

LIMA, Vanderlei Rocha. **Comunidades tradicionais de fundos de pasto na defesa pelos direitos territoriais: o que esperar da lei 12.910/2013?** In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, 2016, São Cristóvão - SE. Ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo, 2016. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2016\\_lima.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2016_lima.pdf). Acesso em: 13 jul. 2024.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Leandro de Castro. **Do cooperativismo à economia solidária: normatização e dinâmica econômica no campo brasileiro**. 2018. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista Barcelona, 7-12 de mayo de 2018. Disponível em:

<https://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/LocatelLima.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MAIA, Zildenice Matias Guedes; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. **O papel das mulheres na reconstrução do conceito de ruralidade: uma experiência de trabalho feminino da Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos-RN**. Cadernos de Agroecologia, 6(2). 2011. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/11925>. Acesso em: 14/12/2024.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária: Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petropolis, Rio de Janeiro. 2002.

MAPEAMENTO AGROECOLÓGICO E CARTOGRAFIA SOCIAL DO TERRITÓRIO TRADICIONAL FUNDO DE PASTO ESFOMEADO E VARGEM COMPRIDA - Curaçá, Bahia. 2021.

MARQUES, de Santana Marques. **As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no semiárido brasileiro**. *Sociedade & Natureza*, v. 28, n. 3, p. 347-359, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-451320160302>. Acesso em: 14/03/2024.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. Tradução. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Marques\\_MIM\\_8\\_1462794\\_LugarDoModoDeVidaTradicionalNaModernidade.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Marques_MIM_8_1462794_LugarDoModoDeVidaTradicionalNaModernidade.pdf). Acesso em: 13 jul. 2024.

MONTEIRO, Denis. **Gente é pra brilhar: interpretação do desenvolvimento de comunidades camponesas do Sertão do São Francisco, Bahia**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2021.

MORAES, Lorena Lima de; NASCIMENTO, Nathália Marques da Silva. **Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra das expectativas de gênero no meio rural**. *Amazonica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 725-747, fev. 2021. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8310>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões. **Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável**. *Agricultura em São Paulo*, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004. <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-2-04-4r.htm>.

MORIMURA, Michelle Midori. **Governança de Recursos de Base Comum e capacidade adaptativa de comunidades de Fundos de Pasto**. Brasília, 2015. 293 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de

Brasília. Brasília.

MOURA, Maria Lucia Seidl de, FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, Patrícia Ann. (1998). **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. EdUERJ.

NADU, Amanda do Carmo Amorim; SIMÃO, Andréa Branco; FONSECA, Maria do Carmo. **Empoderamento feminino em relações de gênero no contexto do programa bolsa família em Contagem: breves reflexões**. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, III, 2013, Belo Horizonte. Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/28504811/empoderamento-feminino-e-relacoes-de-genero-no-contexto-do-programa-bolsa-famili>. Acesso em: 04 jan. 2025.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papirus, 2010.

NOTAROBERTO, Maria Clara Guaraldo. **Comunicação popular nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano: os papéis dos atores sociais e das políticas públicas**. 2020. 162p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – MADER). Brasília – DF. 2020.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O Processo de Empoderamento de Mulheres Trabalhadoras em Empreendimentos de Economia Solidária**. 2004. 121f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. FLORIANÓPOLIS. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de; CARVALHO, Elenice Silva; NASCIMENTO, Thiago Pereira do; SCHMIDT, Carla Maria. **Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26 n. 3: 2018 (outubro de 2018 a janeiro de 2019). Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3\\_cooperacao\\_e\\_empoderamento](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_cooperacao_e_empoderamento). Acesso em: 13 jan. 2025.

OLIVEIRA, Priscila R.C; LELIS, Cristina Teixeira; SILVA, Kelly de Almeida; VIEIRA, Tamara de Barros; LORETO, Maria das Dores Saraiva. **Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar**. In: SEMANA ACADÊMICA DA FDV, 2007, Viçosa. Anais eletrônicos, Viçosa/MG, p. 1-7, 2007. Disponível em: <https://1library.org/br/download/874958052003479554>. Acesso em: 27 jul. 2024.

OLIVEIRA, Rosimeire Alves de. **Mulheres da Chapada do Araripe – Agroecologia e Empoderamento**. 2018. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro. Seropédica - RJ. 2018.

ONU Mulheres - Organização das Nações Unidas. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha\\_ONU\\_Mulheres\\_Nov2017\\_digital.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf). Acesso em: 09 nov. 2024.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**. 2004. Disponível em: [http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto\\_Pacheco.pdf](http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto_Pacheco.pdf). Acesso em: 22 de jun. de 2024.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, 2006. DOI: 10.37370/raizes.2005.v24.243. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PEREIRA, Rosângela Saldanha. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Organizadores Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Marcelino de Souza., Carlos Alves do Nascimento. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: SENAC, 2008.

ROSONI, Elaine. **O associativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no município de Cantanduvas-SC**. 24 f. Monografia(Especialização em Agronegócio). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SABOURIN, Eric Pierre. Desenvolvimento rural e abordagem territorial? Conceitos, estratégias, atores. In: \_\_\_\_\_; TEIXEIRA, O. A. (Orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: Embrapa, CIRAD, UFPB, 2002a. p.21-37. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/260481148\\_Planejamento\\_e\\_Desenvolvim](https://www.researchgate.net/publication/260481148_Planejamento_e_Desenvolvim)

ento\_dos\_Territorios\_Rurais\_Conceitos\_controversias\_e\_experiencias. Acesso em: 13 jul. 2024.

SABOURIN, Eric Pierre; CARON, Patrick; SILVA, Pedro Carlos Gama da. **O manejo dos Fundos de Pasto no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], n. 20, p. 90–102, 1999. DOI: 10.37370/raizes.1999.v.170. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/170>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SABOURIN, Eric Pierre. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANGALLI, Adriana Rita; SILVA, Heloiza Cristina Holgado da; SILVA, Ivânia Freire da; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. **Associativismo na Agricultura Familiar: Contribuições para o Estudo do Desenvolvimento no Assentamento Rural Lagoa Grande, em Dourados (MS)**. Organizações Rurais & Agroindustriais, 17(2), 225–228, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37107/associativismo-na-agricultura-familiar--contribuicoes-para-o-estudo-do-desenvolvimento-no-assentamento-rural-lagoa-grande--em-dourados--ms---brasil>. Acesso em: 01 out. 2024.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia, v. 1, n. ju 1999, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Vaniele Silva; MARTINS, Marcia Eliana; CARDOSO, Poliana Oliveira. **Associativismo e Desenvolvimento no Contexto Rural: Desafios e Aproximações: Associativism And Development In The Rural Context: Challenges And Approaches**. Cadernos Macambira, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 76–87, 2022. DOI: 10.59033/cm.v7iespecial.685. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/685>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646/11806>. Acesso em Dez/2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192p.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. 2006. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 25 jun 2024.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Liberal vs liberating empowerment: a Latin American feminist perspective**. Pathways Working Paper 7, Pathways of Women's Empowerment, Brighton, UK; IDS – Institute of Development Studies, 2009.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos**. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. L.; VASQUEZ, P; AQUINO, de S. Travessias de gênero na perspectiva feminista. Salvador: EDUFBA/NEIM, p. 37-74, 2010.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4928>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SAUER, Sérgio; CASTROÂ , Luís Felipe Perdigão de. **LUTAS PELA TERRA NO BRASIL: sujeitos, conquistas e direitos territoriais**. Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 245–272, 2017. DOI: 10.26512/abyayala.v1i2.7031. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/7031>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **Gênero, autonomia econômica e empoderamento, o real ao aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social**. Revista Feminismos, v. 1, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29988>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, a 6, n.11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHWARZ, Roberto. **Um seminário de Marx**. Novos Estudos CEBRAP, n. 50, p. 99–114, mar. 1998.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, pág.5

SCOTT, Joan W. “Experiência”. Tradução Ana Cecília Acioli Lima. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara C. de S.; RAMOS, Tânia Regina O. (Orgs.). Falas de Gênero Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55. Disponível em: [DzUZyAIN3stpo3GdNXIc.pdf](#). Acesso em: 15 ago 2024.

SCOTT, Joan W. **A invisibilidade da experiência**. Tradução Lúcia Haddad. Proj. História, São Paulo, n. 16, fev. 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194>>. Acesso em: 22 set. 2024.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação &

Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. 6. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. “Políticas de Alimentação e Papéis De Gênero Desafios para uma maior equidade”. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). “**A produção do viver**”. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. Pensamiento Iberoamericano, (9), p.169-183, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/55879/Downloads/%C3%81gora-MulheresAgricultorasNoBrasil-3710909.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, Cristiane Ribeiro da. **As “Odetes”: Protagonismo sociopolítico através do trabalho com a terra**. 1. ed. Curaçá-BA: Oxente, 2023.

SILVA, João Paulo Silvério da; LIMA, Conceição Maria Dias de. **Uso de poços artesanais salinos em modelo produtivo de feijão de corda (Vigna unguiculata L. Walp)**. Diversitas Journal, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1807–1817, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v6i1-1706. Disponível em: [https://diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/1706](https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1706). Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, Márcia Regina Farias da; SANTOS, Norberto Nuno Pinto dos; GONDIM, Maria de Fátima Rocha. **Políticas Territoriais, Gestão Participativa e Sustentabilidade no Âmbito Rural**. XIII Seminário Internacional RII e VI Taller de Editores RIER, 2014. Disponível em: [http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais\\_xiii/gt3/gt3\\_marcia.pdf](http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt3/gt3_marcia.pdf). Acesso em 25 jan. 2025.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e Limites de um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano**. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA, 2014.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. Tecnologia educacional na área da saúde: a produção de vídeos educativos no NUTES/UFRJ. In: MONTEIRO, S.; VARGAS, E. (Orgs.). **Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acesso em: 30 dez. 2024

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital**

**social e coerção.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://www.yorku.ca/ishd/LEDCD.SP/Links%20BQ/68\_Desenvolvimento\_regional\_endogeno\_capital\_social\_coopera.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

SOUZA, Mauricélia; CASTRO, Emanuela; SANTOS, Graciete. Mulheres na Caatinga semeando saberes e justiça. In: **Restauração na Caatinga**. Flávia de Barros Prado Moura; José Vieira Silva (Org.). 2. ed. rev. e amp. – Maceió, AL: EDUFAL; 2021. p.180-200.

SOUZA, Reginaldo Alves de; LYRA, Marília Regina Costa Castro; SILVA, Marcos Theófilo Silvério da. **O cenário da agricultura familiar em Pernambuco sob o viés da sustentabilidade**. 2019.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas** (pp. 69-95). Organizadores: Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Marcelino de Souza, Carlos Alves do Nascimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, Magdalena (Compiladora). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santafé de Bogotá, Colômbia: Tercer Mundo S.A., 1997, p. 75 – 94.

TRINDADE, Sheila Taiane Pereira, OLIVEIRA; Lucas Marinho Novais de. **TERRITÓRIOS DE FUNDOS E FECHOS DE PASTO (FFP): entre a resistência e a permanência camponesa**. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8., 2017 Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Singa [s.n], 2017. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2017\\_trindade\\_e\\_oliveira.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2017_trindade_e_oliveira.pdf)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. v. 24, n. 4(96), p. 483-486, out./dez. 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 101–119, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300010>

VIANA SILVA, Camila Marques; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Agricultura Familiar, Gênero e Dinâmicas Sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica**. Revista Brasileira de Economia Rural e Sociologia (Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR), Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, vol. 51(2), páginas 1-14, junho. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/184533/?v=pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. **A abordagem territorial nas políticas públicas brasileiras e a pobreza rural: um olhar a partir de estudos de caso.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.9, n. 18, p. 1-23, jun., 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26893>. Acesso em: 11 dez. 2024.

## APÊNDICE A – REGISTRO DA PARTICIPAÇÃO DA AMAFE EM ATIVIDADES, EVENTOS, INTERCÂMBIOS

Figura 9: Participação da AMAFE em eventos, intercâmbios e feiras.



Fonte: Imagens disponíveis na rede social da AMAFE

- 1 e 2: AMAFE recebe o prêmio de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs);
- 3: Participação da AMAFE na 21ª Assembleia da Rede Mulher. Tema: Justiça social e defesa de direitos pela vida mulheres das caatingas e das águas;
- 4: Participação no seminário regional de educação ambiental e contextualizada.
- 5: Intercâmbio na comunidade de Mucambo município de Casa Nova
- 6: Participação na 15ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Familiar
- 7: Intercâmbio de experiências de convivência com o semiárido entre Brasil e Angola
- 8: Visita à comunidade quilombola Várzea Queimada (Caém) e ao grupo Delícias de Tia Likinha, fortalecendo laços e compartilhando experiências sobre coletividade e desenvolvimento local.
- 9: Formação em Quixadá-CE sobre a metodologia Lume - Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO**

### **Identificação do entrevistado**

Nome:

Idade:

Cor/Etnia:

Grau de escolaridade/ Profissão:

Reside em:

Tempo de atuação na Associação:

Dependentes que moram na mesma casa:

1. Como foi constituída a AMAFE?
2. Já vivenciou outra experiência com grupos?
3. Se sim, quais experiências que trouxe para a AMAFE?
4. Para você o que significa Associação?
5. Em que espaços de representação política a AMAFE é atuante?
6. Quais são as principais fontes de recursos da AMAFE?
7. Existem dificuldades em trabalhar em grupo?
8. A AMAFE tem contribuído de alguma forma com a relação das mulheres rurais na comunidade?
9. Qual(ais) política(s) pública(s) a AMAFE teve acesso?
10. Quando a associação começou a ter acesso a políticas públicas?
11. Foi difícil participar da chamada pública de acesso a essas políticas públicas?
12. Como são tomadas as decisões da associação?
13. As reuniões acontecem com qual frequência?
14. As associadas participam das decisões?
15. Existe a participação das mulheres no processo de planejamento, ações e projetos da AMAFE? Como se dá essa participação?
16. Como você vê o impacto das ações da AMAFE no desenvolvimento econômico da comunidade?
17. Quais foram as principais mudanças na comunidade após a formação da AMAFE?
18. Você pode dar exemplos de projetos ou iniciativas lideradas por mulheres que trouxeram benefícios significativos para a comunidade?
19. Como a participação das mulheres na AMAFE influenciou a infraestrutura e os serviços locais?
20. De que maneira a AMAFE contribuiu para o empoderamento das mulheres na comunidade?
21. Quais habilidades ou conhecimentos você adquiriu através da AMAFE que ajudaram na sua vida pessoal ou profissional?
22. Como o associativismo na AMAFE ajudou a transformar a realidade das associadas?
23. Você pode compartilhar alguma história de sucesso de uma associada cuja vida foi transformada pela AMAFE?
24. Em sua opinião, o associativismo promove informações, saberes para as mulheres rurais?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSOCIADAS**

Nome:

Idade:

Cor/Etnia:

Grau de escolaridade/ Profissão:

Reside em:

Tempo de atuação na Associação:

Dependentes que moram na mesma casa:

1. Por que resolveu participar da AMAFE?
2. O que você entende por associativismos?
3. Você participa das decisões e planejamento das atividades da AMAFE?
4. Enfrenta dificuldades para participar das atividades?
5. Como se sente depois que começou a participar da AMAFE?
6. Como você percebe a valorização do seu trabalho por parte da sua família e da comunidade?
7. Você percebe alguma mudança na família após sua participação na AMAFE?
8. Como você percebe sua carga de trabalho? Há contribuição do esposo/filhos(as)/família nas atividades domésticas?
9. Quais mudanças ocorreram na comunidade depois da implantação da AMAFE?
10. Quais ações desenvolvidas pelas mulheres da AMAFE você destaca como importantes para o desenvolvimento local?
11. Como descreveria sua vida hoje em relação ao passado? O que mudou?
12. Quais seus sonhos e perspectivas em relação a você e sua família e a associação?
13. De que forma o associativismo contribuiu para o seu empoderamento e para a transformação da sua realidade?
14. Quais os principais desafios que você enfrenta por participar de uma associação?
15. Como você descreveria o impacto da AMAFE na sua autoestima e confiança?
16. Quais foram os principais desafios que a AMAFE enfrentou e como foram superados?
17. O que você entende por Políticas Públicas?
18. A comunidade teve acesso a alguma política pública após a associação? E qual?
19. Você sente que tem mais liberdade para tomar decisões sobre sua vida e trabalho depois de se associar à AMAFE?
20. De que maneira a AMAFE ajudou você a se sentir mais livre e confiante em suas escolhas?
21. Como a participação na AMAFE influenciou sua capacidade de fazer escolhas independentes em sua vida pessoal e profissional?

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COLABORADORES DO IRPAA**

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

Cargo que ocupa na organização:

Tempo de atuação junto ao IRPAA:

1. Como o IRPAA tem apoiado as mulheres na comunidade Fundo de Pasto Esfomeado?
2. Quais desafios o IRPAA observa nas mulheres ao participarem de iniciativas de desenvolvimento local?
3. Quais mudanças socioeconômicas o IRPAA observou com a maior participação feminina?
4. Como o IRPAA avalia o impacto do empoderamento feminino no desenvolvimento local?
5. Quais parcerias e políticas públicas foram fundamentais para o sucesso das iniciativas femininas na comunidade?
6. Como o IRPAA contribuiu para a formação e capacitação das mulheres da AMAFE?
7. As mulheres estão preparadas para continuar as ações de desenvolvimento sem o apoio contínuo do IRPAA? Explique.
8. Como você avalia o impacto das capacitações e da assistência técnica oferecidas pelo IRPAA no desenvolvimento local?
9. Há mais alguma informação ou aspecto que você gostaria de acrescentar sobre o papel das mulheres e o trabalho do IRPAA na comunidade Fundo de Pasto Esfomeado?